



Gênero e diversidade *no ambiente escolar*

A experiência do Núcleo de Estudos em Gênero e
Sexualidade do IFRS - Campus Bento Gonçalves

Leticia Schneider Ferreira (Org.)



NEPGS

Núcleo de Estudos e
Pesquisas em Gênero e Sexualidade



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Gênero e diversidade *no ambiente escolar*

A experiência do Núcleo de Estudos em Gênero e
Sexualidade do IFRS - Campus Bento Gonçalves

Leticia Schneider Ferreira (Org.)



NEPGS

Núcleo de Estudos e
Pesquisas em Gênero e Sexualidade



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Copyright © 2022

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos autores, salvo casos com citação de autoria.

Texto revisado de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Editoração e diagramação: Editora Zolli.

Organização: Dra. Leticia Schneider Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G326

Gênero e diversidade no ambiente escolar : a experiência do núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade do IFRS Campus Bento Gonçalves (NEPGS BG) [recurso eletrônico]/ organização Letícia Schneider Ferreira. -- 1.ed.-- Bento Gonçalves, RS : IFRS, 2022.

1 arquivo em PDF (226 p.)

ISBN 978-65-5950-091-8

1. Gênero e diversidade - Educação. 2. Ambiente escolar. I. Ferreira, Letícia Schneider, org. II. Título.

CDU(online): 37.043.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
-------------------	---

SEÇÃO TEÓRICA

TRAJETÓRIA DO NEPGS - IFRS CAMPUS BENTO GONÇALVES: As primeiras ações.....	10
---	-----------

Janine Bendorovicz Trevisan

Josiane de Souza

O MOVIMENTO FEMINISTA E O ENGENDRAMENTO DO CONCEITO DE GÊNERO: Contribuições teóricas para pensar.....	33
---	-----------

Ana Lúcia Paula da Conceição

Edson Carpes Camargo

GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: a importância do protagonismo estudantil.....	49
--	-----------

Robert Reiziger de Melo Rodrigues

A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO NA ESCOLA.....	59
--	-----------

Aline Santos Oliveira

Letícia Schneider Ferreira

ENSAIO SOBRE O NOME.....	74
---------------------------------	-----------

Letícia Schneider Ferreira

SEÇÃO DE EXTENSÃO

A ASSEXUALIDADE E A SOCIEDADE SEXUAL: Uma discussão sobre o tema... 87	
---	--

Alyssa Dillenburg Michalski

CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS PARA O DEBATE SOBRE GÊNERO: Discussões sobre a obra “A política sexual da carne”.....	99
---	-----------

Ingrid Cacciamani

Letícia Schneider Ferreira

VIVÊNCIAS NO NEPGS: Compartilhando saberes sobre Mulheres Cientistas... 112	
--	--

Maria Júlia Reginato

Letícia Schneider Ferreira

NEPGS BG E A EXTENSÃO: parcerias com o município de Bento Gonçalves.. 124	
--	--

Tauani Alchieri

Letícia Schneider Ferreira

SEÇÃO DE PESQUISA

CIRCE E A CONTRIBUIÇÃO FEMININA PARA O KLEOS DE ODISSEU	137
Bianca Elizabeth Suthoff Lunkes	
Letícia Schneider Ferreira	
COMO SEDUZIR HELENA DE TROIA? Análise da Carta XVII das Heroides de Ovídio.....	150
Sofia Laste Furlanetto	
Letícia Schneider Ferreira	
A VANITAS NA PRODUÇÃO PICTÓRICA DE MULHERES ARTISTAS: reflexões sobre a efemeridade e o feminino.....	164
Luana Pagel de Melo	
A MISOGINIA NOS CRIMES: A Influência do Caso do Estripador de Yorkshire na Segunda Onda do Feminismo no Reino Unido.....	185
Sofia Zancanaro Habeck	
A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estudo de caso pelo olhar de profissionais da educação infantil na região de Bento Gonçalves/RS.....	200
Eduarda Rippel Vieira	

SEÇÃO DE DEPOIMENTOS

Bárbara Donida de Bona.....	218
Helen Treméa.....	219
Maria Júlia Reginato.....	221
Milena Boaretto Guadagnin.....	222
Gabrielli Pietá Cecchin.....	224
AGRADECIMENTOS FINAIS.....	226

APRESENTAÇÃO

Letícia Schneider Ferreira¹

NEPGS BG E A MANUTENÇÃO DA ESPERANÇA

Este livro é uma celebração: nas suas páginas o/a leitor/a poderá percorrer uma história baseada em valores que atualmente parecem tão distantes da sociedade brasileira: afeto, respeito, fraternidade, liberdade de ser e de criar em um ambiente de acolhimento e amorosidade. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do campus Bento Gonçalves (NEPGS BG) nasce daquilo que é mais caro à quem trabalha com educação: o protagonismo de jovens que sonham e procuram meios de lutar por um mundo mais justo. Esta história merece ser contada, divulgada, lida, uma vez que inspira a todos/as/es a acreditarem que sim, uma sociedade mais harmônica é possível e para tanto, o financiamento recebido por parte do EDITAL IFRS Nº 01/2022 – AUXÍLIO À PUBLICAÇÃO DE PRODUTOS BIBLIOGRÁFICOS, política pública essencial no intuito de fomentar o conhecimento e permitir à sociedade o retorno sobre as atividades promovidas no IFRS, mostra-se vital.

O livro é, deste modo, dividido em algumas sessões, demonstrando o caráter indissociável das atividades promovidas pelo NEPGS BG: a primeira seção apresenta algumas questões teóricas referentes a gênero e sexualidade, tópico de fundamental interesse nas ações do NEPGS BG, enquanto a segunda seção apresenta trabalhos produzidos pelas bolsistas de extensão atendidas pelos Editais nº 21/2021, nº 29/2021 PIBEX, vinculados ao Edital PROEX/IFRS nº 018/2021 e 024/2021, e por fim, atividades de

¹ Docente de História do IFRS Campus BG. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

pesquisa desenvolvidas por estudantes do campus e apoiadas pelo NEPGS BG. Após estas sessões, há ainda a exposição de depoimentos de estudantes que atuaram no Núcleo.


Iniciamos com o capítulo escrito por Janine Bendorovicz Trevisan e Josiane de Souza, servidoras cuja atuação foi fundamental para a organização e institucionalização do NEPGS BG e que relembram os principais eventos deste momento tão importante. A seguir, Edson Carpes Camargo e Ana Lúcia Conceição debatem sobre gênero na escola, pauta de grande relevância em um momento em que a temática de gênero sofre tantos ataques, distorcendo as motivações relativas ao debate sobre estes aspectos sociais. Robert Reiziger de Melo Rodrigues disserta sobre o protagonismo estudantil no ambiente escolar, tema fundamental para compreender a constituição do NEPGS BG e no capítulo seguinte podemos encontrar algumas reflexões sobre o Feminismo Negro e as ações do NEPGS BG nessa direção, tema brilhantemente abordado por Aline Santos Oliveira com algumas contribuições feitas por mim. Por fim, trago algumas reflexões sobre a questão transgênero na escola e a importância do respeito ao nome social.

A seção “Extensão” encontra a contribuição das estudantes que atuaram como bolsistas pelo Edital nº 29/2021 PIBEX ou como bolsistas voluntárias, atuando em ações promovidas com o Edital IFRS nº18/2021 – Auxílio Institucional à Extensão 2021 (PAIEX). Alyssa D. Michalski debate o tema da Assexualidade, questão interessante e ainda pouco conhecida, a qual a bolsista expôs em uma reunião por ela coordenada; eu e Ingrid Cacciamani dissertamos sobre a questão do uso da literatura como uma ferramenta educativa, salientando a discussão sobre ecofeminismo por meio da análise de uma obra selecionada pelas estudantes integrantes do NEPGS BG. Eu e Maria Júlia Reginato abordamos uma questão que merece

ser destacada: a atuação do NEPGS BG durante a pandemia. Assim, é escolhido um Ciclo de Debates ofertado pelo NEPGS BG para demonstrar que, mesmo com os desafios impostos pelo período pandêmico, foi possível atender à demanda da comunidade interna e externa da escola por conhecimento e atividades de qualidade. Por fim, eu e Tauani Alchieri referimos as parcerias entre NEPGS BG e Instituições do Município de Bento Gonçalves, demonstrando o potencial do núcleo em fornecer atividades e produtos que auxiliam a comunidade em suas necessidades.

A seção pesquisa apresenta os resultados da pesquisa de Bianca Elizabeth Suthoff Lunkes que aborda a temática do feminino em uma obra clássica da literatura ocidental: a Odisseia, pesquisa contemplada com EDITAL IFRS Nº 12/2021- FOMENTO INTERNO 2021/2022. No segundo capítulo, temos os resultados da pesquisa de Sofia Laste Furlanetto, a qual aborda uma personagem icônica para pensarmos o feminino: Helena de Troia. Já Luana Pagel de Melo explora o feminino por meio da análise da produção de mulheres artistas que atuaram no período barroco, pesquisa financiada pelo Edital IFRS 42/2021 - PIBIC-EM. Sofia Zancanaro Habeck aborda em seu capítulo a temática da violência, refletindo sobre o quanto a misoginia interfere nas investigações de crimes que ocorreram na Inglaterra e que tiveram mulheres que viviam na prostituição como principais vítimas. Por fim, Eduarda Rippel Vieira apresenta o artigo resultado de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura, o qual aborda uma questão premente que é a necessidade de formação das professoras da educação infantil e séries iniciais para lidar com a temática de gênero e sexualidade, tópico tabu nas escolas ainda hoje.

Além dos capítulos apresentados, há uma seção de depoimentos, procurando contemplar estudantes que participaram e participam do NEPGS BG, procurando observar o



olhar destes/as sobre a experiência vivenciada e a contribuição do núcleo para suas vidas.

Este é um livro que leva a todos/as/es a esperar, como diria Paulo Freire. Os capítulos que compõem esta obra são exemplos do que se faz no NEPGS BG, apesar de não esgotarem as inúmeras ações que tocaram e tocam a comunidade interna e externa, permitem uma reflexão sobre o potencial libertador de trabalhar com gênero e sexualidade. A escola pode ser um espaço de acolhimento, de escuta, de beleza, e o NEPGS BG convida a todos/as/es nós a conhecer uma educação que liberta na medida em que instiga a pensar e sentir. Boa leitura!



Seção Teórica

TRAJETÓRIA DO NEPGS - IFRS CAMPUS BENTO GONÇALVES: As primeiras ações

Janine Bendorovicz Trevisan²

Josiane de Souza³

Resumo: Neste capítulo, reconstruímos o histórico da institucionalização do NEPGS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade) no campus Bento Gonçalves, ocorrido pela iniciativa protagonista de estudantes no ano de 2015. Ressaltamos, dentre as atividades desenvolvidas, a ação de confecção e exposição de cartazes pelos estudantes, intitulada “O machismo nosso de cada dia”. Essa ação deu visibilidade ao grupo e foi um divisor de águas na implementação do núcleo. Além disso, apresentamos as ações decorrentes dessa, especialmente realizadas no primeiro semestre do ano de 2016 e que seguiram sendo realizadas nos anos subsequentes, como a realização de “Rodas de conversa”, “Cursos de Gênero”, “Cine Debates” e um evento alusivo ao Dia Internacional do Combate à LGBTfobia. Por fim, relatamos alguns obstáculos e evidenciamos a importância do NEPGS para a comunidade acadêmica, como espaço de acolhimento e motivação para estudantes no caminho do empoderamento feminino e na promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Gênero. Protagonismo estudantil. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo consiste em reconstruir o histórico de institucionalização do NEPGS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade) no campus Bento Gonçalves, ocorrido no ano de 2015 a partir da iniciativa de um grupo de estudantes do Ensino Médio. O artigo apresenta as motivações e ações iniciais, antes mesmo da institucionalização do Núcleo até o momento da

² Janine Bendorovicz Trevisan. Docente de Sociologia do IFRS Campus Bento Gonçalves. Email: janine.trevisan@bento.ifrs.edu.br

³ Josiane de Souza. Docente de Física do IFSUL Campus Sapucaia do Sul. Email: josianesouza@ifsul.edu.br

ação principal que envolve toda a comunidade acadêmica. O artigo descreve essa ação, analisando as falas ouvidas por nossos estudantes e que passam a ser estampadas nos corredores e murais do campus, além de discutir seus impactos junto à comunidade acadêmica.

DESENVOLVIMENTO

Durante o ano letivo de 2015, um grupo de estudantes da turma do segundo ano do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio do Campus Bento Gonçalves do IFRS começou a reunir-se, fora da sala de aula, com as professoras Josiane de Souza e Janine Trevisan. O objetivo inicial dos estudantes era desenvolver um aplicativo voltado ao esclarecimento acerca de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) especificamente para mulheres que mantêm relações homoafetivas. No entanto, com o desenrolar das reuniões, o grupo foi percebendo outros interesses, especificamente no sentido de constituir um espaço para debater e aprofundar seus conhecimentos acerca dos temas relacionados à gênero e sexualidade. Além disso, mostrava-se urgente a constituição de um espaço de escuta e acolhimento aos estudantes do campus, especialmente em questões relacionadas ao empoderamento feminino e à diversidade de gênero e sexualidade.

A institucionalização de um NEPGS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade) no campus Bento Gonçalves já era uma possibilidade e um objetivo institucional. No entanto, não parecia fazer muito sentido criar esse espaço sem a participação dos estudantes. Com a demanda e o protagonismo desse grupo de estudantes do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio, aos poucos, estudantes de outros cursos foram se

aproximando do grupo e participando das reuniões que aconteciam de maneira informal. O apoio institucional foi oferecido desde o início. Inclusive, contamos com a visita de integrantes do NEPGS do Campus Caxias do Sul do IFRS, de quem recebemos várias dicas e ideias.

O IFRS, através da Pró-Reitoria de Extensão, já contava com uma política de institucionalizar os NEPGS em cada um dos seus 17 campi. Aqueles que já possuíam o NEPGS, no entanto, o tinham criado a partir da iniciativa de servidores ou da própria direção. Nesse sentido, a experiência do campus Bento Gonçalves se diferenciava, na medida em que a demanda e a principal iniciativa surgiu dos próprios estudantes, apoiada, certamente, por servidores/as e pelas direção geral, de ensino e de extensão.

Durante o ano letivo de 2015 houve greve de servidores e o campus teve seu calendário suspenso e permaneceu sem aulas durante quase 90 dias. Nesse período, esse grupo de estudantes reunia-se com as docentes para debater temas diversos relacionados às questões de gênero e sexualidade. Entendeu-se ser necessário sedimentar o conhecimento conceitual acerca da temática, de modo que as reuniões se tornaram espaço de análise e debate de textos lidos previamente. Com o fim da greve e a retomada do calendário acadêmico, o grupo passou a reunir-se semanalmente, agregando demais estudantes interessadas/os. Definiu-se, naquele momento, que a finalidade das reuniões seria de estudo e discussão de textos para aprofundar os conhecimentos conceituais dos participantes, sem ainda realizar nenhuma ação voltada a um público maior do campus.

As reuniões iniciais

Inicialmente, o grupo reunia-se semanalmente de maneira informal. Os estudantes interessados iam aparecendo, a convite

dos que já participavam. O grupo era pequeno mas muito focado e dedicado. Nesse período, que durou praticamente um semestre letivo (de julho a dezembro de 2015), procuramos nos fortalecer conceitualmente, lendo e debatendo textos importantes sobre conceitos como gênero, feminismo, machismo, entre outros.

O recém-lançado Dicionário Crítico de Gênero (2015), organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi, nos subsidiou em muitas discussões, por trazer verbetes fundamentais com explicações consistentes academicamente, mas em linguagem bastante acessível ao público adolescente. Com o auxílio desse dicionário, debatemos temáticas diversas, como: relações de gênero, direitos humanos, feminismos, patriarcado, violências de gênero, heteronormatividade, homofobia, transgênero, sexismo, entre outros; e conhecemos autores/as importantes, como Joan Scott (1990), Virgínia Woolf, Mary Woolstonecraft, Olympe de Gouges, Judith Butler (2003), etc.

O texto da antropóloga Adriana Piscitelli (2009), "Gênero: a história de um conceito", foi um dos primeiros a serem lidos e debatidos em nossas reuniões e nos auxiliou a compreender a trajetória desse conceito, as diferenças entre padrões ao longo dos tempos, tanto no Brasil quanto em outros países, como, por exemplo, no Afeganistão. Juntamente com as leituras e discussões conceituais e teóricas, fomos analisando e debatendo notícias e temáticas atuais no mundo, no Brasil, na política e em nossos próprios cotidianos. Os/as estudantes foram aprimorando sua compreensão de que suas experiências, muitas vezes constrangedoras e desagradáveis, não eram isoladas, mas faziam parte de algo muito maior, ancorado em um sistema patriarcal⁴ que se impõe sobre nossa sociedade, alimentando o machismo

⁴ Para o entendimento desse conceito nos amparamos em ENGELS (1991) e MACHADO (2000).

estrutural que tanto afeta a todos nós, meninos e meninas, homens e mulheres.

A primeira intervenção e a institucionalização do NEPGS no Campus Bento Gonçalves

Ao final do ano de 2015, o grupo já estava bastante fortalecido e seguro conceitualmente para ampliar as ideias do NEPGS para a comunidade acadêmica do campus. Não era um momento fácil, pois as meninas relatavam várias situações de machismo e constrangimento nos corredores do campus, especialmente a partir de comentários por parte dos colegas, mas também por servidores técnicos e docentes. Uma situação especificamente ocorrida em uma rede social, em ambiente virtual, no entanto, nos provocou a realizar a primeira ação imediatamente.

Era uma quarta-feira à noite e estávamos navegando na rede social quando nos deparamos com uma postagem de um dos nossos estudantes. O conteúdo da postagem fazia referência a um programa de televisão e estimulava atitudes preconceituosas e discriminatórias. Os comentários que se seguiram expuseram uma estudante do campus (participante de nossas reuniões) de forma muito constrangedora. Em poucos minutos, já havia mais de 300 comentários envolvendo a estudante e outras situações ocorridas dentro e fora do espaço escolar. Pensamos: “como essa estudante vai entrar na sala de aula amanhã de manhã?”. No dia seguinte, quinta-feira ao meio-dia, tínhamos nossa reunião semanal e o assunto a ser discutido não poderia ter sido outro: o evento ocorrido virtualmente na noite anterior.

Durante a reunião, outras situações extremamente graves e constrangedoras que algumas meninas vivenciavam, e nem imaginávamos, foram trazidas à tona e fomos percebendo que não

poderíamos mais permanecer apenas conversando e acolhendo as estudantes envolvidas, era necessário agir. As deliberações do grupo nesta reunião orientaram as ações seguintes: nessa mesma tarde e nos dois dias seguintes, iríamos confeccionar cartazes no intuito de apresentar frases que nossas estudantes já ouviram dentro da escola ou em ambiente virtual a partir dos próprios colegas e servidores. No sábado, durante a Mostra Técnico Científica que acontecia no campus, o grupo espalhou os cartazes pelas paredes da escola. Na segunda-feira, ao meio-dia, organizamos uma grande roda de conversa aberta a todos/as os/as estudantes e servidores/as do campus interessados/as sobre o tema. Além disso, todas as meninas, estudantes, professoras e técnicas administrativas foram convidadas a virem ao campus usando saia, vestido ou short, e batom vermelho. A justificativa para tal convite se deu pela declaração das estudantes de que não se sentiam confortáveis para usarem saias, vestidos ou shorts no campus, por conta do assédio que sofriam. Mesmo com o calor do verão, as meninas sempre vestiam calças compridas. A ideia era ressaltar que meninas merecem respeito independente da roupa ou maquiagem que estejam usando. A ação foi denominada “O machismo nosso de cada dia” e se estendeu durante toda a semana seguinte. Duas rodas de conversa foram realizadas, na segunda e na quarta-feira, durante o intervalo do almoço, com presença massiva de estudantes do campus. Além disso, um grupo de estudantes confeccionou estampas em camisetas que eram levadas pelos estudantes, com frases e imagens feministas. As figuras a seguir narram essa atividade.

Figura 1: Estudantes confeccionando cartazes para 1ª ação do NEPGS



Fonte: acervo NEPGS

Figura 3: Estudantes confeccionando cartazes



Fonte: Acervo NEPGS

Figura 2: Estudantes confeccionando cartazes para 1ª ação do NEPGS



Fonte: Acervo NEPGS

Figura 4: Título da ação, colocado na entrada do campus



Fonte: Acervo do NEPGS

Figura 5: Estudantes afixando cartazes



Fonte: Acervo NEPGS

Figura 6: Estudante estampando camisetas



Fonte: Acervo NEPGS

Figura 7: Roda de conversa com estudantes do campus



Fonte: acervo NEPGS

Figura 8: Roda de conversa com estudantes do campus



Fonte: acervo NEPGS

Figura 9: Roda de conversa com estudantes do campus



Fonte: acervo NEPGS

Figura 10: Roda de conversa com estudantes do campus



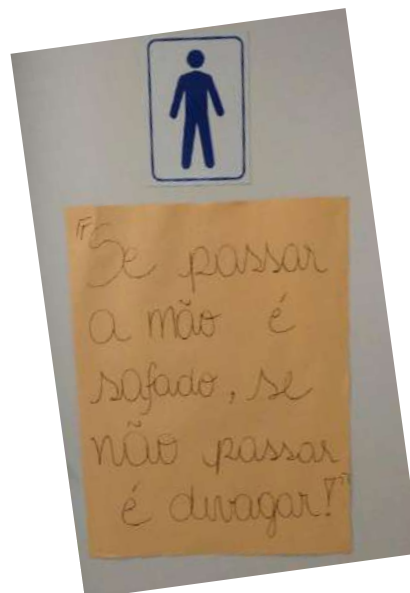
Fonte: acervo NEPGS

Figura 11: Cartaz com incentivo à denúncia de abusos



Fonte: acervo NEPGS

Figura 12: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



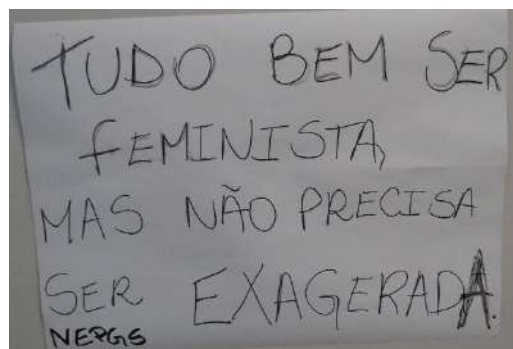
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 13: Cartaz com frase enviada em grupo de whatsapp



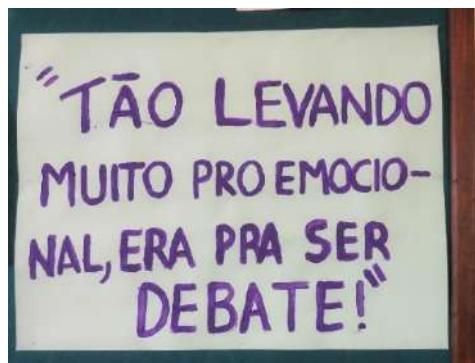
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 14: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



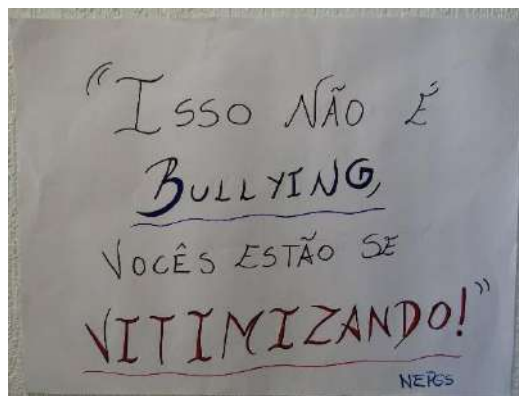
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 15: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 16: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



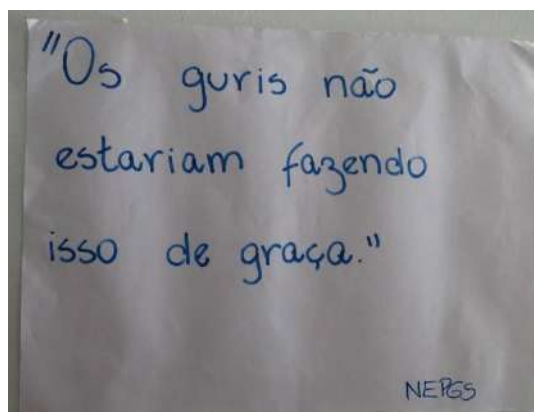
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 17: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



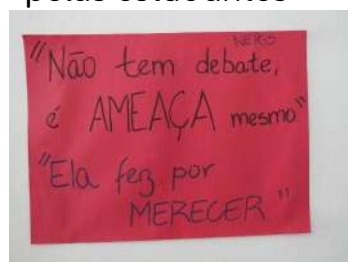
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 18: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



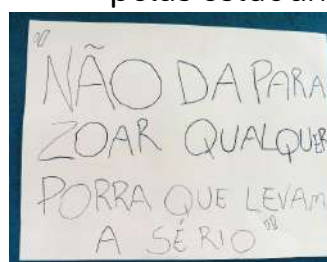
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 19: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



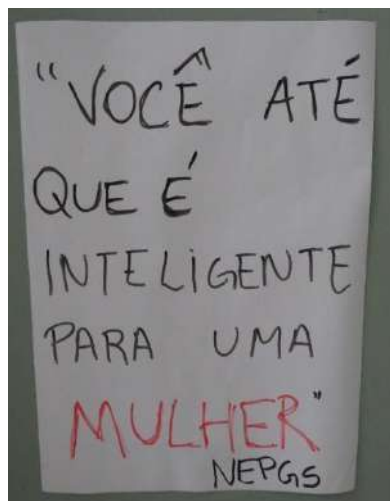
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 20: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



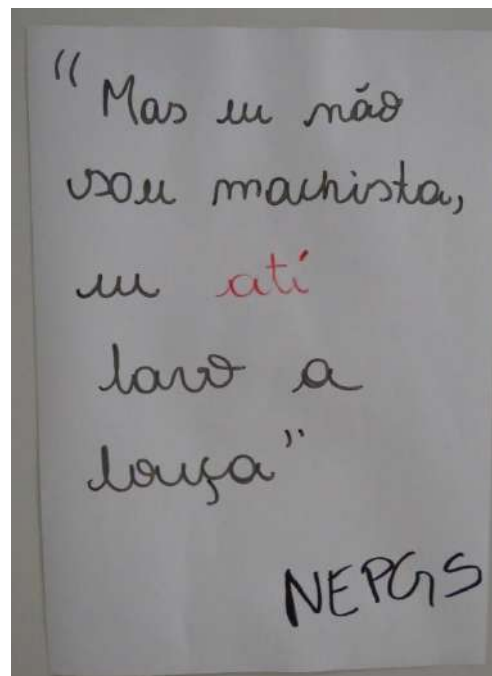
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 21: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



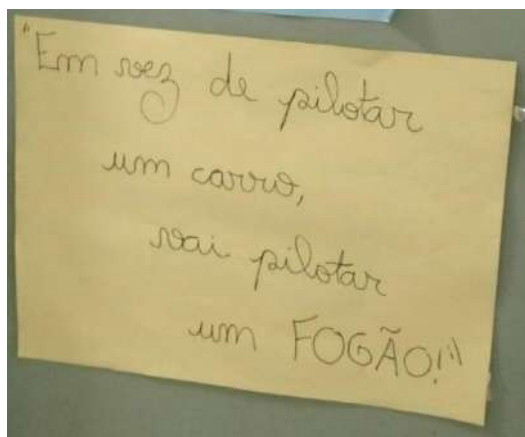
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 22: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



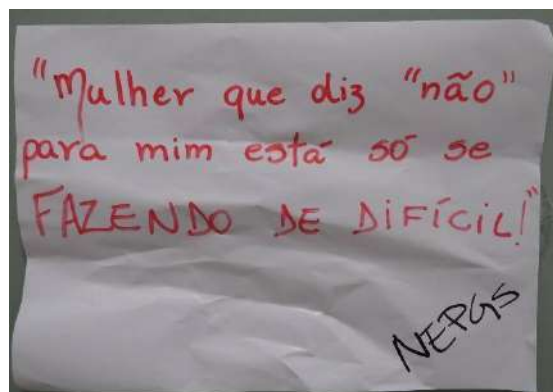
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 23: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



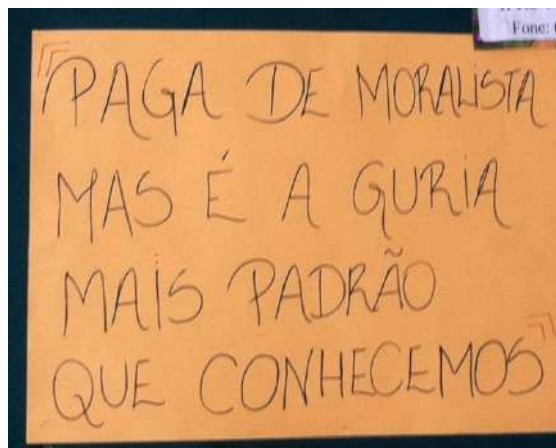
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 24: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



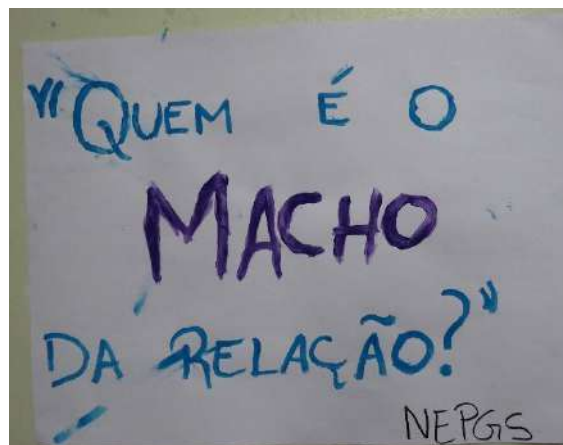
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 25: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



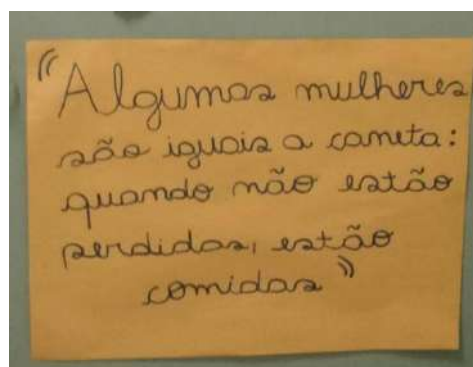
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 26: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



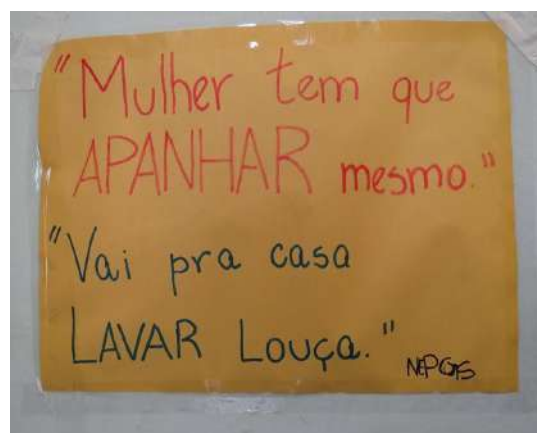
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 27: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



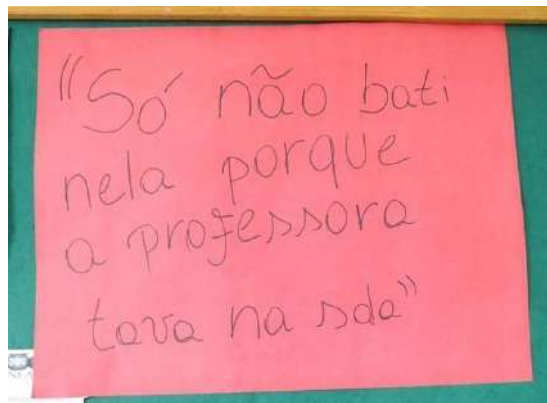
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 28: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



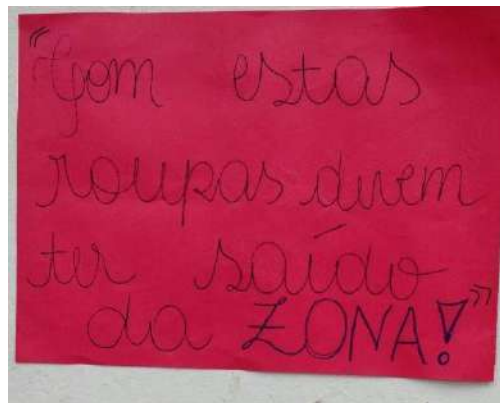
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 29: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



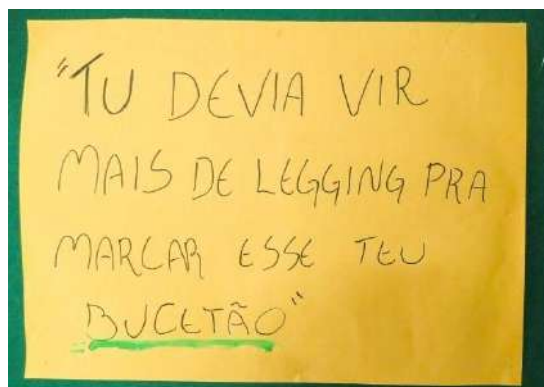
Fonte: Acervo Neps

Figura 30: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



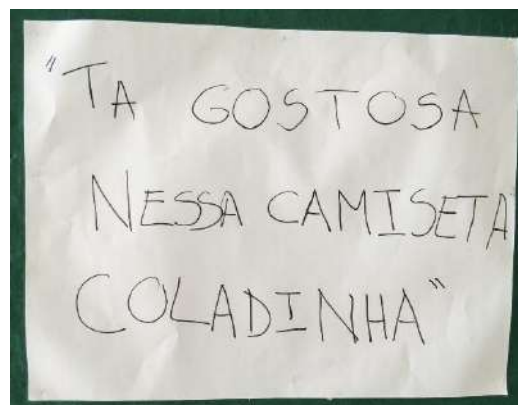
Fonte: Acervo Neps

Figura 31: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



Fonte: Acervo Neps

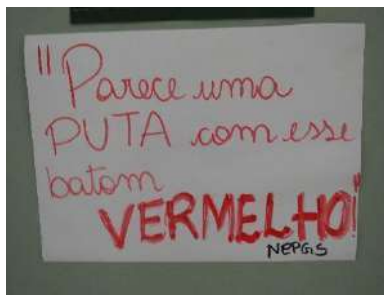
Figura 32: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



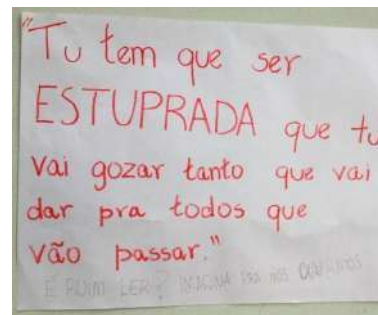
Fonte: Acervo Neps

Figura 33: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes

Figura 34: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes

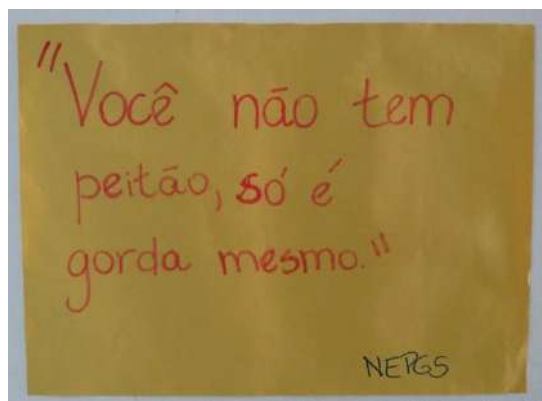


Fonte: Acervo Nepgs



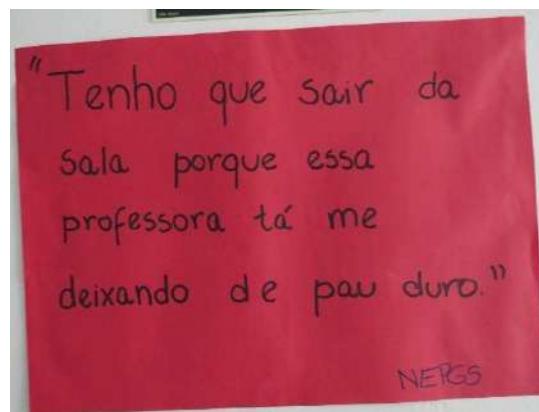
Fonte: Acervo Nepgs

Figura 35: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 36: Cartaz com frase ouvida pelas estudantes



Fonte: Acervo Nepgs

As figuras 1, 2 e 3 mostram nossas/os estudantes confeccionando os cartazes para a ação. A figura 4 exibe a foto com o título da ação colocada na entrada do campus, antecipando a ideia do que iria ser visto dentro do campus. A figura 5 apresenta nossas estudantes afixando os cartazes pelos murais e paredes do campus. A figura 6 mostra uma estudante estampando camisetas durante as ações dessa semana. As figuras 7, 8, 9 e 10 trazem imagens das rodas de conversa que realizamos durante essa semana e que contou com a participação de cerca de 80 estudantes. A figura 11, fixada na porta de um dos banheiros

femininos da instituição, convida as meninas a denunciarem qualquer assédio ou abuso que possam estar sofrendo. Após essa semana, o NEPGS passou a receber muitas denúncias e também a ser procurado por um número crescente de estudantes e servidoras. Ganhou visibilidade e respeito, apesar das controvérsias e desconfortos gerados pela ação. Todas as demais figuras trazem frases frequentemente ouvidas por nossos/as estudantes. A exposição dessas frases impactou diretamente na vida organizacional do campus, de modo que o caminho transcorrido não poderia ser retrocedido.

A frase da figura 12, fixada na porta de um dos banheiros masculinos do campus, indica os padrões de masculinidade que se impõem sobre os meninos. A frase da figura 13 sugere que as feministas não permitem opiniões diversas, o que será reforçado pela frase 14, que demonstra tolerar o feminismo, desde que que “não seja exagerado”. A frase da figura 15 sugere que meninas/mulheres não sabem “debater”, apelando para aspectos pessoais. A ideia de exagero e vitimização ainda é reforçada nas frases das figuras 16 e 17. A frase da figura 18, ao argumentar que “os guris não estariam fazendo isso de graça”, justifica a agressão, levando à ideia de que a menina/mulher “fez por merecer” (figura 19). A frase da figura 20 apela para a piada, sugerindo que é tudo “zooção”, mas que as meninas “levam a sério”.

A frase da figura 21, “você até que é inteligente para uma mulher”, remete à ideia de que homens são mais inteligentes do que as mulheres. A seguir, a figura 22 apresenta uma frase que já povoa o imaginário social, sugerindo que meninos e homens que “até lavam a louça” estariam isentos de uma rotulagem, mesmo que sejam machistas. No entanto, a mensagem veiculada na frase da imagem 23 é clara: “mulheres devem apenas pilotar o fogão”.

A figura 24 traz a crítica às mulheres que “se fazem de difícil”. A frase da figura 25 também remete à ideia de que as mulheres querem aparentar ser algo diferente do que são. A frase da figura 26 critica relações homoafetivas entre mulheres, sugerindo que uma delas deveria ser “o macho da relação”. A mensagem subjacente à frase da figura 27 indica que as mulheres precisam estar disponíveis sexualmente para os homens para não ficarem “perdidas”. As frases das figuras 28 e 29 incitam e legitimam a violência física, a primeira naturalizando a ideia de que “mulher tem que apanhar” e a segunda justificando que “só não bateu porque a professora estava na sala”.

As figuras 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36 fazem referência à aparência física e às vestimentas das meninas, com caráter sexual. A frase da figura 34 talvez tenha sido a que mais provocou reações negativas no campus, por parte de toda a comunidade acadêmica, na medida em que estaria fazendo apologia ao estupro. No entanto, os estudantes mencionaram no próprio cartaz o que poderia vir a ser uma resposta: “é ruim ler? Imagina então ouvir”.

É fato que a atividade de confecção e exposição dos cartazes, foi um divisor de águas na implementação do NEPGS no campus Bento Gonçalves, pois, após ela, instantaneamente, surgiu a necessidade de efetivar o núcleo com papéis atribuídos, bem como de desenvolver mais atividades, tanto entre os estudantes que compunham o NEPGS, quanto com a comunidade em geral. Por meio da Portaria 250, de 22 de Dezembro de 2015⁵, institucionalizou-se o NEPGS, sob a coordenação da professora Janine, composto por estudantes de diversos cursos, do nível médio e superior, e por servidores docentes e TAES. Internamente, os estudantes contribuíram efetivamente nas atividades do núcleo,

⁵ Posteriormente, em 2019, foi publicada a regulamentação do NEPGS Bento Gonçalves

também assumindo atribuições na secretaria, tesouraria, comunicação, produção visual, e na realização de oficinas para a comunidade em geral. O Núcleo passou a receber um número crescente de estudantes para as reuniões semanais e, mensalmente, passou a realizar atividades diversas nos sábados. Entre tais atividades estavam a exibição de filmes com debate posterior, atividades dinâmicas, rodas de conversa, entre outras, como será relatado a seguir.

Ações decorrentes da institucionalização

A partir da mobilização gerada pela ação inicial, o Nepgs passou a ser foco de interesse de um número expressivo de estudantes, tanto do ensino médio quanto dos cursos superiores. Esses, por terem suas aulas preponderantemente no turno da noite, até então, haviam ficado mais distantes dos debates promovidos pelo Núcleo. A ideia, mais uma vez trazida pelos próprios estudantes, de realizar atividades mensais aos sábados, buscava também aproximar e oportunizar o debate com esse público. Alguns estudantes mais atuantes permaneceram na instituição durante algumas noites para divulgar as atividades e convidar os estudantes a participarem. O resultado foi bastante satisfatório, na medida em que começamos a contar com essa integração entre estudantes de cursos técnicos do ensino médio e estudantes dos cursos de graduação nas atividades dos sábados.

As figuras a seguir ilustram algumas das nossas atividades seguintes.

Figura 37: Dinâmica realizada em sábado com estudantes dos níveis médio e superior	Figura 38: Dinâmica realizada em sábado com estudantes dos níveis médio e superior
--	--



Fonte: Acervo Nepgs



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 39: Dinâmica realizada em sábado com estudantes dos níveis médio e superior



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 40: Ação pelo dia internacional contra a LGBTfobia (17/5)



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 41: Ação pelo dia internacional contra a LGBTfobia (17/5)



Figura 42: Ação pelo dia internacional contra a LGBTfobia (17/5)



Fonte: Acervo Nepgs

Fonte: Acervo Nepgs

Figura 43: Ação pelo dia internacional contra a LGBTfobia (17/5)



Fonte: Acervo Nepgs

Figura 44: Curso sobre gênero promovido pelo NEPGS

PARA COMPREENDER AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ATUALIDADE - Curso Aberto

Programação:

Mulheres na antiguidade Professor Tiago Goshalt Dias 06/06 e 13/07 (sexta e segunda de 18h30min)	Antropologia Filosófica: Mulheres na Filosofia Professor Franco Soares 06/07 - 13/07 (segunda e segunda de 18h30min)	Mulheres na literatura Professora Anamária Moreira Dias 20/06 e 27/06 (sexta e sexta de 18h30min)
Gênero, corpo e imagem Professora Letícia Fereira Dias 03/07 e 10/07 (sexta e sexta de 18h30min)	Gênero e Relações de Poder Professora Cristiana Almeida 03/07 e 10/07 (sexta e sexta de 18h30min)	Movimentos sociais, Religião e gênero Professora Janine Trevisan 03/07 e 10/07 (sexta e sexta de 18h30min)

Coordenação: Professora Janine Trevisan

Carga horária total: 24 horas - Será fornecida certificação para quem alcançar pelo menos 75% de frequência.

Aberto a alunos(as) dos cursos: licenciatura, pedagogia e artes visuais do IFES - Campus Bento Gonçalves

Realização: Projeto de ensino IFES - Campus BG
Apoio: NEPGS IFES - BG

Inscrições por:
generonaatualidade@gmail.com
05/07/2016

PARTICIPE!
Sempre Terças ou Quartas nos Audios z

Fonte: Acervo Nepgs

As figuras 37, 38 e 39 referem-se à atividade “Roda de Conversa”, que foi realizada aos sábados com a presença de alunos do ensino médio e do ensino superior. Nessa atividade, mediada por algum docente do campus, debatia-se conceitos e situações acerca das temáticas de gênero e sexualidade, com embasamento teórico em textos científicos e/ou jurídicos. Em uma dessas atividades, os alunos desenharam figuras humanas em que atribuíam experiências e sentimentos a cada um dos órgãos. Por exemplo, nas orelhas, escreviam coisas que já ouviram; nos olhos, situações vistas; na boca, o que já falaram; no coração, os sentimentos; nos pés, o que os sustenta e permite prosseguir a caminhada; nas mãos, o que tem para oferecer; no estômago, o que lhes gera raiva ou angústia, etc. Em seguida, cada estudante apresentou seu desenho e explicou o que colocou para cada órgão, oportunizando um debate bastante profundo sobre si

mesmos. Tal atividade aproximou os estudantes e os possibilitou a articulação de estratégias para superar as dificuldades encontradas.

As fotos das figuras 40, 41, 42 e 43 retratam a ação desenvolvida na data de 17 de maio de 2016, Dia Internacional contra a LGBTfobia. Nessa ocasião, as/os estudantes organizaram apresentações musicais, tocando e cantando músicas com temática de violências de gênero e/ou de artistas da comunidade LGBTQIA+. Entre uma música e outra, as/os estudantes leram dados estatísticos de violência contra o público LGBTQIA+, convidando a comunidade escolar para refletir sobre os dados e a participarem do NEPGS e de suas atividades. Além disso, um grupo teatral de estudantes do campus realizou uma performance invertendo papéis de gênero, em que os casais heterossexuais eram perseguidos. Desde então, essa ação tem sido replicada anualmente, no dia 17 de maio, exceto durante o período de pandemia de COVID-19, em que as atividades presenciais do campus estiveram suspensas. Outra atividade proposta pela primeira vez em 2016 e que seguiu sendo ofertada e aprimorada nos anos subsequentes foi o “Curso sobre Gênero” (Foto 44). Em 2016, o público-alvo era a comunidade interna (estudantes e servidores/as). Em 2017, ampliou-se para um curso de extensão para estudantes de licenciaturas e docentes das redes estadual e municipal. Nessa ocasião, a Secretaria Municipal de Educação de Bento Gonçalves, atraída pelo curso, firmou parceria com o NEPGS para formação específica na área para a rede municipal, o que foi realizado nos anos de 2018 e 2019.

Além das atividades já mencionadas, houve outra atividade que acabou extrapolando os limites do campus: os Cine Debates aos sábados. Proposta pelos alunos mas, inicialmente, mediada por docentes, essa atividade consistiu em um encontro em que os

estudantes assistiram o filme “A Flor do Deserto” (2009) e depois debateram acerca de questões de gênero e direitos das mulheres no Brasil e no mundo. A atividade obteve grande aproveitamento e sucesso, o que motivou os estudantes (com apoio dos docentes) a ampliarem essa ação para escolas municipais e estaduais do município de Bento Gonçalves.

Vale ressaltar que todo o processo de implementação do NEPGS no campus Bento Gonçalves contou com episódios de resistência e tentativas de boicote orquestrados por estudantes e servidores que, inicialmente, demonstraram estranhamento às ações e não conseguiam compreender a necessidade de mudança nas atitudes que vitimizavam alunas e servidoras. Um desses episódios mais marcantes foi a ocupação, por estudantes e servidores, de um local reservado para uma reunião do grupo, impedindo que o encontro ocorresse ali. Na ocasião, a roda de conversa não pôde ser realizada no local previsto, sendo transferida para outro ambiente externo no campus (Vide figura 10). No entanto, com o passar do tempo e o trabalho propositivo do núcleo para atividades promotoras da educação em relação à diversidade de gênero, e com o apoio da gestão e instituição, um número crescente de estudantes e servidores passaram a compreender a importância institucional do NEPGS como um espaço de aprendizagem, debate, pesquisa, extensão e acolhimento.

Enquanto docentes que participaram efetivamente nessa construção, podemos afirmar que o desafio de criar o NEPGS foi enorme, pois além da resistência de parte da comunidade acadêmica, também precisávamos estabelecer o núcleo como espaço de pesquisa, ensino e extensão, além do acolhimento. Ao abrir espaço para o diálogo acerca de questões de gênero e sexualidade, nos colocamos, inicialmente, na figura de ouvintes e

tivemos que lidar com inúmeros relatos de situações que vinham carregadas de violências emocionais e psicológicas. Esse acolhimento, tão necessário e imediato, foi acompanhado pelas equipes de enfermagem e psicologia do campus, além do constante apoio institucional da equipe diretiva. Logo, para além dos desafios, queremos ressaltar a importância que o Núcleo teve na formação de diversos estudantes e na nossa própria construção docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do NEPGS no campus Bento Gonçalves, ocorrida por meio da iniciativa de estudantes do ensino médio, nasceu da necessidade e emergência na mudança de atitudes que causavam constante constrangimento às alunas e servidoras. Apesar de, no início, o grupo se reunir para promover a escuta e o apoio, as atividades que seguiram impulsionaram a institucionalização do núcleo, enfatizando seu papel educativo, de pesquisa, extensão, ensino e conscientização. O processo descrito neste capítulo não foi fácil, nem passou imune a críticas e resistências, porém todo esforço mostrou-se recompensado na medida em que conduziu mudanças expressivas na vida acadêmica do campus.

Desde então, o NEPGS se fortaleceu, criou seu regulamento, recebeu ainda mais apoio institucional e, hoje, conta com um programa no campus Bento Gonçalves, intitulado “Gênero e diversidade no ambiente escolar”. A partir de 2016, tem contado com bolsistas de extensão e recursos financeiros obtidos em editais específicos, o que nos oportunizou a realização de diversas atividades. Ainda em 2016, conquistamos uma pequena sala, que usamos para trabalho dos bolsistas e pequenas reuniões. As

reuniões abertas ocorrem em espaços maiores do campus. Durante os anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia de coronavírus, todas as reuniões ocorreram de forma remota, oportunizando a participação de estudantes que não estão mais no campus, mas seguem vinculados ao NEPGS. Destaca-se, também, especialmente a partir de 2019, o aumento de pesquisas realizadas por estudantes e docentes envolvendo a temática de gênero, as quais têm sido estimuladas e divulgadas pelo NEPGS em forma de *lives* transmitidas pelo canal do *youtube* do campus Bento Gonçalves do IFRS. Certamente, há ainda muito a se conquistar, mas a existência do NEPGS no campus Bento Gonçalves continua acolhendo e impulsionando as/os estudantes no caminho do protagonismo e empoderamento feminino, além de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio. (orgs.) *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2015.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropologia*. Brasília. 2000.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.) *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez. 1990.

O MOVIMENTO FEMINISTA E O ENGENDRAMENTO DO CONCEITO DE GÊNERO: Contribuições teóricas para pensar

*Ana Lúcia Paula da Conceição*⁶

*Edson Carpes Camargo*⁷

Resumo: Desde a primeira onda do movimento feminista o termo gênero foi ressignificado, assumindo um papel importante na configuração da luta feminista. É neste cenário que este estudo tem por objetivo trazer para o debate a importância dos movimentos feministas de forma contextualizada e histórica, buscando avançar nas problemáticas sobre gênero de forma a atualizar o debate sobre os campos de disputa da temática no contexto ético, político e social. Diante disso, o referencial teórico está ancorado nos escritos de Scott (1995), Meyer (2010), Louro (2010) e Pinto (2010) dentre outras teóricas que se ocuparam das questões feministas e do conceito de gênero. O percurso metodológico foi pautado pela pesquisa qualitativa de cunho exploratório, articulando os referenciais teóricos com as discussões sobre o conceito de gênero. As reflexões pautadas aqui apontam para definição do termo gênero em diferentes momentos do movimento feminista e para a possibilidade de utilização do conceito de gênero para analisar como o poder opera produzindo hierarquias nas relações entre homens e mulheres. Pontua-se que este estudo não intenciona trazer respostas ou encerrar o assunto sobre o tema, mas propor pensar que os conceitos permanecem abertos para criação e produção de outras lutas.

Palavras-chave: Movimento Feminista. Direitos. Mulher. Gênero.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Quem confia nos dicionários (e desconfia do que ali não está) talvez tenha resistências em iniciar este diálogo. No

⁶ Pedagoga. Mestra em Educação. Doutoranda em Educação. Bolsista CAPES/PROEX – UNISINOS. Docente da área de Educação no IFRS – Campus Bento Gonçalves. Estudo desenvolvido com o apoio do IFRS – Campus Bento Gonçalves. *E-mail:* ana.conceicao@bento.ifrs.edu.br

⁷ Pedagogo. Doutor em Educação. Docente da área de Educação no IFRS – campus Bento Gonçalves. Email: edson.camargo@bento.ifrs.edu.br

sentido muito específico e particular que nos interessa aqui, gênero não aparece no Aurélio. Mas as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos (LOURO, 2010, p. 14).

É a partir das palavras que construímos o mundo?

As palavras são campos de disputa e, como tal, fazem emergir a necessidade de refletirmos sobre as suas codificações. Precisamos duvidar das codificações. Duvidar da possibilidade de codificar o sentido das palavras nos possibilita analisar os sentidos incorporados e que são atravessados pela invenção e imaginação humana. Louro (2010) nos instiga a pensar que as palavras têm história, ou em outro sentido, as palavras fazem a história. É neste cenário que buscaremos apresentar algumas contribuições teóricas que nos auxiliem a pensar o conceito de gênero.

Faz-se necessário então, uma contextualização histórica colocando o olhar sobre os movimentos feministas para compreender no presente os atravessamentos de gênero que constituíram conformaram os nossos modos de olhar as relações entre homens e mulheres, de modo essencialista, generalizante, universalizante. Desse modo, temos como proposta em um primeiro momento apresentar a primeira onda do movimento feminista e sua importância histórica na visibilidade da luta das mulheres pelo direito ao voto. Em um segundo momento, apresentamos a segunda onda do movimento feminista e sua importância na produção acadêmica e o direito das mulheres sobre seus corpos. Por fim, ao apresentar a terceira onda deste movimento contextualizamos como o conceito de gênero enquanto ferramenta analítica se torna útil para a compreensão das relações de gênero e de como o poder opera posicionando homens e mulheres em nossa sociedade.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é trazer para o debate a importância desses movimentos de forma contextualizada e histórica, buscando avançar nas problemáticas sobre gênero de forma a

atualizar o debate sobre os campos de disputa da temática no contexto ético, político e social.

A 1ª ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA

É claro que a luta pelo direito ao voto agregou muitas outras reivindicações como, por exemplo, o direito à educação, à condições dignas de trabalho, ao exercício da docência e, nesse sentido, deve-se ressaltar que a história, em geral, se refere a um movimento feminista no singular, mas que já é possível visualizar, desde ali, uma multiplicidade de vertentes políticas que fazem do feminismo um movimento heterogêneo e plural (MEYER, 2010, p. 12)

De acordo com Abreu (2002), as primeiras manifestações organizadas que lutavam pelos direitos das mulheres ocorreram nos Estados Unidos em julho de 1848 e foram denominadas de “Women’s Rights Conventions”, nas quais as reivindicações de igualdade perante a lei e do direito a elegerem e serem eleitas tomaram conta dos debates. Partindo dessas reivindicações, as norte-americanas puderam votar e ser eleitas a partir de 1913 em pelo menos nove estados da Federação, enquanto o Parlamento Inglês reconheceu somente em 1918 o direito das mulheres, com a aprovação da lei de reforma eleitoral que, ainda assim, conferia o direito ao voto somente às mulheres com idade igual ou superior a 30 anos e ainda que os maridos obtivessem uma renda mínima anual de 5 libras esterlinas, tornando-se qualificados para o voto. Em 1928 foi alargado o direito ao voto a todas, com idade igual ou superior a 21 anos.

Esses acontecimentos marcaram o que historiadores e historiadoras feministas definiram como a primeira onda do movimento feminista, o qual transcorreu na segunda metade do século XIX e começo do século XX. No Brasil, conforme Céli Pinto (2003; 2010), as

*sufrajetes*⁸ foram lideradas por Bertha Lutz, que retorna de seus estudos no exterior em 1918 e inicia a luta pelo voto, tornando-se uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1921. Na década de 1920, o movimento feminista brasileiro era moderado, primeiramente por evitar atacar a Igreja, depois por não quererem ser confundidas com as inglesas, que agiram de forma agressiva invadindo o parlamento, lançando bombas incendiárias, fazendo greves de fome e provocando suicídios políticos, o que propiciou que fosse criado o estereótipo das feministas “masculinizadas”. Distanciando-se deste rótulo, mas não menos potentes, as brasileiras faziam pressão escrevendo cartas e utilizando a imprensa para conquistarem os seus direitos.

Cabe ressaltar que as sufragistas eram mulheres brancas, de classe média, que reivindicavam, para além do direito ao voto e a ser votada, maiores oportunidades de estudo, oportunidades profissionais, ou seja, direitos sociais, econômicos e políticos. Embora as sufragistas utilizassem o termo “mulheres”, não incluíam todas as mulheres, já que muitas trabalhadoras não estavam em igualdade de condições com as mulheres brancas de classe média.

Em 1927 um abaixo-assinado com 2.000 assinaturas pedindo a aprovação do Projeto de Lei de autoria do Senador Juvenal Lamartine e que possibilitava o voto feminino foi encaminhado ao Senado. De acordo com Schumacher (2003) e Abreu (2002), em 1932, momento em que foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro, este direito foi conquistado, tendo sido eleitas em 1933 nove Deputadas Estaduais em todo o Brasil, algumas delas vinculadas ao FBPF: Quintina Ribeiro (SE); Antonieta de Barros (SC); Lily Lages (AL), a primeira deputada negra do Brasil; Maria do Céu Fernandes (RN); Maria Luísa Bittencourt (BA); Maria

⁸ Conforme Pinto (2010), as militantes do movimento feminista da primeira onda que reivindicavam o direito de votar e ser votada ficaram conhecidas como sufragetes.

Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (SP); Rosa Castro (MA); Zuleide Bogéa (MA).

As eleições previstas para 1937 não aconteceram em virtude do movimento que instituiu o Estado Novo. Durante o período que se estende até 1945, Abreu (2002) menciona que as eleições são suspensas e o medo instala-se no país e, em virtude da perseguição política, enfraquecendo as organizações de mulheres que praticamente desapareceram. Para Fougeyrollas-Schwebel (2009) e Pinto (2010), tanto na Europa como nos Estados Unidos e no Brasil, esse feminismo inicial perdeu força depois de 1930, criando uma lacuna entre a primeira e a segunda onda, quando o movimento é novamente retomado. A repressão que se instalou em 1937 pode ter contribuído para intimidar o movimento feminista ao menos aqui no Brasil, uma vez que a classe média ocupou o cenário político e as líderes feministas saíram de cena.

A primeira onda do feminismo que se ocupou principalmente do sufrágio universal, garantindo o direito ao voto feminino, reduz a intensidade e, paulatinamente, cede lugar à preocupação com a diversidade, dando origem a um novo momento do movimento feminista.

A 2ª ONDA DO MOVIMENTO

O 'conceito' de gênero será, teoricamente, o divisor de águas para uma outra fase distinta desta primeira, e anunciador, de certa forma (ainda que do ponto de vista temporal tenha sido tardiamente acionado), de uma segunda onda do próprio feminismo, em que se passou a valorizar significativamente mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças (identitárias substantivamente, mas não apenas elas) do que propriamente a igualdade e o igualitarismo (MATOS, 2008, p. 338).

Na década de 1960, o movimento feminista reaparece nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil assumindo, conforme Pinto (2010), as características de segunda onda, exigindo não mais o direito de voto,

mas também as reivindicações referentes à sexualidade, com o direito ao prazer, e ao corpo, no que concerne ao aborto e às pílulas anticoncepcionais, lançadas em 1960 nos Estados Unidos e 1961 na Inglaterra. Movimentos que contrariavam os valores morais e questionavam a ordem estabelecida há séculos, como o movimento *hippie* na Califórnia e o maio de 68 em Paris, proporcionaram que o movimento feminista assumisse um ar libertário, no qual as mulheres trataram pela primeira vez sobre as relações de poder entre elas e os homens.

No Brasil, em função da ditadura militar pela qual o país era solapado, com obstáculos à liberdade de expressão e o medo da perseguição política, se levantava a bandeira da esquerda, fortemente marcada pelas lutas políticas e sociais. Com isso, de acordo com Pedro (2012), “a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas” (p. 240), sendo seguidos por outras reivindicações, posteriormente. Entretanto, segundo Pinto (2010),

[...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (p. 16-17).

Em busca de espaços que representassem resistência ao regime militar, o movimento feminista adentrou o ambiente acadêmico. O primeiro passo foi a publicação em 1967 do trabalho de livre-docência de Heleieth Saffioti, denominado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, que abordava a violência contra as mulheres, vinculando a dominação masculina às questões de ordem econômica. O espaço acadêmico serviu para legitimar a ação feminista, muito

embora havia, e ainda há, uma desqualificação acadêmica de quem participa do movimento feminista. Em 1980, conforme menciona Pedro (2008), é criado na PUC de São Paulo o Núcleo de Estudos sobre a Mulher, o primeiro a tratar da temática no Brasil. No ano seguinte, surge na Universidade Federal do Ceará o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher e, em 1997, são cerca de 150 núcleos voltados para os estudos sobre a mulher e o feminismo.

É importante marcar que a segunda onda do movimento feminista surge após a segunda Guerra Mundial e foi fortemente marcado pela luta contra o poder dos homens sobre as mulheres, ou seja, contra o patriarcado. As mulheres reivindicavam o direito sobre seus corpos e desejos. Além disso, é nesse movimento de efervescência política que o conceito de gênero passa a ser engendrado, deixando em destaque o campo de disputa que se apresentava.

A análise histórica sobre o movimento feminista nos provoca a pensar em algumas concepções que o gênero pode assumir. Carvalho & Tortato (2009), por exemplo, mencionam que, ao assumir as características que são consideradas da essência de cada gênero, está manifestando-se no contexto social a naturalização desses gêneros, desconsiderando que, tanto homens como mulheres legitimam essas características na vida social. Os relatos de uma mãe que não reclama a guarda dos filhos depois de um processo de divórcio inquietam e reforçam os discursos construídos nos espaços sociais de que ela é a responsável pelo cuidado com os filhos, pressupondo que é parte da essência da mulher ser mãe e bondosa com seus progenitores, demonstrando sentimentos de maternidade. Por outro lado, também causa estranheza um homem que chora e expõe seus sentimentos, afinal não faz parte da natureza masculina essas reações, sendo os meninos constantemente repreendidos com chavões reforçadores da dominação masculina, tais como meninos não choram.

Outros elementos que reforçam a concepção da natureza

feminina são apresentados por Pinheiro, Galiza & Fontoura (2009) ao abordar a defasagem entre as políticas públicas emanadas do Estado e as transformações contemporâneas nas estruturas familiares, constatando que “a legislação nacional ainda mantém um viés extremamente sexista no que diz respeito ao entendimento de quais sejam as competências e responsabilidades de homens e mulheres no sentido da paternidade e da maternidade” (p. 857), ao se referir aos casos de licença-maternidade e licença-paternidade. Para as autoras, a concepção de que a mulher necessita de mais tempo junto ao filho recém-nascido do que o homem⁹ reforça o estigma de cuidadora¹⁰. Esta condição de naturalização do gênero estabelecida nas relações entre homens e homens, homens e mulheres, mulheres e mulheres relaciona-se com o sentido biologizante de gênero e vincula o seu conceito ao sexo.

Dentre as análises sobre gênero, aquela que relaciona os fatores biológicos ao conceito de gênero remonta aos primeiros estudos quando o assunto são as relações de gênero. Na década de 1960, momento em que desponta a segunda fase do feminismo, uma corrente muito forte considerou o gênero como a distinção entre masculino e feminino, tomando por base os fatos da biologia. Neste cenário, Nicholson (2000) menciona a existência do “fundacionismo biológico”, no qual coexistem corpo, personalidade e comportamento em relações consideradas como acidentais em contraposição ao determinismo biológico, ou seja, que a biologia determina os aspectos da

⁹ Conforme a Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008, a licença maternidade poderá ser ampliada de quatro para seis meses, o que, conforme Pinheiro, Galiza & Fontoura (2009), reacendeu o debate sobre as convenções de gênero reafirmadas pelo Estado e também pela barreira que esta ação cria para as mulheres, dificultando a sua participação no mercado de trabalho. Para as autoras, um avanço seria a implantação de um sistema mais flexível de licença, o qual elas denominam de licença-parental, ofertada para ambos os pais e que pode ser usufruída de maneira compartilhada, podendo ser exercida indistintamente tanto pelo pai quanto pela mãe.

¹⁰ As pesquisadoras Silva & Eggert (2010), ao debaterem o conceito de *Madresposa* presente na obra da antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2005), problematizam a ideia de que “a mulher nem precisa ser mãe biológica, ela sempre conquista e simultaneamente ganha a tarefa de cuidar de alguém: ou do pai, da mãe [...] de um amigo, inclusive!” (p. 39).

personalidade e do comportamento. O “fundacionismo biológico” se afasta do determinismo por permitir que os dados biológicos coexistam com os aspectos da personalidade. Dessa forma, o fundacionismo biológico tornou-se um obstáculo à verdadeira compreensão das diferenças entre homens e mulheres, generalizando o conceito de identidade sexual e vinculando-a ao que é específico de uma determinada cultura.

Contudo, tanto determinismo como fundacionismo ainda relacionam o gênero às questões biológicas, contribuindo para o que é chamado de naturalização dos gêneros, baseados nas concepções biologizantes de ser homem e ser mulher, resultando na construção de papéis dicotomizados. Frente a isso estão as representações de masculino e feminino que, para Carvalho & Tortato (2009), são determinadas socialmente para homens e mulheres, baseadas em uma visão dicotômica e binária, em que aparecem estereótipos em contraposição.

A palavra gênero não estava presente no início da segunda onda do movimento feminista, mas ganhou força enquanto contestação política das mulheres para empreender enfrentamento à palavra “homem”, que era utilizada de forma universal ao se referir tanto aos homens como às mulheres. Um exemplo da legitimidade dessa luta é o documento Declaração de direitos do homem e do cidadão, de 1789, que, embora a palavra homem seja universal e inclua homens e mulheres, através dele podemos perceber que essa universalização da palavra Homem não produz direitos iguais, mas silencia e nega direitos às mulheres, já que a universalização elege diferenças sejam elas marcadas, pela medicina, religião, biologia ou natureza.

GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para

um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 2010, p. 14).

Na busca por enfatizar o caráter social das distinções que se baseavam no sexo, o termo gênero começa a aparecer entre as feministas americanas. Joan Scott (1995) aponta que a palavra gênero passa a indicar uma rejeição ao determinismo biológico que marcavam o uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”. O termo gênero era utilizado no sentido relacional com a intenção de mostrar que a história das mulheres não estaria separada da história dos homens, portanto não se poderia compreender a história de um dos sexos de forma separada.

Scott (1995) chama a atenção de que as/os historiadoras/os feministas ao tentarem teorizar sobre gênero se mantiveram presas as ciências sociais mantendo argumentações de causalidades, universalistas, generalistas e desse modo não cumprindo o compromisso feminista de promover mudanças. Ao serem submetidas a um exame crítico, essas teorias demonstram seus limites, dando espaço e possibilitando outros modos de abordagem.

Ao examinar a utilização do termo “gênero”, Scott (1995) se refere a pelo menos três formas distintas: gênero como sinônimo de “mulheres”; gênero se referindo tanto ao mundo das mulheres quanto dos homens; e gênero utilizado para se referir às relações sociais entre os sexos. Além dos modos de utilização do termo gênero, Scott (1995) apresenta, entre as diversas abordagens na análise de gênero, três posições teóricas. A primeira é a teoria do patriarcado, que trata da subordinação das mulheres pela dominação masculina; a segunda é das/os feministas marxistas guiadas por uma teoria histórica e a última

é uma teoria psicanalítica, que se divide em duas escolas, a anglo-americana e a francesa.

Sem negar a importância desses estudos, Scott (1995) indica ainda que o gênero pode ser utilizado para fazer perguntas, como uma ferramenta crítica e em construção, apoiando-se nos estudos pós-estruturalistas.

Ao provocar a compreensão de gênero partir das proposições de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder, Scott (1995) auxilia na compreensão de que a organização das relações sociais estão embricadas nas mudanças das relações de poder e que elas não são unidirecionais. Ao se fazer uma análise histórica e utilizar gênero como pergunta, a autora alerta para quatro elementos interrelacionados. O primeiro deles é colocar sob suspeita as representações simbólicas culturais, é preciso questionar, produzir perguntas para então compreender esses símbolos e suas contradições. O segundo diz respeito a duvidar dos conceitos normativos que carregam os significados dos símbolos, questionando as posições binárias fixas e, desse modo, expondo seus conflitos. O terceiro elemento é colocar lentes para além do parentesco, analisando o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, fazendo explodir a fixidez e mostrar que gênero é construído para além do parentesco. E o quarto e último aspecto aponta para gênero como identidade subjetiva, em que é preciso colocar sob suspeita o universalismo, realizando um exame para descobrir como as identidades generificadas são construídas, considerando atividades, organizações e representações sociais históricas específicas.

É importante considerar a afirmação de Scott (1995) de que esses quatro elementos não operam simultaneamente e, para tanto, é compromisso da pesquisa histórica compreender como eles se

relacionam. Essa compreensão é fundamental quando se propõe a utilização do conceito de gênero para fazer/propor perguntas, já que é a partir do lugar de pesquisa e de análise que serão produzidas as respostas.

A teorização do gênero oferecida por Scott (1995) é que gênero precisa ser compreendido como “forma primária de dar significado às relações de poder” ou seguindo novamente as palavras da autora “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio qual, o poder se articula” (SCOTT, 1995, p. 88).

Para utilizar gênero no campo teórico/conceitual proposto por Scott (1995) é preciso aguçar a curiosidade propondo um olhar de suspeita e questionamentos constantes para analisar como são constituídos homens e mulheres em determinado tempo histórico e em uma dada sociedade. Para tanto, é preciso colocar lentes sobre as urgências históricas e sociais e analisar de que modo o gênero serviu como apoio para colocar em evidência, ou negar, certas posições dadas como naturais.

Linda Nicholson (2000), busca desconstruir dois conceitos que servem de apoio à crítica feminista: gênero e mulher. O feminismo após 1960, conhecido como “segunda onda ou fase” manteve seu apoio na distinção entre sexo e gênero, mantendo um binarismo que contribuiu para eleger e marcar diferenças entre homens e mulheres em diferentes experiências culturais. Nicholson (2000), afirma que o pensamento binário acaba marcando as diferenças e desvios das normas de gênero, o que contribui para reforçar certos estereótipos culturais.

Ao se distanciar da teoria crítica feminista, Meyer (2010) propõe teorizar gênero como um construto sociocultural e linguístico, produto das relações de poder, apresentando quatro modos de teorizar gênero. O primeiro aponta para gênero como a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, são

constituídos homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo, harmônico e que também nunca está finalizado. O segundo modo de teorizar, é pensar que o conceito também acentua que, como se nasce e se vive em diferentes tempos, lugares e circunstâncias específicos, há muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. O terceiro, diz respeito às mudanças que o termo gênero introduziu e que se tornaram alvo de polêmicas importantes no campo feminista. Por fim, o quarto modo é pensar que o conceito de gênero propõe um afastamento das análises que repousam na ideia reduzida de papéis/funções de mulher e de homem (MEYER, 2010).

Ao analisar o gênero como ferramenta teórica e política é necessário problematizar a ideia de que gênero se articula fortemente com os espaços educativos mais amplos que o contexto familiar. Nesse sentido, os modos como são constituídos homens e mulheres estão relacionados aos aparatos educativos que transformam, ensinam e passam a compreender e reconhecer os sujeitos como mulheres ou homens em uma determinada cultura, sociedade e tempo histórico.

Conceber que os aspectos educativos que operam para constituir homens e mulheres como “sujeitos de gênero” é perceber que a naturalização dos modos de ser homem e ser mulher se organizam de maneira sutil e que as estratégias de naturalização e universalização das masculinidades e feminilidades, compreendidas, muitas vezes como essências, podem e devem ser problematizadas e colocadas sob suspeita. Para tais problematizações é preciso, ainda, empreender que, ao utilizar gênero “como categoria útil de análise ou para fazer perguntas”, como aponta Scott (1995), é preciso considerar a análise e a problematização dos processos utilizando o conceito de gênero articulado às relações de poder.

Cabe então, compreender como homens e mulheres são posicionados, hierarquizados em seus contextos sociais, culturais, em

determinado tempo histórico e como as relações de poder são produtoras de um certo modo de ser/viver como homem ou mulher. Ao negar os papéis sociais de homens e mulheres, gênero é utilizado para realizar diagnósticos das estruturas sociais que produzem certas funções naturalizadas como femininas ou masculinas, em que as posições, muitas vezes justificadas pela natureza ou pela biologia, não auxiliam para modificar hierarquias sociais que são por elas produzidas.

ALGUNS APONTAMENTOS

Este estudo parte de uma tentativa de descrever as ondas do movimento feminista apontando as modificações que esse movimento produziu historicamente, possibilitando o avanço na produção e modificações de conceitos que demonstram a não-linearidade. Decorre disto a problematização lançada na abertura deste estudo, na tentativa de apresentar como o termo gênero se modifica dentro do movimento feminista.

Ao trazer para o debate a importância do movimento feminista de forma contextualizada e histórica, é possível avançar nas problemáticas sobre gênero compreendendo que as palavras não são neutras e podem/devem ser utilizadas como ferramentas de luta por direitos e posicionamentos éticos e políticos.

Sendo assim, a primeira onda do movimento feminista, ao pautar as suas questões políticas e críticas, foi produtora de outros movimentos que buscavam reivindicar direitos e visibilidade para as mulheres, em uma multiplicação das vozes que ecoaram em diferentes lugares do mundo, enquanto a efervescência política da segunda onda, que teve como marco o maio de 1968 na França, possibilitou a visibilidade da produção acadêmica das mulheres dentro do movimento intelectual. Cabe ressaltar que, neste momento, vivia-se no

Brasil um período de profunda repressão política. Neste cenário, o movimento de visibilidade foi crucial para que os estudos sobre a mulher tivessem lugar no campo acadêmico, subsidiando os estudos que desencadeariam, poucos anos depois, uma nova onda do movimento.

No Brasil, é a partir dos anos 1980 que emerge terceira onda do movimento feminista, propondo utilizar gênero como conceito analítico e visando a compreensão de como o gênero constitui e posiciona homens e mulheres de diferentes formas. Essa perspectiva permite a utilização do conceito de gênero para analisar como o poder opera produzindo hierarquias nas relações entre homens e mulheres.

Por fim, é importante pontuar que este estudo não intenciona trazer respostas ou encerrar o assunto sobre o tema, mas propor pensar que os conceitos estão abertos para criação e produção de outras lutas, outros movimentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago*, vol. 6, p. 443-469, 2002.

CARVALHO, Marília Gomes de; TORTATO, Cíntia de Souza Batista. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci Stancki et al (org). *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: UTFPR, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LAGARDE, Marcela. *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e eorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos feministas*, v. 8, n. 2, p. 9, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 87-95, 2008.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de Segunda Onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 851-859, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SCHUMAHER, Schuma. A primeira onda feminista. In: *Encontro Nacional Feminista - O feminismo nos 500 anos de dominação*. Anais. João Pessoa: Coenf, 2003, p. 30-36.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Márcia Alves; EGGERT, Edla. Des-Costurar o doméstico e a 'madresposa' - a busca por autonomia através do trabalho artesanal. *Trabalho & Educação*, v. 19, n. 2, p. 37-49, 2010.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR:

a importância do protagonismo estudantil

*Robert Reiziger de Melo Rodrigues*¹¹

Resumo: Este texto apresenta o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Bento Gonçalves, enquanto política pública essencial para o fomento da diversidade e da resistência no espaço educacional. Os NEPGS estão presentes em 12 dos 17 *campi* do IFRS, embora apenas o NEPGS BG tenha sido criado a partir da demanda dos próprios estudantes. O NEPGS apresenta-se como um espaço de pluralidade e de incentivo ao respeito, mostrando-se, por vezes, referência para a discussão de conceitos como orientação sexual e discriminação. Entre os objetivos deste trabalho, destaca-se apresentar o Núcleo e suas ações como forma de difundir conhecimentos acerca das temáticas de gênero e sexualidade, além de apresentá-lo enquanto política pública permanente do IFRS.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Direitos Humanos. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a história do protagonismo dos estudantes do IFRS que foram os responsáveis pela criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Campus Bento Gonçalves, observando a mobilização estudantil e as primeiras ações realizadas pelos discentes. O NEPGS do Campus Bento Gonçalves constituiu-se como um espaço de articulação de alunos e alunas em prol da defesa de direitos e da disseminação de valores pautados no respeito à diversidade. Desta forma, o conhecimento sobre o processo de formação e as atividades iniciais do

¹¹ Robert Reiziger de Melo Rodrigues. Graduando em Licenciatura em Letras no IFRS Campus Bento Gonçalves e Escritor. Email: robertreiziger2009@gmail.com

NEPGS é essencial em um momento em que é perceptível a difusão de informações equivocadas sobre o conceito de gênero e suas potencialidades.

O conhecimento sobre essa temática mostra-se pertinente, principalmente porque há uma série de informações equivocadas sobre esses tópicos veiculadas por diferentes mídias e o crescimento de discursos de violência e ódio vêm se intensificando através das redes sociais. Assim, conhecer a história da implantação do NEPGS no IFRS e suas ações permite disseminar uma cultura de paz e novas ações que estimulem o respeito e o combate ao preconceito no ambiente escolar. Baseado nesses pressupostos, este trabalho tem, como objetivos, acompanhar a construção e as ações do NEPGS, com foco especial ao núcleo do Campus Bento Gonçalves (que será tratado por NEPGS BG a partir de agora), por ser o único a ser institucionalizado devido à demanda estudantil. Além disso, pretende-se analisar o perfil dos discentes que participam ativamente das ações dos NEPGS BG; realizar uma reflexão sobre a importância deste espaço, oriundo de uma política pública, no ambiente escolar; e avaliar as ações propostas e seus impactos na comunidade acadêmica.

Em relação à organização, este trabalho está organizado da seguinte maneira: a seguir, aborda-se o conceito de gênero e a importância da educação para a diversidade no ambiente escolar. A seguir, apresenta-se o NEPGS BG, momento em que se enaltece o protagonismo estudantil em prol da criação e institucionalização do Núcleo. Por fim, apresentam-se as considerações finais, seguidas das referências.

GÊNERO NA ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES

O ambiente escolar é um local fundamental para o estabelecimento de contato com diferentes opiniões, crenças e posturas, pois são essas diferenças que estimulam a prática da

empatia e do respeito. Contudo, a escola, enquanto locus de socialização também abriga a existência de uma série de desafios como, por exemplo, superar atitudes que promovam a discriminação e o bullying, práticas comumente observadas na esfera escolar. De fato, os atores que compõem a instituição escolar provêm de realidades diversas e estruturam seus discursos e visões de mundo a partir de influências diferentes e, com frequência, encontram dificuldades ao se depararem com novos olhares e discursos.

As questões de gênero permeiam o ambiente escolar que, por sua vez, reflete os conflitos presentes na sociedade. Os discursos que procuram de algum modo submeter o feminino, inferiorizando as mulheres e tornando-as minoria no espectro valorativo, diminuindo suas ações e controlando sua existência, estão presentes no cotidiano e são perceptíveis ao longo da história. No decorrer dos séculos, mulheres buscaram romper com a situação de opressão vivenciada pelo público feminino através da criação de ações pontuais. Apesar de seus esforços, os debates de gênero se constituem como uma pauta somente no século XX. Historicamente, as mulheres não se apresentavam como uma pauta atraente e dado o fato de que a escrita e os registros eram, frequentemente, compostos por homens, a realidade feminina pouco era contemplada.

A concepção de “gênero”, elaborada na tentativa de abordar todas as situações de extrema complexidade que estão presentes na sociedade, procurou dar conta dos elementos de poder envolvidos no debate sobre a diversidade e sobre o exercício da sexualidade. Em relação à conceituação de gênero, Scott afirma que

gênero é a organização social da diferença sexual [...] Gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e o tempo, já que nada no corpo, incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser

como função do nosso saber sobre o corpo, e este saber não é 'puro', não pode ser isolado de suas relações em uma ampla gama de contextos discursivos. (SCOTT, 1995, p. 13).

A escola não está isolada da realidade social de exclusão e reproduz os mesmos discursos e preconceitos de seu entorno. Nestes espaços são reproduzidos elementos da realidade social, como o machismo, a homofobia e a misoginia. Portanto, é papel da instituição de ensino promover ações voltadas ao combate à discriminação e ao estímulo do respeito à diversidade, uma vez que

[...] a complexa realidade brasileira traduz um alarmante quadro de exclusão social e discriminação como termos interligados a compor um ciclo vicioso em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão. Nesse cenário, as ações afirmativas surgem como medida urgente e necessária. Tais ações encontram amplo respaldo jurídico, seja na Constituição (ao assegurar a igualdade material, prevendo ações afirmativas para os grupos socialmente vulneráveis), seja nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. (PIOVESAN, 2005, p. 52).

Contudo, o caráter específico do ambiente de aprendizagem, que deve orientar com base nos valores dos Direitos Humanos, deveria estimular uma postura de constante questionamento sobre essa realidade que naturaliza a marginalização e submissão de minorias. É necessário que o espaço escolar seja o mais abrangente e acolhedor possível, sendo necessário que os servidores e a comunidade escolar aprendam, inclusive, novas linguagens que passem a instrumentalizar o combate ao preconceito. Dinis expõe que

Assim, discutir novas políticas de inclusão das minorias sexuais e de gênero exige, por parte das/dos educadoras/es, uma experimentação de novas formas do uso da linguagem que possam produzir resistência a padrões sexistas ou homofóbicos. Esse é um importante passo a ser dado mesmo na linguagem científica, nos documentos oficiais, nos currículos escolares e nas instituições de formação docente, embora essas tentativas tenham sido, às vezes, menosprezadas e ridicularizadas no meio acadêmico (DINIS, 2008, p. 488).

Dessa forma, salienta-se que a escola tem por finalidade propiciar um espaço de crítica, no qual os estudantes se sintam confortáveis e aprendam a respeitar os diferentes olhares e modos de ser no mundo. Entretanto, é comum ocorrer o cerceamento de estudantes, a tentativa de enquadrá-los, discipliná-los a partir dos discursos tradicionalmente percebidos na sociedade. Contudo, se a instituição escolar não promover ações que incentivem a inclusão e a cultura de paz e de respeito, a discriminação e o bullying entre os estudantes manter-se-á constante. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade surge exatamente na tentativa de responder às necessidades de estudantes que experimentavam em seu cotidiano escolar situações de opressão e violência de gênero.

NEPGS BG: ESTUDANTES NA LUTA

O ambiente escolar deve ser o espaço por excelência de defesa dos direitos humanos e do exercício da alteridade, e o NEPGS BG tem um relevante papel na empreitada de compartilhar e produzir conhecimentos, bem como desconstruir preconceitos de gênero. O exercício da democracia também é pautado pelo Núcleo, que tem o compromisso de escuta dos estudantes em relação aos temas que eles consideram relevantes. Desse modo, os discentes se percebem protagonistas das ações, enquanto os docentes se colocam em uma posição de mediação. Os temas arrolados pelos estudantes mostram-se variados, não se limitando às questões específicas da temática de gênero, mas abrangem questões mais amplas referentes aos direitos humanos, bem como situações que se mostram recorrentes na adolescência, como transtornos psíquicos, depressão, ansiedade e outros.

O NEPGS do Campus Bento Gonçalves surge no ano de 2015, após estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

denunciarem a discriminação e de perseguições sofridas em suas redes sociais, as quais apresentavam um evidente teor sexista e de preconceito de gênero. Diversas meninas que sofriam agressões verbais de colegas passaram a se reunir e buscar auxílio junto ao corpo docente. As alunas buscaram especialmente professores e professoras docentes de áreas das Humanidades a fim de, colaborativamente, proporem uma ação que permitisse a reflexão sobre o tema. A realização de uma reunião sobre a questão possibilitou que algumas ideias fossem apresentadas e, por fim, decidiu-se apresentar a toda comunidade escolar o assédio sofrido pelas estudantes. A ação aconteceu por meio de cartazes espalhados pelo campus, nos quais estariam redigidas frases desrespeitosas que as meninas e muitas servidoras costumavam ouvir nos corredores da instituição. Os alunos organizaram um grupo de trabalho e trouxeram cartolinas, pincéis atômicos e tintas, passando a produzir cartazes com frases tais quais “As mulheres são iguais à caneta: quando não estão perdidas, estão comidas”, “Tá gostosa nessa camiseta coladinha”, “Com estas roupas deve ter saído da zona”.

De um modo geral, as frases escolhidas foram selecionadas dos ataques sofridos nas redes sociais e entre aquelas ouvidas no cotidiano escolar por meninas de diferentes cursos, e, após um debate sobre o conteúdo contido nessas frases, os cartazes foram produzidos pelas adolescentes. Não apenas as meninas, mas também muitos meninos sensibilizados com a situação das colegas participaram da mobilização e auxiliaram na produção e na colagem dos cartazes pelo espaço do campus. De um modo geral, as frases tinham caráter agressivo e se sustentavam na ideia de que a mulher seria o “sexo frágil” e, portanto, sem direito à defesa ou réplica.

Dessa forma, percebe-se que o NEPGS BG se apresenta como um espaço em que os estudantes confiam para debater e apresentar seus pontos de vista sobre os mais variados temas, fato perceptível pelo

expressivo número de estudantes que atualmente compõem o Núcleo: a última portaria conta com o número de quarenta e cinco discentes e seis docentes. O elevado número de estudantes que mostraram interesse em participar do NEPGS no início do ano de 2019 pode estar relacionado às mudanças no Projeto Pedagógico de alguns cursos de ensino médio integrado do campus, os quais passaram a prever um determinado número de horas de participação em diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo necessária a realização de uma pesquisa para detectar os motivos do aumento do número de estudantes que integram o NEPGS. Contudo, mesmo que os motivos iniciais possam estar associados ao cumprimento de uma exigência curricular, é possível perceber que a presença e a atuação dos estudantes nas propostas de atividades do Núcleo denotam uma adesão voluntária a este espaço.

O NEPGS BG tem tido um papel de destaque na comunidade escolar na medida em que busca, de forma criativa e participativa, atuar na solução de situações de preconceito de gênero, tornando-se uma referência de acolhimento aos estudantes e de exercício da prática da democracia. A utilização de métodos de abordagem variados tem por finalidade abranger o maior público possível e divulgar as ações do Núcleo. O NEPGS BG, em suas reuniões ordinárias e quinzenais, mostra-se sempre aberto a novas contribuições, sugestões e críticas, uma vez que é um espaço que prima pela pluralidade e pelo exercício do diálogo.

As questões de gênero e sexualidade são de imprescindível abordagem no âmbito da escola, e todo o estabelecimento de ensino tem responsabilidade em fomentar a discussão sobre direitos humanos de modo amplo. Vivemos num contexto sócio-histórico e cultural de violência e marginalização em relação a pessoas LGBTQs, de apagamento de modos não binários de constituição da identidade e expressão de gênero, de desrespeito do nome social, das orientações sexuais e

afetivas dos sujeitos. Essas formas de violência resultam na morte de milhares de pessoas por ano. Uma violência causada pelo preconceito e pelo ódio que cresce da ignorância e desconhecimento, e a escola não pode se abster do processo de combatê-los.

Tratar da temática do gênero e da sexualidade é dar visibilidade a estes sujeitos, promover um trabalho de base para a estruturação de uma sociedade que crie políticas públicas para a preservação de seu direito de viver, ser e amar. Em relação a temática feminista, a realidade também não é diferente. A violência contra a mulher ainda é crescente, principalmente quando trata-se de mulheres negras. Há uma cultura que hipersexualiza mulheres jovens, as abusa e as culpabiliza quando estas se tornam vítimas de assédio sexual, as violenta, cerceia seu direito sobre seu próprio corpo, manipula seus desejos e sua auto-imagem corporal, tornando-as mulheres adultas que tem incontáveis medos e tabus, traumas das muitas violências sofridas. A objetificação da mulher a coloca em uma posição subalterna, de coisa pertencente aos homens, num nível de submissão, e não em patamar de sujeito igual.

Desta forma, o NEPGS surge e se mantém ativo pela mobilização dos discentes comprometidos em lutar por um mundo no qual a aplicação dos direitos humanos seja uma regra. O principal intuito do Núcleo é tornar a instituição de ensino um espaço amplo e aglutinador. As principais ações envolvem debates e apresentações artísticas, que integram alunos e fazem com que a voz de todos e todas seja ouvida. Portanto, evidencia-se que o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS Campus Bento Gonçalves é efetivo na luta pela inclusão de todos e todas, tornando o ambiente escolar mais pacífico e humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEPGS do Campus Bento Gonçalves foi constituído pelo protagonismo estudantil e se mantém ativo pela mobilização dos discentes comprometidos em lutar por um mundo no qual a aplicação dos Direitos Humanos seja uma regra. Práticas como o assédio, a violência de gênero, e outras formas de preconceito e discriminação, ainda são frequentes no ambiente escolar, o que torna a discussão sobre essas questões essenciais para detectar e prevenir agressões. O NEPGS está na vanguarda desses debates, ainda mais em uma conjuntura em que são perceptíveis as diversas informações equivocadas sobre as questões de gênero, como afirmações falaciosas que apontam gênero como uma ideologia. Debater gênero é adotar uma postura de respeito aos Direitos Humanos, lutar pela efetiva inclusão de todos e todas, tornando o ambiente escolar mais pacífico e humano.

O NEPGS apresenta-se como um local de escuta, de exercício da democracia, fundamental em tempos de intolerância e nos quais discursos que pautam a violência contra as mulheres e grupos LGBT se tornam frequentes. Deste modo, o papel do NEPGS no espaço escolar e junto à comunidade externa mostra-se bastante relevante, pois é vital que a prática da alteridade seja permanente e que a educação voltada para a diversidade seja uma bandeira defendida por todos e todas no intuito de construirmos um país cujos princípios se baseiam no diálogo, na cultura de paz e no respeito pelo outro.

REFERÊNCIAS

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.



SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995

A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO NA ESCOLA

*Aline Santos Oliveira*¹²

*Letícia Schneider Ferreira*¹³

Resumo: O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a importância de abordar o feminismo negro no espaço escolar, refletindo sobre os ensinamentos que tal movimento popular e acadêmico pode trazer aos e às estudantes. Assim, o reconhecimento das desigualdades históricas construídas sobre a base de violências que se inserem fisicamente e simbolicamente nas mais diferentes esferas da realidade e que atingem a população negra é um aspecto fundamental para que se possa requerer um horizonte realmente democrático e o NEPGS BG, atento a essa realidade, em parceria com o NEABI BG, ofertou eventos no intuito de realizar a escuta da produção e da trajetória de mulheres pretas enriquecendo suas interfaces epistemológicas e educativas. Assim, em um primeiro momento, o artigo realiza uma reflexão sobre a perspectiva de gênero e negritude, expondo os discursos que procuram invisibilizar e inclusive questionar a legitimidade daqueles e daquelas que demonstram a necessidade de ações que busquem reparar a exclusão histórica promovida contra a população negra. O texto se refere às especificidades relativas às mulheres negras, abordando o tema da interseccionalidade que atravessa a trajetória deste segmento da sociedade. Por fim, são apresentados eventos promovidos pelo NEPGS BG em conjunto com o NEABI BG que enfatizaram esta temática, observando o potencial transformador e humanístico do espaço escolar.

Palavras-chave: Feminismo negro. Diversidade e Ambiente. Representatividade. Educação Antirracista.

FEMINISMO NEGRO NA ESCOLA: REFLEXÕES

Tecer uma escrita sobre a relevância do feminismo negro na escola é reconhecer que, ainda, temos processos de silenciamentos e invisibilidades de povos negros – usamos no plural porque a população negra no Brasil é oriunda de povos africanos de etnias diversas e

¹² Aline Santos Oliveira. Docente da área de Educação do IFRS campus Canoas. *E-mail:* aline.oliveiro@canoas.ifrs.edu.br

¹³ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS campus Bento Gonçalves. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

plurilíngue não só pela arquitetônica singular que cada Ser produz no seu trajetar, mas também como coletivo ao construir-se e sustentar-se no entrelaçamento de devires éticos, estéticos, políticos, culturais, socioeconômicos, filosóficos, artísticos, epistemológicos e outros - na sociedade brasileira. Sabemos que as singularidades e coletividades negras são afetadas por arquétipos racistas estruturais vigentes na sociedade brasileira e, não obstante, esses habitam a instituição escola afrontando existências negras.

E, para além de arquétipos racistas, temos também como pilares desse maquinário o patriarcado e a misoginia que operam diretamente na objetificação e silenciamento dos modos de ser e estar de mulheres e, especialmente de mulheres negras, concentrando sistematicamente e intencionalmente suas atuações na base da pirâmide de um sistema desigual e marginal. Leal (2021), ancorada no escrito de Pierre Bourdieu intitulado “A Dominação Masculina”, ressalta que a

[...] naturalização dos corpos (em masculino e feminino) estabelece a divisão de atividades e funções que resultam em relações não simétricas entre os “sexos naturalizados”. Nesta não simetria, o patriarcado se impõe por meio de modos de pensamento e de linguagem que se constituem como legítimos, objetivos e universais a partir dos quais situações de opressão sobre o denominado “gênero feminino” se manifestam de diferentes formas. (LEAL, 2021, p. 22)

Ainda para a autora, pautando-se no texto de Frantz Fanon “Pele Negra, Máscaras Brancas”,

[...] não haveria necessidade de as pessoas pensarem sobre si mesmas em termos de raça se estas não se constituíssem subjetivamente a partir de uma linguagem que expressa significados de culturas e contextos sociais específicos que também são naturalizados. No que diz respeito ao racismo, a linguagem do colonizador é tida como a “verdadeira”, carregando consigo o “verdadeiro significado” de como é a realidade e submetendo aqueles considerados “diferentes”, os colonizados, neste caso os negros, a esta maneira de significação do mundo. (LEAL, 2021, p. 22)

Tensionar essa realidade vigente é um dos pontos de pauta de movimentos, ou melhor, de coletivos negros no país ao propor políticas afirmativas de recorte racial e de reparação frente às atrocidades cometidas pela “sociedade brasileira colonizadora” aos povos negros ao longo da história. Atrocidades essas que reverberam no tempo presente em outras nuances e roupagens ao persistirem numa interface majoritariamente racista, violenta e misógina de narrar realidades num exercício de cristalização de uma única verdade. Entretanto, nós (negros/as) fazemos frente a essa narrativa reducionista que intenta nos desumanizar, não permitindo uma definição limitada, finita e externa a nossa existência arranjada pelo outro/Outro – seja esse sujeito/outro ou sociedade/Outro. Ou seja, reconhecemos e sofremos em nossos corpos negros essa violência estrutural e vigente no país e nas instituições, mas não nos reduzimos a ela. Seguimos construindo e assinando nossas existências e coexistindo onde tudo parece nos sobrepor. Parece!

De certo, é muito difícil estar em pé de igualdade com narrativas macroestruturais que se validam e cooptam subjetividades num fazer contínuo. Mas, as tramas da micropolítica transbordam e afetam a macropolítica em fluxos de capturas, diálogo, dissenso, amalgamas e fissuras simbólicas e estruturais. E, nesse bojo temporal, temos como exemplo levantes ao longo da história e, atualmente, as políticas afirmativas como um dos instrumentos cunhados pelos coletivos negros nas instituições brasileiras, sobretudo, nas instituições de educação como plano de inscrição na dinâmica social movendo e fragmentando as crostas universalistas. Segundo publicação do Jornal Nexo (2021) assinada por Luiz Augusto Campos e João Feres Júnior, políticas afirmativas, no plano de ações afirmativas, são

[...] políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de

classe ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Nesse paralelo, no intuito de tecer relações entre o Feminismo Negro e o lugar escola, mesmo reconhecendo a existência de uma literatura densa, autoral e histórica sobre o Feminismo Negro, inscrevemos aqui, um enunciado singular ao pensar a escrita *em-acontecendo* desse texto atravessado por experiências e vozes ancestrais e (a)temporais. Por isso, o termo plurilíngue se faz latente nesse tempo-espço da escrita, onde essa

[...] comporta diferentes características que são as seguintes: um forte apego à realidade, marcas autobiográficas e a presença do tema do exílio ligado à questão da alteridade. [...] misturadas as experiências do real vivido e os sentimentos sofridos, o testemunho e a memória misturam-se e fundem-se num todo [...] não é nem imediata nem consensual e [...] escrita por quem viveu ou a experiência da migração ou a experiência da guerra colonial - é investida pela função de denúncia e de alerta contra o esquecimento. Os sujeitos-narradores encontram-se na sua condição de estrangeiros, perante si-próprios e os outros. (MARQUES, 2012, p. 134)

Ou seja, a intenção não é apresentar o histórico do Feminismo Negro, até porque antes de ser sistematizado como tal, nós, mulheres negras já produzíamos movimentos para além de um construto acadêmico. Mas, Leal (2021) nos ajuda a nos situarmos nessa discussão do movimento no contexto mais amplo. Segundo ela, o Feminismo Negro se apresenta em três partes: a) na primeira, há a denúncia de uma não atenção às necessidades das mulheres negras dentro do movimento feminista; b) na segunda parte, o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, fortalece o recorte racial dentro do movimento feminista, se constituindo como base do feminismo negro; e c) na terceira parte há um desprendimento

do movimento de mulheres negras dos pilares do movimento feminista inscrevendo suas realidades e reivindicando contar as suas histórias apresentando novos construtos e alargando com outros elementos arranjos discursivos e simbólicos.

Nesse contexto, compreender a importância do Feminismo Negro na escola é entender que o mesmo não pode ser limitado a uma única definição porque somos múltiplas e plurais - aqui, eu me autorizo como mulher negra assinando essa percepção sustentada na alteridade e na coexistência -, reconhecendo que a concepção, sempre em devir, nasce de uma tessitura situada emergente enquanto mulher(es) negra(s) e não como um habitus absorvido e/ou agregado pelo exterior ao nosso cotidiano, mas sim, pela ancestralidade e fluxos emergentes das relações e acontecimentos vivenciados. Planos que não se explicam ou se restringem pela genética ou modelos cristalizados/colonizadores do que é ser humano, mas pelas concepções de mundo, de *ser-estar* numa proposição ativa, singular e única.

Somos continuidades e rupturas, encontros e expansividade, verdades e autorias, ciência e epistemologias. Isto é, somos planos autorais *em-acontecendo*, plurilinguísticos não finitos. Interfaces nas quais o Feminismo Negro se firma e efetiva a todo momento. Não na perspectiva de sobreposição ou de uma verdade só, mas pela alteridade discursivas e existenciais que não violam os direitos da pessoa humana, isto é, se revela na coexistência, na diversidade. É importante registrar que aqui, a percepção do Feminismo Negro não se aproxima da concepção universalista de que somos o mesmo construto e que estamos no mesmo barco.

Leal (2021, p. 30) ressalta que

Patrícia Hill Collins aponta para quatro dimensões da epistemologia feminista negra. A primeira dimensão é a da valorização da sabedoria, envolvendo a perspectiva vivencial; a segunda é a do diálogo com outros membros da comunidade, para além do âmbito acadêmico, vistos

como importantes para a construção de novos conhecimentos. A terceira dimensão é a da ética do cuidado, na qual fatores como a expressividade pessoal, as emoções e a empatia são considerados como fundamentais no processo de validação do conhecimento; e, finalmente, a ética da responsabilidade pessoal, a partir da qual espera-se que o indivíduo tenha relação direta com suas próprias ideias e se responsabilize pelo seu discurso.

Isto é, acolhe-se a micropolítica levando em consideração a macropolítica e as conjunturas que se apresentam tornando-se plano de potência, inscrições, narrativas, ideologias e tessituras de existências, onde construímos dobras, operando e tecendo práxis/realidades. É nesse plano que *enunciados-sentidos* de mulheres pretas - entende-se aqui essa dimensão como um fazer político - ganham corpo no contexto escolar jogando feixe de luz àquilo que fora posto para “debaixo na classe” ou “trancado nos armários de materiais didáticos”. É onde relatos como: “A minha mãe/É mãe solteira/E tem que fazer mamadeira/Todo dia/Além de trabalhar/Como empacotadeira/Nas Casas Bahia” (trecho da música Mama África de autoria de Chico César) faz sentidos transbordarem numa sala de aula, ao mesmo tempo em que compõem novas vizinhanças e epistemologias constituintes de saberes escolares, colapsando conceitos tendenciosos e monológicos, em especial, quando falamos de realidades de mulheres negras e como essas se inscrevem na instituição escola e na sociedade. Por estar e vivenciar o mundo, atuamos e compomos saberes nas mais diversas áreas do conhecimento.

Assim, a relevância do Feminismo Negro na escola está para a relevância dessa instituição para a sociedade. Ressalto aqui que as dimensões indicadas pela Patrícia Collins sempre sustentaram nosso trajetar. Mas, como a escola se inscreve nessa relação? Aqui, a escola não é concebida como instituição neutra, mas sim, como um dispositivo. O conceito de dispositivo nesse inscrito se fundamenta no

construto teórico de Michel Foucault, onde dispositivo é compreendido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1995, p. 244)

Nessa direção, é preciso ressaltar que as narrativas majorantes – mais divulgadas – que adentram e se estabelecem como verdade na instituição em tela (*d*)enunciam a sobreposição de vozes por aqueles que detém as mídias, apoio em esferas decisórias (composição de legislação e normativas), isso tudo atrelado ao poder/*status quo*, fruto da bipartite política e ordem econômica vigentes. Assim sendo, há processos de capturas que moldam subjetividades de sujeitos participantes cristalizando e naturalizando concepções, e aí, apontamos especialmente para a assinatura e produção de conhecimento compondo atrito nesse grande bloco de visibilidades, percorrendo as fissuras – essas mais dinâmicas do que o grande bloco/sistema –, habitando o não dito ao colocá-lo em pé de igualdade com o dito, implodindo, assim, o entendido como normalidade.

Para Weinmann (2006, p. 17): “Um dispositivo também pode ser conceitualizado como uma configuração específica de domínios do saber e de modalidades de exercício do poder, a qual possui uma função estratégica, em relação a problemas considerados cruciais em um momento histórico”. Vale ressaltar que essas representações e narrativas não são estáticas. Elas se modificam, tensionam-se e produzem transmutações ideológicas. Portanto, é preciso estar viva!

Adentrando a concepção de ideologia, cunhado pelos escritos de Bakhtin, Oliveira (2018, p. 19-20), sinaliza que

O conceito de ideologia nos ajuda a entender planos percorridos pelos sujeitos ao sustentarem seus posicionamentos em diversas situações, em diversos contextos. Para o autor (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2006), existem, no mínimo, dois planos valorativos que se relacionam. A ideologia oficial que tem como objetivo implantar uma única visão de mundo e ordenamento e a ideologia do cotidiano que emerge de sistemas de referências do sujeito. “A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 123).

Ambas constituem uma relação da qual resulta uma refração no *ser* ou no *signo*. Oliveira ainda ressalta que

Segundo Bakhtin, sistemas ideológicos de caráter moral social, da ciência, da arte e da religião, que dão corpo à ideologia oficial, cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercendo sobre essa uma grande influência. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que esses produtos ideológicos mantêm uma relação orgânica com a ideologia do cotidiano, nutrem-se de sua dinâmica ao serem submetidos à sua avaliação crítica viva – “[...] única razão de ser de toda produção ideológica [...]” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 123 apud OLIVEIRA, 2018, p. 20).

De modo estratégico, coletivos negros tensionam e questionam a normalidade instaurada nos denominados domínios do saber e promovem, junto a governos, políticas de Estado (cotas, lei 10.639/2003 e outros) frente à configuração monológica bancada por linhas de forças atreladas ao *status quo* de um dado grupo social. Temos aí a diversidade e “dispositivos éticos-estéticos” autorais e singulares, na ordem do sujeito e de coletivos como coexistência de planos macro e micropolíticos. Esses nunca transcendentem ao sujeito, isto é, são territórios de operação ativa do *Ser* reverberando em leituras, interpretações e proposições outras para além das já ditas.

Assim, arranjos simbólicos e epistemológicos expandem a concepção de mundo e não se limitam à bipolaridade do certo e errado operando na estrutura social não com a perspectiva de um único modelo, mas sim, como unicidade do sujeito convergente à coexistência. Nessa linha de pensamento, emerge um conceito importante para essa discussão que é a interseccionalidade. Conceito que aqui se apresenta como plano de produção de saberes transpassado e tensionado pela complexidade de Ser e estar no mundo como mulher preta atravessada por arranjos simbólicos singulares e plurais, interfaces estruturantes da construção do conhecimento e narrativas dialógicas e plurilíngues, isto é, tecida por várias vozes e valores axiológicos.

Sobre o conceito de interseccionalidade, Leal (2021, p. 27) aponta que

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica utilizada pelas feministas negras para refletir acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações que implicam em múltiplas situações de opressão sofridas pelas mulheres negras. A intersecção de estruturas racistas e machistas sobre estas mulheres as coloca mais expostas a condições de vulnerabilidade política e social.

Para Carla Akotirene (2019, p. 35), a interseccionalidade “[...] impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais”. Um feixe de luz necessário para a escola e, nesse arquétipo, se inscreve a necessidade da representatividade ética, estética e, sobretudo, epistemológica. Não faremos essa discussão sozinhas nas instituições. Sozinhas enquanto única mulher negra nas instituições e/ou sozinhas ao propor e problematizar a pauta, ou ainda, quando silenciadas. A representatividade demonstra, quando realidade, a pluralidade ética, estética, política, social, cultural e epistemológica com sistemáticas

únicas, plurais e democráticas. Ela é vontade de acontecimento que não pode ser forjada!

No contexto da escola, a representatividade apresenta e inscreve trajetos e aportes simbólicos tecendo sentidos, saberes e bases da produção de conhecimento em pé de igualdade como os demais saberes que transitam como legitimados ao longo dos tempos. Pesquisadoras como Giovana Xavier e Djamila Ribeiro, assim como nossas ascendentes, inscrevem modulações epistemológicas que tensionam a normatividade compondo dobras epistemológicas outras em prol de projetos democráticos, em especial, em instituições acadêmicas. Modulações não estáticas que só podem ser tecidas por mulheres negras expandindo e enunciando ativismo enquanto mulheres negras. Desde antes e agora, é imprescindível se questionar que escola desejamos para a sociedade que queremos?

NEPGS BG: MILITÂNCIA POR UMA ESCOLA MÚLTIPLA

O espaço escolar é o lócus da diversidade, da disputa e do enfrentamento com o outro, mas também consigo mesmo, com verdades que podem passar a ter então fissuras, com olhares outros, exercendo a possibilidade de questionar e buscar alternativas a situações que se impunham como consolidadas e pétreas. Assim, é necessário reconhecer a potência transformadora da escola, assim como seus usos na manutenção da situação vigente, questões que devem ser problematizadas pelos atores sociais envolvidos e atingidos pelo fazer-saber escolar.

Uma escola que se proponha plural deve exercer uma prática horizontal de escuta e troca que permita a visibilidade (e as tentativas de silenciamento também) de determinados grupos e minorias, observando que as desigualdades que ainda compõem nossa

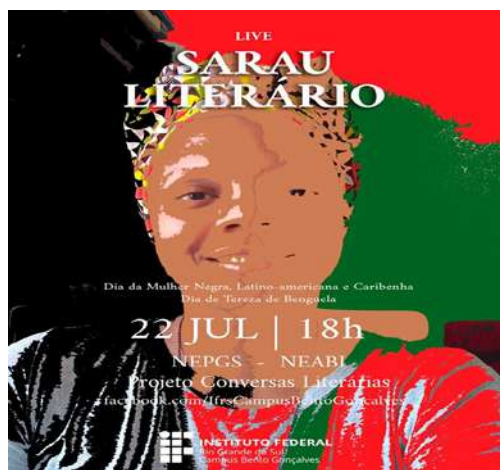
sociedade não são naturais, mas fruto de uma violência histórica que alijou mulheres, indígenas, população negra, de espaços de voz e poder. Deste modo, é fundamental salientar que a ruptura dessa lógica não é um movimento que nasce verticalmente, que é imposto por um saber acadêmico fechado nos muros da escola, mas sim, do diálogo com movimentos sociais que compõe o espaço da escola, que produz conhecimentos ao mesmo tempo que tenciona saberes.

Abordar o feminismo negro em sala de aula mostra-se essencial no intuito de adotar uma postura em prol da representatividade, referindo a luta milenar de mulheres negras não apenas na denúncia de determinadas opressões que sobre elas recaem, mas numa lógica propositiva, contribuindo para que a concepção de humanidade possa ser alargada e debatida em sua plenitude. Deste modo, é fundamental ler mulheres negras, ouvir e aprender com suas experiências, pois ao contrário do que muitos críticos da perspectiva do feminismo negro explicitam, o movimento não parte de um olhar segregador, mas sim de um discurso que tensionam universalismos ilusórios. Acessar tais conhecimentos, segundo Djamila Ribeiro

É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa luta é pelo alargamento do conceito de humanidade. Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente [...] (RIBEIRO, 2018, p. 27).

No intuito de estimular esse debate, promover a escuta e valorizar a produção de mulheres pretas, o NEPGS BG realizou alguns eventos que tiveram como enfoque a temática da mulher negra, os quais foram realizados em datas de celebração como o dia 25 de julho de 2020, dia

da Mulher Negra, Latino-americana e caribenha e no dia 20 de novembro de 2020, dia da Consciência Negra.



Cartaz Sarau Literário. Evento promovido pelo NEPGS BG e NEABI BG. Fonte: Produzido pelo setor de Comunicação do IFRS-BG, 2020

O evento “Sarau Literário” consistiu em uma parceria entre NEPGS BG e NEABI (Núcleo de estudos Afro-brasileiros e Indígenas) BG com a finalidade de demarcar a data do 25 de julho e foi uma Live durante a qual servidoras e estudantes do IFRS e membros dos núcleos recitaram poesias compostas por mulheres negras, divulgando essa produção e refletindo sobre o conteúdo tratado nestas obras, possibilitando uma aproximação dessa realidade, em uma rede de escuta e acolhimento. Deste modo, é fundamental que as narrativas de mulheres pretas reverberem dada a sua potência e o ativismo epistemológico e político contida nas palavras de autoras escolhidas como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus.

O outro evento organizado pelo NEPGS BG em parceria com o NEABI BG e que procurava ressaltar o olhar vinculado às narrativas de mulheres pretas e a escuta sobre suas trajetórias foi a Live “Mulheres Pretas: trajetórias e narrativas formativas”, atividade em alusão à comemoração do Dia da Consciência Negra.



Cartaz do Evento “Mulheres Pretas: trajetórias e narrativas formativas. Fonte: Material produzido pelo setor de comunicação do IFRS-BG, 2020.

Este evento mostrou-se de extrema relevância por possibilitar a escuta da trajetória de mulheres negras que destacaram não pelos percalços que a sociedade impõe, mas principalmente pelo compartilhamento de memórias pessoais que abordaram elementos da ancestralidade e de uma lógica coletiva de estar e atuar no mundo que as constituem enquanto profissionais e pesquisadoras. Este é um ponto de grande destaque no sentido em que provoca um ato de ruptura com a lógica individualista que rege as narrativas hegemônicas nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, sustentada na falácia meritocrática, salientando a constituição múltipla de cada um e nós, que somos unos e frutos de uma conjugação amorosa, de saberes e esperanças múltiplas, dos/das que vieram antes e dos que virão depois de nós.

Assim, o NEPGS BG busca exercer um papel proativo na perspectiva da militância antirracista, problematizando o espaço escolar e as narrativas produzidas e disseminadas neste espaço de potencial transformador que é a escola. Uma educação voltada para o feminismo negro, que apresenta olhares dinâmicos, representa uma

importante contribuição para o processo democrático, permitindo que a pluralidade de olhares e vozes seja de fato exercida. A escola que queremos é a escola em que caibam narrativas de amorosidade, leituras plurais e em que o respeito pelo outro seja uma prática construída democraticamente, e, para tanto, ouvir mulheres pretas e suas trajetórias, apresenta-se como um elemento essencial para essa mudança de paradigma.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CAMPOS, Luiz Augusto; JÚNIOR, João Feres. Glossário: Ações Afirmativas. In: *NEXO JORNAL LTDA*. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/A%C3%A7%C3%B5es-afirmativas>. Acessado em 25 mar. 2022.

FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (L. Vassalo, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes

LEAL, H. M. (2021). A interseccionalidade como base do feminismo negro. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 39(2), 21-32. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p21-32>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MARQUES, I. S. (2012). O romance plurilíngue ou como a língua incorpora a cultura do outro. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 13(1), 129-149. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v13i1.11825>. Acesso em: 23 fev. 2022.

OLIVEIRA, Aline Santos. *Modos de formação continuada de docentes em serviço: arquitetônicas e sentidos emergentes* 2018. 154 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184542> >. Acesso em: 19 mar. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *O que são ações afirmativas*. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/2019/01/07/o-que-sao-as-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

WEINMANN, A. O. Dispositivo: um solo para a subjetivação. In: *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 16-22; set/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sg6tCv5VrHKSGWTYp9bTymz/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ENSAIO SOBRE O NOME

*Letícia Schneider Ferreira*¹⁴

Resumo: O presente capítulo tem por finalidade realizar uma reflexão sobre a questão do nome social, tópico caro em especial às pessoas transgênero e transexuais. A proposta é exatamente ressaltar este elemento de extrema relevância e os direitos das pessoas transexuais a adotar um nome que melhor condiz com o seu gênero. Entretanto, o espaço escolar ainda oferece algumas dificuldades para este segmento social, sendo fundamental uma sensibilização para este tópico.

Palavras-chave: Nome Social. Diversidade e Escola. Transexualidade.

NOME E SUA IMPORTÂNCIA

Há algo mais pessoal, mais nosso, que o nome? O ato de nomear algo ou alguém carrega um conteúdo mágico, ritualístico: muitos são os que procuram os significados daquele termo antes de nomear o filho. “Quero o nome mais bonito”, já dizia Renato Russo na música “Pais e Filhos”. O nome escolhido também pode ser feito para homenagear alguém receba o nome daquela figura conhecida, seja uma celebridade pública, seja um familiar próximo e que consiga então capturar alguma destas características apenas por ter a mesma designação. O nome, assim, nos é dado como um ato de potência e, pouco a pouco, a ele nos adaptamos, de tal modo que ele passa a dizer muito sobre nós.

O nome é a feição identificadora da pessoa humana. É o sinal caracterizador e indispensável a toda pessoa, categórico de sua personalidade, tanto no nível pessoal quanto no aspecto civil. É parte integrante da personalidade por ser o sinal exterior pelo qual se designa, se individualiza e ser reconhece a pessoa no seio familiar e da sociedade. Por isso, não é possível que uma

¹⁴ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS campus Beto Gonçalves, *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

pessoa exista sem essa designação pessoal. Desse modo, revela-se um dos requisitos básicos de nossa existência social. (HOGEMANN, 2014, p. 219)

O nome é um ponto fundamental da personalidade de cada um, pois influencia a forma como nos enxergamos, além de todos os elementos legais que envolve. Uma vez que o nome é registrado, precisamos de documentos que nos identifiquem e respondemos legalmente a partir do nosso nome. Os indivíduos com os quais interagimos socialmente, em nosso trabalho e no cotidiano, nos conhecem e nos reconhecem a partir do nosso nome, pelo qual nos chamam, sendo o meio por que somos incluídos socialmente. Hogemann explicita que

A alocação sobre o registro civil estabelece-se pelo fato de que a pessoa humana tem o direito personalíssimo a seu registro civil de nascimento, documento de fundamental importância por sua cidadania plena, usado para emissão de outros documentos básicos. Sem tal documento, o cidadão fica privado de exercer atividades, sejam profissionais ou sociais, que lhe são de direito. A emissão do registro civil é um fato primordial para a inclusão do indivíduo na sociedade. (HOGEMANN, 2014, p. 219)

Contudo, é necessário observar que as pessoas constroem a si mesmas com o tempo e podem deixar de se identificar com o nome recebido no nascimento, quando este não condiz mais com o gênero de um determinado indivíduo. O nome, assim, deixa de fazer sentido e pode, inclusive, se tornar um fardo para o qual educadores e educadoras devem estar atentos. Assim, é fundamental compreender elementos da perspectiva de gênero para melhor acolher estudantes que passam em algum momento de suas vidas por um momento de transição e que ressignificam quem são, período que pode ser difícil e doloroso, cabendo à escola ser um espaço de acolhida e suporte.

A perspectiva de gênero permite a compreensão de que a identidade de gênero é algo que se constitui e que está muito além da

mera denominação de um corpo devido ao fato de este portar uma vagina ou um pênis. Acessar a literatura que aborda gênero e sexualidade possibilita desvelar o quão não natural é a classificação dos corpos pelo que é identificado como órgão sexual, dividindo a humanidade pela existência de um membro do corpo, quando poderia talvez ser outro: ou seja, ser homem ou ser mulher é um exercício que ultrapassa a existência de pênis ou vagina. As teorias queer auxiliam a observar essas situações que desviam do que a sociedade constitui como “normal” e promovem, inclusive, a contestação de tais ideias. Segundo Louro,

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização [...] (LOURO, 2001, p. 546).

Assim, gênero é uma categoria analítica que possibilita a compreensão do quão aleatórias são as construções que são naturalizadas por meio de um aparato de superestrutura que martela cotidianamente que o modo de nos vermos e de procedermos estaria vinculado a nosso genital: afinal, quantos de nós pensamos em qual é exatamente o genital que carregamos, ou que reduzimos nosso ser a este membro do nosso corpo? E os corpos que não se encaixam, como os corpos intersexos? Precisamos necessariamente nomear e compreender a todos/as/es em uma visão classificatória e binária?

Apresentamo-nos por meio de nosso nome e de nosso agir. Desse modo, gênero também pode ser observado como um modo de agir, como uma performance dentro que se vincula ao feminino ou ao masculino; ou seja, somos ensinados a nos comportar de acordo com a classificação a qual nosso corpo foi submetido. A partir de tal ponto de vista, podemos refletir que a identificação do gênero ocorre por meio de uma performance na qual estamos constantemente desempenhando papéis e atos no intuito de comprovar quem/o que somos. Butler observa que

[...] o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente (BUTLER, 2018, p. 3).

A partir desta constatação, podemos perceber que o gênero não está dado, e que nossa tentativa de impingir um nome não pode ser visto como uma fatalidade inescapável: as pessoas rompem com a norma. Nossos corpos são produtos de nossa atuação sobre ele, estamos transformando o aspecto que mostramos ao mundo quando adotamos novas cores e cortes de cabelo, quando fazemos uma dieta ou usamos tecnologias variadas. O corpo se dá no interior de uma determinada cultura, que o julga, que o exalta ou o condena. Segundo Goellner,

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem,

visto que ele é construído a partir daquilo que dele se diz (GOELLNER, 2015, p. 135).

O corpo transexual é aquele que não se molda às noções compulsórias de ser e estar, é um corpo que evidencia as limitações da classificação que constantemente estamos a realizar. Becker nos auxilia em tal reflexão, questionando:

Quem são os transgênero? Neste espaço e arbitrariamente pensado por nós, não definiremos o termo transgênero no movimento classificatório subjacente aos propósitos dos dicionários e das iluminadas enciclopédias. Se, por um lado, nomear é das existência e atribuir visibilidade pela via do que é dizível, por outro, classificar não é apenas engessar, mas também é colocar sob holofotes da vigilância e do dispositivo disciplinar – ambos efeitos dos discursos ditos científicos (BECKER, 2015, p. 648).

As pessoas transgênero, comumente associadas àquelas que não se identificam com o gênero pelo qual foram identificadas, de acordo com a genitália de nascimento, rompem com os discursos naturalistas e biologizantes, arcaicos e cheirando a mofo, que compõem o humano em hormônios, órgãos sexuais e outros elementos, e tomam para si a capacidade de dizer quem são, de se autodenominar, de criar o novo. Por isso chocam e causam temor: a liberdade de ser causa pavor em mentes pequenas e arraigadas em preconceito. Nascimento (2021) ressalta essa perspectiva da possibilidade da população trans em se autodeterminar. A autora afirma que

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

O corpo trans demonstra a todas/os/es esse devir que é o ser humano, dinâmico e sempre em processo de metamorfose. As pessoas trans não cabem e não precisam caber em uma lógica, a qual se mostra geralmente o problema: corpos trans não coadunam com a prática de docilização dos corpos. Bagagli explicita que

Uma pessoa é trans na medida em que constrói sua identidade por meio de uma trajetória para o futuro em vez de se remeter a uma síntese do passado. O gênero trans em sua diferença resiste ao imperativo de dizer a própria verdade diretamente, por que ele é contingente, fluido e se encontra em um *continuum* em direção ao futuro. Ele não é facilmente matematizado e esquematizado segundo princípios lógicos da cisgeneridade (BAGAGLI, apud NASCIMENTO, 2021, p. 106).

Na perspectiva da população transexual, o nome com o qual a pessoa passa a se identificar é um elemento essencial de exercício da cidadania e da compreensão de si. O ato de nomear a si mesmo é um ponto fundamental no processo de libertação deste segmento social das amarras de gênero que lhes são culturalmente impostas, e é um ato de renascimento. O direito ao nome social é, inclusive, uma questão reconhecida legalmente e é, sem dúvida, um ponto fundamental para consolidar essa realidade. Procurando definir o nome social, Hogemann explicita que

[...] o nome social consiste no apelido público e notório pelo qual um transexual, um travesti ou um transgênero, são identificados em seu meio familiar e social, correspondente à sua identidade de gênero, cuja adoção visa garantir o respeito à sua dignidade, evitando constrangimento psicológico e vexame social. Trata-se de uma forma como a pessoa é conhecida, independentemente de como está em seus documentos oficiais (HOGEMANN, 2014, p. 222).

A escola é o espaço da diversidade, do encontro e do confronto, onde todos que integram este espaço devem aprender o convívio respeitoso, a escuta e o exercício da empatia. Deste modo, a escola não

pode descuidar da situação de estudantes transgênero, estimulando ações que, de fato, auxiliem na permanência deste segmento social, que já sofre com estigmas e que ainda está marginalizado de uma série de bens sociais. Nessa perspectiva, Silva Júnior afirma que

Em várias mídias têm-se observado falas de transexuais que denunciam um sutil e perverso maquinário dentro das escolas públicas e privadas que, em pleno funcionamento, expulsa e mantém esses sujeitos fora da escola, quando esse espaço deveria ser garantido pelo princípio da universalização do ensino, com acesso e permanência de todas as pessoas na escola (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 175).

Espaço de aprendizagem, a existência deste corpo dissidente no espaço escolar perturba e ressignifica, desacomoda e ensina, e a escola deve ser o lugar de acolhimento e de exercício do respeito com outras formas de experienciar as identidades, estando pronta para ouvir sem julgar, e romper com estereótipos que dão continuidade ao preconceito estabelecido socialmente. Assim, é possível refletir que um espaço escolar que não incentiva o respeito às existências trans entre seus muros, não está cumprindo seu papel educativo e, ao contrário, está expulsando estes sujeitos da escola. Leite Júnior e Pocahy expõem que

Muitas práticas escolares se constituem em propagação da intolerância à diferença. Sujeitos que borram as fronteiras de gênero, como é o caso das travestis e transexuais, têm negado seu acesso e permanência em instituições de ensino. A materialização desse processo vem sendo pensada a partir da noção de transfobia, como uma prática socialmente instituída que consiste em eliminar os sujeitos que borram as fronteiras de gênero, alertando com a violência e a morte, o que pode acontecer aqueles que ousarem desafiar a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. (LEITE JÚNIOR; POCAHY, s/d, s/p).

A escola, deste modo, deve se tornar um espaço que constantemente revê suas posturas diante das dinâmicas sociais, dos

novos atores que se formam, não estando arraigadas a “verdades” estabelecidas e que já se mostram contestáveis, como é o caso da perspectiva de gênero. A escola deve estar em constante diálogo com a sociedade e suas transformações, exercendo seu papel de promover conhecimento e formação integral à comunidade interna e externa. Silva Júnior refere a necessidade da escola absorver teorias como as teorias queer em suas práticas, dado o potencial de promoção de empatia que estes saberes podem culminar.

Concretizar apontamentos sobre a experiência transexual e a escola ocasionou uma aproximação com a Teoria Queer. Esse referencial teórico baliza concepções pelas quais é possível problematizar a ideia da necessidade da classificação social fixa e binária e da obsessão pelas identidades sexuais, como impulsionadas pelas disciplinas e também pelo controle. A escola contemporânea não suporta lidar com a desestabilização das suas verdades e a afasta produzindo e reiterando a norma, sucessivamente, para que possa classificar de forma mais ativa as nuances entre os binarismo (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 175-176).

O nome social pode ser um dispositivo fundamental para a permanência e êxito destes/as estudantes, pois é uma forma de reconhecer sua situação, de incluir e valorizar sua participação naquele espaço. A resistência ao uso do nome escolhido pelo/a estudante pode, inclusive, afetar sua saúde, pois muitas pessoas trans são submetidas a situações de estresse e preconceito, as quais não podem encontrar ressonância no espaço escolar, que apesar de não ser um local imune às influências sociais, dado a não ser uma ilha, tem um papel formativo que deve ser considerado e, para tanto, não pode agravar uma situação já existente de opressão e violência. Nunes chama a atenção para tal questão, afirmando que, em relação à população transgênero,

[...] essa minoria foi obrigada a enfrentar a discriminação ao dizer publicamente um nome que ‘não combina’ socialmente com sua aparência, passando por

constrangimentos inimagináveis. Enfrentar esse tipo de situação, marcada por preconceito e discriminação, leva muitos ao adoecimento e à depressão, causando problemas de identificação social e de autoestima - coisas que deveriam ser evitadas desde o princípio pela ação do Estado, tornando-se algo a ser discutido e abordado no cotidiano das pessoas, para que se torne algo "comum" na sociedade (NUNES, 2020, p. 68).

A partir desta perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem observado esta situação e criou a Resolução nº 054, de 16 de agosto de 2016, no qual o Conselho Superior da instituição deliberou sobre esta temática e em seu Artigo 1º expõe o seguinte:

Art. 1º Determinar a possibilidade de inclusão do Nome Social de travestis, transexuais e transgêneros nos registros acadêmicos de todos os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, em consonância com as Diretrizes Nacionais dos Direitos Humanos e visando à promoção do respeito à pluralidade e à dignidade humana e a garantia do ingresso, da permanência e do sucesso de todas as pessoas no processo de escolarização.

Parágrafo único. Entende-se como identidade de gênero, para fins desta Resolução, o modo com que a pessoa se percebe em relação ao sexo que lhe foi designado no momento do nascimento; a experiência subjetiva e psíquica que daí advém, podendo esta corresponder ou não ao sexo informado em seus documentos; a percepção corporal individual e outras expressões de gênero.

Deste modo, a instituição demonstra sensibilidade para observar esta questão, inclusive buscando celeridade nos processos burocráticos, como é possível observar por meio da leitura do Artigo 10:

Art. 10. O setor de Registros Escolares de cada campus deverá incluir, em até dois dias úteis a contar da solicitação, o Nome Social nos documentos propostos em todos os formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, assegurando

que a orientação aos servidores seja a primeira medida a ser tomada, evitando assim constrangimentos.

Assim, evidencia-se a compreensão da importância do nome social como um elemento essencial, e o não uso do nome escolhido pelo/a estudante pode levar a constrangimento deste indivíduo. Entretanto, o uso do nome social no IFRS é uma prática assegurada aos/às estudantes maiores de idade, enquanto os/as estudantes menores de idade precisam de uma autorização dos responsáveis, o que está presente no Artigo 11, Parágrafo único: “Para menores de 18 anos, a emissão de documentos oficiais com nome social será garantida apenas com autorização do responsável legal”. Este é um ponto interessante que permite uma reflexão, pois, muitas vezes, os adolescentes que estão em processo de transição em relação ao seu gênero não encontram apoio em seu ambiente familiar, sendo a escola um lugar de aceitação e acolhimento. Assim, esta é uma questão delicada, na qual talvez seja necessária uma abordagem mais ampla, uma vez que muitos estudantes não encontram respaldo junto a seus familiares e parentes próximos, não podendo, também, acessar o nome escolhido no ambiente da escola.

Entretanto, também é importante salientar o fato de que a Resolução nº 054 do IFRS não proíbe que estes/as estudantes sejam chamadas pelos seus nomes sociais, mas apenas restringe a possibilidade no sentido da documentação oficial, a qual deve ter uma assinatura de aceitação dos responsáveis em relação ao uso do nome social. Assim, enquanto não se avança em relação a esta questão, possibilitando que estudantes menores de idade tenham o direito pleno ao uso de seu nome social, é importante que haja formações e capacitações para que os/as servidores/as sejam sensibilizados/as para esta temática, tornando o ambiente mais acolhedor e confortável para os/as estudantes transgêneros. Todo o nome é social, na medida

em que diz quem somos, nos identifica e socializa, e ele deve ser sempre motivo de inclusão e acolhimento, e não de sofrimento e exclusão.

REFERÊNCIAS

BECKER, Simone. Transgênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MS:Ed. UFGD, 2015, p.648-9.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Cadernos de Leitura. Editora Chão da Feira, n.78., 2018, p.1-16

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MS:Ed. UFGD, 2015, p.134-137.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e Diversidade Sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. Revista da SJRJ, v. 21, n. 39, 2014.


IFRS. Resolução nº 054/2016 Disponível em https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2016861617627resolucao_054_16_nome_social.pdf. Acesso 10 de abril de 2022

JUNIOR, Francisco Francinete Leite; POCAHY, Fernando Altair. Quando a escola não acolhe...a negação dos modos de vida transgênero em ambiente forma (dor). Anais IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação. Disponível em https://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2015/TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID1247_05052015134237.pdf

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, p. 541-553, 2001.

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra. 2021.

NUNES, Danilo Henrique et al. O direito ao nome da pessoa natural e à alteração do nome social de pessoas LGBTI+ em face ao constrangimento social. Ciência ET Praxis, v. 13, n. 25, p. 67-80, 2020.



SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, 2016.



Seção
de
Extensão

A ASSEXUALIDADE E A SOCIEDADE SEXUAL: Uma discussão sobre o tema

Alyssa Dillenburg Michalski¹⁵

Resumo: A assexualidade, orientação sexual definida pela falta de atração sexual por pessoas de qualquer gênero, é discutida e questionada desde a origem de seu conceito no final do século XIX. Apesar da visibilidade que este tema vem recebendo por meio de comunidades virtuais desde a popularização da Internet nos últimos vinte anos, pessoas assexuais ainda são vistas como 'menos humanas' do que pessoas sexuais. Este preconceito pode ser associado à suposição presente nas sociedades ocidentais contemporâneas de que todas as pessoas fisicamente e mentalmente saudáveis são seres sexuais, estabelecida e reforçada por um sistema de normas sociais. Este sistema é denominado sexualidade compulsória, e busca enfatizar que a definição daquilo que é normal e humano está ligada não apenas ao heterossexual, mas principalmente ao sexual. O presente artigo discute a assexualidade, como ela pode ajudar a compreender as sociedades sexuais e a sexualidade compulsória assim como as suas consequências, concluindo que este sistema está ligado a relações sexuais voluntárias, mas sem consentimento pleno, à violência e à discriminação daqueles que não pertencem ao grupo sexual tradicional.

Palavras-chave: Assexualidade. Sexualidade. Sexualidade compulsória.

INTRODUÇÃO

Imagine alguém que nunca sente fome, mas vive em um mundo obcecado por comida. É com esta analogia que Emens (2014) introduz a assexualidade, ou seja, a falta de atração sexual por outras pessoas. Embora tenha surgido como conceito no final do século XIX, a sua visibilidade aumentou consideravelmente nos últimos vinte anos com a

¹⁵ Alyssa Dillenburg Michalski. Estudante do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico de Informática para Internet. Foi bolsista do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar durante o ano de 2021 pelo Edital nº 29/2021 PIBEX. E-mail: alyssadillenburgm@gmail.com

criação de diversas comunidades *on-line* que atuam como um espaço de acolhimento e debate para aqueles que se identificam como assexuais (GUPTA, 2015). Desde então, o conceito foi amplamente apresentado como algo 'anormal' ou patológico, e pessoas assexuais têm sua identidade constantemente negada; afinal, o conceito que "(...) a maioria das pessoas sente atração sexual; e, (...) se uma pessoa não sente atração sexual, é mais provável que seja um sinal de desordem moral, médica ou psicológica" (GUPTA, 2015, p. 132) é amplamente estabelecido em sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, a assexualidade desvela questões sobre o papel da sexualidade nestas sociedades, e como elas são afetadas por um sistema de sexualidade compulsória de maneira tão profunda que podem ser nomeadas como sociedades sexuais.

ASSEXUALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

A atração sexual (desejo sexual por outras pessoas) e a atração romântica (apego emocional sem necessariamente estar relacionada ao anseio de concretizar uma experiência sexual) são vistas tradicionalmente como um "pacote": se alguém sente desejo sexual, também deveria estar romanticamente atraído pelo objeto de seus anseios. Pessoas assexuais são aquelas que não experienciam a atração sexual, mas não necessariamente as que não sentem atração romântica e/ou desejo sexual. Por exemplo, Graham e Pause (2007) conduziram uma pesquisa apontando que os entrevistados os quais se identificam como assexuais apresentaram significativamente menos desejo por relações sexuais com um parceiro, entretanto obtiveram pontos parecidos no quesito de desejo romântico em comparação com os respondentes não assexuais. Assim, quando há desejo sexual, ele é um desejo solitário e desconectado dos outros. O mesmo acontece com a atração romântica: Diamond (2003) evidencia que os processos

subjacentes ao desejo sexual e ao vínculo afetivo são independentes. A assexualidade não significa a arromanticidade, e uma parcela considerável das pessoas assexuais (33%) se encontra em relacionamentos românticos de longo prazo (BOGAERT, 2004). A assexualidade não existe, então, de forma binária, mas sim de diversas maneiras.

A assexualidade é constantemente questionada como orientação sexual. Um dos argumentos mais prevalentes é que ela pode ser causada por um processo biológico atípico (como baixos níveis de hormônios, por exemplo) que, caso alterado, revelaria a orientação sexual "verdadeira" de uma pessoa que antes se identificava como assexual. Bogaert (2015, p. 366) responde a este argumento com a seguinte comparação:

(...) se um homem é atraído por outros homens por causa de um processo biológico atípico – incluindo um processo biológico que é atípico para sua orientação sexual e esse processo pode ser alterável – isso nega a experiência vivida de sua atração (subjetiva) por homens? Em suma, ele não tem (ou teve) atração pelo mesmo sexo; assim não é, ou não era, homossexual? Argumenta-se aqui - e provavelmente a maioria concordaria - que, não, ele ainda é homossexual porque sua atração subjetiva é por homens, independentemente da causa dessa experiência subjetiva, mesmo que a causa seja potencialmente diferente dos principais processos subjacentes à homossexualidade para a maioria dos indivíduos, e mesmo que esse processo possa ser alterável em algum momento.

No entanto, mesmo que a existência da assexualidade esteja comprovada, ela ainda é vista como algo patológico ou anormal. Uma pesquisa conduzida por MaInnis e Hudson (2012) evidencia que pessoas assexuais são vistas com mais desagrado em comparação com outras minorias sexuais por pessoas heterossexuais, sendo denominadas "menos que humanas". Os autores apontam que:

A sexualidade parece ser percebida como um componente-chave da humanidade. As medidas de desumanização empregadas não faziam referência explícita à sexualidade, mas os assexuais eram fortemente discriminados nelas. Assim, características/emoções que representam a humanidade estão claramente entrelaçadas com a sexualidade e/ou desejo sexual (p. 734)

Portanto, a sexualidade possui um papel significativo na percepção da humanidade e, por isso, a ausência da necessidade de concretizar o ato sexual é avaliada com grande desaprovação e estranhamento em grande parte dos discursos que permeiam a sociedade. Até que ponto a cultura ocidental contemporânea é influenciada pela sexualidade? Esta é uma pergunta que levou à criação do termo sexualidade compulsória.

SEXUALIDADE COMPULSÓRIA

O conceito de sexualidade compulsória é baseado no de heterossexualidade compulsória identificado por Rich (1980), que aponta um sistema de práticas e normas sociais as quais apresentam a heterossexualidade como forma padrão do sentir e agir humano. A sexualidade compulsória acontece de forma similar, e inclui:

(...) a suposição de que todas as pessoas são sexuais; as normas e práticas que obrigam as pessoas a se sentirem como sujeitos desejantes, assumirem identidades sexuais e se envolverem em atividades sexuais; e as normas e práticas que marginalizam várias formas de não-sexualidade, incluindo falta de interesse em sexo, falta de atividade sexual ou desidentificação com a sexualidade (GUPTA, 2015, p.134-35)

A sexualidade compulsória, portanto, procura enfatizar que a definição daquilo que é normal e humano está ligada não apenas ao heterossexual, mas principalmente ao sexual. Assim, ela afeta tanto as pessoas assexuais quanto as sexuais. Ela não é a crença de que a

maioria das pessoas deseja ter relações sexuais e que estas podem ser prazerosas; ela é um conjunto de suposições e comportamentos que apoiam a ideia de que toda pessoa normal é sexual, que não querer sexo socialmente aprovado é antinatural e que as pessoas as quais não se importam com a sexualidade estão perdendo uma experiência necessária para a vida adulta.

A crescente influência da sexualidade compulsória pode ser atribuída, entre outros fatores, à comoditização da sexualidade. O mercado procura incitar desejos sexuais a fim de vender produtos que possam satisfazê-los, tornando a sexualidade em um símbolo de *status*:

Quando o sexo é uma mercadoria, ter e exibir sexo torna-se uma forma de consumo conspícuo, usado para sinalizar que não somos sem paixão, tensos, enfadonhos e robóticos, mas, em vez disso, temos o capital financeiro e social para sermos modernos, divertidos, de alto status (CHEN, 2020, p. 115).

Assim, a importância e essência da sexualidade são aspectos cada vez mais destacados no cinema, música, jogos, propagandas, revistas, Internet, entre outros. Mesmo quando a mídia não retrata a sexualidade como objetivo e não representa a sua falta como patológica, a pouca apresentação positiva de pessoas explicitamente não sexuais contribui para a ideia de que a sexualidade é e deveria ser importante para todos. No entanto, qual é o impacto da sexualidade compulsória?

Em uma pesquisa feita por Impett e Peplau (2002), 28% das mulheres entrevistadas afirmaram que sua primeira experiência sexual foi voluntária, mas não verdadeiramente desejada. A mesma pesquisa aponta que 65% e 40% das mulheres e homens entrevistados, respectivamente, relataram ter realizado atos sexuais indesejados voluntariamente com o seu parceiro atual pelo menos uma vez. As mulheres normalmente o fazem:

[...] se um parceiro aplicar pressão sem força, por exemplo, bajulando ou implorando (e se uma mulher for economicamente dependente de seu parceiro, essa pressão pode ser extremamente difícil de resistir). As mulheres também podem praticar sexo indesejado por um senso de dever (muitas vezes alimentado pela noção de que as mulheres são responsáveis por agradar seus parceiros e satisfazer as "necessidades" sexuais masculinas). Finalmente, as mulheres podem se envolver em sexo indesejado porque aceitaram a ideia de que uma mulher moderna deve gostar de sexo (GUPTA, 2015, p. 135).

Os motivos para os homens realizarem atos sexuais são similares; no entanto, eles estão mais ligados à pressão de certo ambiente (amigos, família, entre outros), desejo por aprovação e popularidade e coação social para a conformação com estereótipos masculinos tradicionais (COOK; MUEHLENHARD, 1988). Neste ponto, é importante destacar que o consentimento não é algo binário, constituído somente de 'sim ou não'. Nagoski (2018) aponta quatro diferentes níveis de consentimento dentro do 'sim': entusiasmado (quando não há medo das consequências de dizer 'sim' ou 'não', e quando dizer 'não' significa não experimentar algo realmente desejado), disposto (existe a certeza que dizer 'sim' terá um resultado positivo e que o desejo começará depois, mesmo que ele não seja significativo no momento inicial da relação), não disposto (quando há mais medo das consequências de dizer não do que as de dizer sim, há a ausência do desejo pelo desejo e/ou, ao dizer 'não', o outro continuará a insistir) e, por fim, o coagido (quando dizer 'sim' significa experimentar algo temido e/ou dizer 'não' trará consequências prejudiciais). Logo, a sexualidade compulsória é um fator de considerável impacto nos altos números de consentimento não disposto relatados na pesquisa de Impett e Peplau e na ideia de que o consentimento é constituído por apenas duas partes. Afinal, ele retrata o sexo como algo desejável e necessário para a felicidade e a normalidade, e que não o desejar é raramente razoável.

Outra consequência da sexualidade compulsória é seu papel no crescimento de grupos *Incel* – abreviação para *Involuntary Celibacy*, traduzido como Celibato Involuntário – na Internet, grupos misóginos extremistas que atribuem este 'celibato involuntário' ao feminismo, libertação sexual e à genética. Seus membros acreditam que homens foram subjugados pelo feminismo e devem reafirmar a sua masculinidade e dominância (Banet-Weiser; Bratich, 2016), e são responsáveis por diversos ataques contra mulheres na última década (Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos da América, 2022). Ademais, eles "tornaram-se mais importantes em uma vasta rede virtual do discurso dos direitos dos homens que radicalizou e recrutou jovens para a subcultura contemporânea da extrema direita" (AUNSPACH; KELLY, 2020, p. 4). De acordo com Aunspach e Kelly (2020), o discurso *Incel* é

uma extensão lógica das exigências da sexualidade compulsória – uma cultura que não pode compreender intimidade sem sexo, identidade desvinculada da sexualidade ou masculinidade branca sem um desejo sexual agressivo e realizado (AUNSPACH; KELLY, 2020, p. 5).

RODAS DE CONVERSA DO NEPGS: DISCUTINDO ASSEXUALIDADE

O Núcleo de Estudos e Pesquisas e Gênero e Sexualidade do *campus* Bento Gonçalves (NEPGS BG) tem, entre seus objetivos, a promoção do debate de questões relevantes para estudantes e comunidade externa e procura estimular o protagonismo de seus membros na proposição de temas relativos a gênero e sexualidade. Deste modo, tópicos como orientação romântica, assexualidade e sexualidade compulsória foram debatidos em uma de suas reuniões ocorridas em 2021 e que contou com expressiva participação de estudantes e membros da comunidade externa, os quais puderam ter contato com os discursos sobre as implicações do exercício de uma sexualidade obrigatória.

Ao longo de 2021, o NEPGS BG realizou uma série de Rodas de conversas em suas reuniões ordinárias, atividades relativas ao exercício da extensão acadêmica, possibilitando que a comunidade externa acessasse também o conhecimento produzido no interior da instituição. No intuito de permitir que as estudantes bolsistas do núcleo vivenciassem a experiência de conduzir uma reunião, a coordenação do NEPGS BG avaliou a importância de que os temas abordados nas Rodas de Conversa partissem do interesse dos jovens que participam das ações, sendo a orientação romântica um ponto que despertou o desejo de refletir sobre a realidade e a cultura relativa ao desejo sexual ou ausência deste.

O debate sobre o tema da sexualidade permitiu a identificação da naturalização de discursos que normalizam o desejo sexual como algo inato ao humano e como aqueles/as que desviam de tais regramentos sociais passam a ser discriminados pelos demais. Assim, os participantes puderam refletir o quanto as diferentes culturas possuem a tendência em constituir inclusive determinadas performances do sentir e do demonstrar atração sexual, uma vez que a perspectiva da aparência, do que se vê por meio de olhares e gestos, é valorizado de modo considerável nas sociedades ocidentais. Deste modo, não é apenas o exercício da sexualidade, mas mesmo a necessidade de se interessar por esse âmbito da vida, um entre tantos outros, acaba por ser objeto de controle social.

A obrigatoriedade de expressar o desejo sexual recai sobre os sujeitos sociais de modos diferentes, questão que foi abordada por uma das estudantes presentes na Roda de Conversa. Deste modo, a assexualidade torna-se fator de distinção no interior de um determinado grupo social. Em seu artigo, denominado "A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo", Brigueiro (2013) observa que

Ao acompanhar sistematicamente as experiências de discriminação e alteridade descritas pelos assexuais, nota-se como a expressão do desejo sexual se constitui como um elemento de diferenciação social. Já não se debate socialmente e pelos especialistas somente o objeto ao qual se vincula o interesse sexual ou, em outras palavras, o tipo de desejo sexual que caracterizaria os sujeitos. Destaca-se o interesse ou o desejo sexual em si mesmo. (p.279)

As Rodas de conversas organizadas pelo NEPGS BG durante o período mais crítico da pandemia de coronavírus foram fundamentais enquanto espaço de discussão com a comunidade externa sobre temas relevantes como a sexualidade. Durante o debate, algumas estudantes afirmaram-se como assexuais ou adeptas da orientação romântica, encontrando naquele ambiente conforto e acolhimento, sendo exatamente este o objetivo central do núcleo: a possibilidade de se expressar sem estar submetido a julgamento de outrem. O espaço de fala e de escuta estabelecido pelo núcleo de gênero não apenas propicia a construção de novos olhares sobre a temática de gênero e sexualidade, como também auxilia que jovens pensem sobre si, refletindo sobre seus desejos ou a ausência de atração sexual. A adolescência e o início da vida adulta são etapas em que se estabelecem uma série de exigências e pressões em relação à adoção e à regulação da vida sexual, acarretando muitas vezes discriminação e isolamento para quem não segue os preceitos socialmente construídos. Deste modo, enquanto ação de extensão, as Rodas de Conversa inseridas nas reuniões ordinárias do NEPGS BG cumprem um papel não apenas de esclarecimento, mas de oportunidade de ser e estar no mundo segundo um olhar de pluralidade no exercício do ser e do sentir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A significativa valorização da sexualidade nas sociedades ocidentais contemporâneas leva, muitas vezes, à marginalização de

peças assexuais e compele tanto peças sexuais quanto assexuais a praticarem atividades sexuais e assumirem identidades determinadas que não condizem com seus reais sentimentos ou desejos. A assexualidade foi por muito tempo patologizada e ainda hoje pode ser observada com desconfiança por muitos, acarretando a discriminação daqueles que não atendem as normas da sexualidade compulsória. Os resultados de tais discursos que naturalizam a atração sexual são variados e podem levar ao consentimento não disposto ao ato sexual e violência. Assim, é de suma importância que a sexualidade compulsória seja discutida a fim de proporcionar um maior entendimento das sociedades sexuais e de evitar tais consequências.

Os estudos sobre assexualidade vem ganhando terreno, o que é constatado por Oliveira (2013). Segundo a autora:

As pesquisas sobre a assexualidade estão crescendo em número nos últimos anos, mas ainda são tímidas, com resultados ainda muito frágeis, passíveis de reelaboração no futuro próximo. Enquanto no início as pesquisas tinham origem majoritariamente na medicina e na psicologia, outras áreas do conhecimento – como a sociologia, os estudos feministas, a linguística –, têm juntado forças na produção de trabalhos que têm contribuído para iluminar nossa compreensão sobre este tema (OLIVEIRA, 2013, p. 8).

As ações de extensão promovidas pelo NEPGS BG são, deste modo, elementos importantes para a abordagem de tópicos ainda pouco conhecidos na sociedade e que podem ter uma considerável influência na vida de muitos jovens. A discussão sobre a assexualidade incita a reflexão sobre a sexualidade compulsória, exigência que paira sobre toda a sociedade. Ao desnaturalizar comportamentos, formas de sentir e atuar em sociedade, podemos revelar a historicidade dos discursos que requerem performances específicas quanto às práticas sexuais, realizando uma crítica a tais posturas e possibilitando a pluralidade que rege as ações e sentimentos humanos.

REFERÊNCIAS

AUNSPACH, Chase; KELLY, Casey Ryan. Incels, Compulsory Sexuality, and Fascist Masculinity. *Feminist Formations*, v. 32, n. 3, p. 145-172, 2020.

BANET-WEISER, Sarah; MILTNER, Kate M. #MasculinitySoFragile: culture, structure, and networked misogyny. *Feminist Media Studies*, v. 16, n. 1, p. 171-174, jan. 2016.

BOGAERT, Anthony F. Asexuality: Asexuality: What It Is and Why It Matters. *The Journal of Sex Research*, v. 52, n. 4, p. 362-379, abr. 2015.

BOGAERT, Anthony F. Asexuality: Prevalence and associated factors in a national probability sample. *The Journal of Sex Research*, v. 41, n. 3, p. 279-287, ago. 2004.

BRIGEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 253-283, 2013.

CHASIN, CJ Deluzio. Reconsidering Asexuality and Its Radical Potential. *Feminist Studies*, v. 39, n. 2, p. 405-426, 2013.

CHEN, Angela. *Ace: What Asexuality Reveals About Desire, Society, and the Meaning of Sex*. Beacon Press, 2020.

Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos da América. Hot Yoga Tallahassee: A Case Study of Misogynistic Extremism. *Centro Nacional de Avaliação de Ameaças, Serviço Secreto dos EUA*, Washington DC, 2022.

DE OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista. Saindo do armário: a assexualidade na perspectiva da AVEN-Asexual Visibility and Education Network. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384778146_ARQUIVO_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf. Acesso em 28 de março de 2022.

DIAMOND, L. M. What does sexual orientation orient? A biobehavioral model distinguishing romantic love and sexual desire. *Psychological Review*, v. 110, n. 1, p. 173-192, 2003.

EMENS, Elizabeth F. Compulsory Sexuality. *Stanford Law Review*, v. 66, p. 303-386, 2013.

GRAHAM, Cynthia A.; PRAUSE, Nicole. Asexuality: Classification and Characterization. *Archives of Sexual Behavior*, v. 36, p. 341-356, mar 2007.

GUPTA, Kristina. Compulsory Sexuality: Evaluating an Emerging Concept. *Signs*, v. 41, n. 1, p. 131-154, 2015.

HODSON, Gordon; MACINNIS, Cara C. Intergroup bias toward "Group X": Evidence of prejudice, dehumanization, avoidance, and discrimination against asexuals. *Sage journals*, v. 15, n. 6, p. 725-743, nov. 2012.

IMPETT, Emily A.; PEPLAU, Letitia Anne. Why Some Women Consent to Unwanted Sex with a Dating Partner: Insights from Attachment Theory. *Psychology of Women Quarterly*, v. 26, p. 360-370, 2002.

MUEHLENHARD, C. L.; COOK, S. W. Men's self-reports of unwanted sexual activity. *The Journal of Sex Research*, v. 24, p. 58-72, jan. 1988.

NAGOSKI, Emily. *A Revolução do Prazer*. Guarda-Chuva, 2018.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS PARA O DEBATE SOBRE GÊNERO:

Discussões sobre a obra “A política sexual da carne”

*Ingrid Cacciamani*¹⁶
*Letícia Schneider Ferreira*¹⁷

Resumo: O Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar, ao qual se vincula o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do campus Bento Gonçalves (NEPGS BG) debate questões relevantes para os estudantes e para a comunidade externa do IFRS. Entre as temáticas introduzidas nas reuniões do grupo está a associação do machismo e o consumo de carne, tema referido através da literatura, por meio da análise do livro “A política sexual da carne” de Carol Adams. Tal obra ilustra a ligação entre o ato de comer carne e a dominação dos homens em relação às mulheres, em uma sociedade que ainda possui uma cultura de violência contra este segmento social. Justamente com o propósito de debater os mais diversos apontamentos feitos pela autora, os encontros se embasaram na leitura de alguns capítulos do livro. Este trabalho buscou identificar a importância do debate sobre tais tópicos nas reuniões do NEPGS BG, especificamente sobre as relações de opressão masculina sobre mulheres e animais e relacionar com a atual sociedade machista e patriarcal. Os encontros do grupo valiam-se das contribuições dos participantes acerca do que pensaram ao ler previamente a obra e as possíveis reflexões em relação ao tema proposto. Isso possibilitou o debate de tópicos que não encontravam ressonância no âmbito escolar, mas que se mostraram extremamente importantes para a formação humanística que respeita à diversidade. Neste sentido, a obra auxiliou no entendimento da simbologia da superioridade exercida pelo sexo masculino, permitindo a ruptura de preconceitos e violências.

Palavras-chave: Literatura. Formação humanística. Desigualdade de gênero. Especismo.

INTRODUÇÃO

¹⁶ Ingrid Cacciamani. Técnica em Meio Ambiente pelo IFRS Campus Bento Gonçalves. Foi bolsista do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar durante o ano 2021 pelo Edital nº 29/2021 PIBEX. *E-mail:* cacciamaniingrid@gmail.com

¹⁷ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS Campus Bento Gonçalves. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

As mais diversas discussões sobre gênero e sexualidade podem ser abordadas de diferentes maneiras e perspectivas. Uma ferramenta que se destaca é a literatura, justamente por ser rica nas contribuições em prol da luta pelos direitos humanos, contando com um vasto repertório construído por autores e autoras das mais variadas filiações teóricas. A partir desta compreensão, surgiu a necessidade de discutir a temática do consumo de carne e a sua influência sobre um discurso masculinista e patriarcal, sendo sugerida a leitura do livro “A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina”, publicado em 1990 por Carol Adams - escritora americana, feminista e defensora dos direitos dos animais.

A obra enfatiza a ligação entre o ato de comer carne e a dominação dos homens em relação às mulheres, como bem coloca a autora “a carne é um símbolo do domínio masculino” (ADAMS, 1990, p. 61), pois no momento em que o homem entende que pode fazer o que bem quiser com outras espécies, abre-se precedentes para criar e permear uma cultura sexista de exaltação do poder masculino, suprimindo animais e mulheres, em meio a uma sociedade que ainda possui uma cultura de violência (física, psicológica, mental e patrimonial) muito forte contra este último segmento social.

Desta maneira, o presente relato procura refletir a partir dos debates promovidos sobre esta temática durante as reuniões ordinárias do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS BG), evidenciando a importância destes para a ampliação do conhecimento sobre a concepção de especismo, gênero e patriarcado. Deste modo, esta narrativa se estrutura da seguinte forma: inicialmente, serão apresentados alguns conceitos, como gênero, patriarcado, feminismo e especismo, elementos teóricos que embasam a discussão proposta ao longo do capítulo. Em um segundo momento, será apresentado um relato sobre o debate empreendido durante as reuniões do NEPGS BG relativo à obra de Adams. Por fim, serão

apresentadas algumas considerações finais, buscando não apenas obter algumas conclusões sobre a atividade, mas avaliar sua efetividade e novas possibilidades de ações.

GÊNERO, PATRIARCADO, ESPECISMO: algumas reflexões

A análise de qualquer situação requer não apenas um conhecimento significativo sobre esta, mas também um arcabouço teórico suficiente que permita desvelar a complexidade de qualquer evento ou narrativa. Assim sendo, a análise da obra de Carol Adams exige a compreensão de elementos relativos ao conceito de gênero e patriarcado, uma vez que a autora parte do princípio da existência de uma assimetria de poder entre homens e mulheres na sociedade, ressaltando-se que tal desigualdade não é natural, mas socialmente constituída. Gênero é uma categoria de análise da realidade que possibilita que os componentes culturais e históricos da relação entre homens e mulheres sejam expostos, rompendo com a naturalização dos discursos que pregam características e espaços inatos e inalienáveis a serem usufruídos por corpos com vagina ou com pênis. As relações de gênero demonstram também a existência de uma disputa de poder e de tentativa de ocupação do espaço público, em que o controle dos corpos e seu raio de ação são de grande importância. Em relação a este conceito, Scott afirma que

[...] gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. (SCOTT, 1994, p. 13).

A necessidade de docilizar os corpos leva à criação de uma série de dispositivos (FOUCAULT, 1982) que se apresentam como naturais e, portanto, incontestáveis, não apenas estabelecendo, mas também mantendo o domínio do masculino sobre o feminino. A existência deste domínio exercido pelos homens e que permeia diferentes setores da sociedade pode ser pensado a partir da concepção de patriarcado, o qual poderia ser definido por um conjunto de elementos disseminados socialmente e que estruturam uma sociedade embasada no violento domínio masculino. Aruzza explicita que

É comum encontrar referências a “patriarcado” e “relações patriarcais” em textos, tratados ou documentos feministas. Patriarcado é comumente usado para mostrar como a opressão e a desigualdade de gênero não são ocorrências esporádicas ou excepcionais. Ao contrário, são questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual (ARUZZA, 2015, p. 35).

Alguns autores debatem a existência de uma incompatibilidade entre a perspectiva de gênero, cuja opressão se daria no momento das relações estabelecidas entre corpos considerados masculinos e corpos considerados femininos, enquanto que a ênfase no conceito de patriarcado estaria relacionado a um domínio permanente e presente em todos os espaços sociais e que, para muitos, se apresentaria como a-histórico, dado que presente em diferentes culturas e organizações sociais ao longo do tempo. Entretanto, é possível realizar um diálogo entre tais olhares, uma vez que o patriarcado, enquanto narrativa de domínio e violência, alimenta determinadas posturas esperadas de homens e mulheres, os quais, em relações de disputa de poder, procuram acessar espaços socialmente valorizados.

O domínio masculino revela a existência de uma mentalidade sexista que nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, alija as mulheres de espaços de poder. bell Hooks apresenta o conceito de

sexismo ao invés de se valer do termo machismo por, em sua visão, apresentar de modo mais adequado a realidade das mulheres que, enquanto plurais, muitas vezes aderem a este olhar que se impõe socialmente e inferioriza o feminino. Hooks (2019) relata que

Eu gostava dessa definição por que não deixava implícito que homens eram inimigos. Ao indicar o sexismo como problema, ela foi bem no xis da questão. Na verdade, essa definição deixava implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua ser mulher ou homem, crianças ou adulto. Também é ampla o suficiente para incluir a compreensão de sexismo institucionalizado sistêmico (HOOKS, 2019, p. 17).

A prática de utilizar a leitura de uma obra científica como fomentadora do debate e da construção do conhecimento de gênero mostra-se essencial para estimular os estudantes a ter contato com a produção intelectual relativa ao feminismo, além de observar a produção de mulheres escritoras. O exercício da leitura, da construção de conceitos e a capacidade de argumentação são itens importantes na formação da cidadania. A reflexão sobre o especismo, conceito que muitas vezes é relacionado a outras formas de tratamento discriminatórias e violentas, como o sexismo e o racismo, tem por finalidade observar a relação de dominação humana sobre outras espécies. Naconecy (2010) salienta que

Entende-se como especismo a discriminação preconceituosa baseada na noção de espécie (biológica), notadamente contra os animais (não-humanos), acarretando sua opressão. O termo especista foi cunhado para comunicar a ideia de que os praticantes do especismo exibem uma insensibilidade moral tão ou mais tosca e brutal que a dos racistas. Pesquisadores e ativistas da defesa animal tomam como fortemente intuitivo e saliente um paralelismo moral entre especismo, racismo, sexismo e outros “-ismos” (p. 170-171)

Assim, a proposta de discussão sobre a temática do especismo permite observar as opressões de modo mais amplo, demonstrando que esta é uma prática que interliga os indivíduos e grupos que sofrem violência ou preconceito, sejam humanos ou não. O exercício da violência é condenável em todos os seus aspectos e no momento em que isentamos uma forma de violência, abrimos a possibilidade de considerar que alguns grupos mereceriam passar por determinados sofrimentos. Soares (2021) defende que

Considerarei que discriminar moralmente um indivíduo é tratá-lo de um modo que não leve em conta seus direitos ou seus interesses moralmente relevantes, usando como fundamento da diferença de tratamento alguma característica moralmente irrelevante, como a cor da pele, a condição econômica, a nacionalidade, a orientação sexual ou identidade de gênero, ou o tipo de célula que reveste seu corpo, sejam escamas, penas ou pelos. (p.98)

Assim, a reflexão sobre o especismo possibilita que o estabelecimento de uma solidariedade entre os grupos oprimidos seja realizada, podendo estabelecer inclusive uma responsabilidade da espécie humana frente às outras espécies animais, de cuidado e respeito. Observar a forma que o ser humano se relaciona e trata outras espécies permite observar algumas similaridades na forma de tratamento em relação a grupos dentro da própria espécie humana. A aceitação da violência sobre uns naturaliza o exercício da opressão sobre outros, questões que estão presentes na obra “A política sexual da carne”, selecionada para embasar a discussão.

A POLÍTICA SEXUAL DA CARNE: GÊNERO E VIOLÊNCIA

Durante o auge do período da pandemia de coronavírus, as reuniões ordinárias do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS *campus* Bento Gonçalves (NEPGS BG) ocorreram na modalidade online, por meio da Plataforma *Google Meet* e contou com

a participação de estudantes da instituição e da comunidade externa. O NEPGS BG tem como principal objetivo debater os temas de gênero e diversidade, incentivando o respeito pelas diferenças, além de incentivar os adolescentes a se tornarem sujeitos críticos e reflexivos. Portanto, as pautas das reuniões são embasadas nas propostas dos participantes, que são consultados e instigados a coordenar a discussão. As conversas ao longo dos encontros sempre respeitaram as vontades dos alunos, assim como suas principais dúvidas e interesses, fazendo com que o resultado final sempre fosse uma discussão rica em opiniões diversas, sentimentos e contribuições. Sendo assim, o presente estudo buscou identificar a importância do uso da leitura de uma obra científica nas reuniões do NEPGS, especificamente sobre as relações de opressão masculina sobre mulheres e animais, relacionando esta situação com a atual sociedade sexista.

A obra foi sugerida por uma das estudantes membro do NEPGS BG, e aborda a relação entre o consumo de carne e a violência exercida sobre as mulheres. Foram selecionados alguns capítulos do livro, fornecidos aos participantes e orientou-se que tais passagens fossem lidas até a reunião seguinte. O propósito era entender e debater os argumentos trazidos pela autora, a qual, apesar de analisar o contexto estadunidense, oferece interessantes reflexões para a compreensão da sociedade brasileira. A autora realiza uma retrospectiva histórica, ilustrando a origem do papel do homem como consumidor massivo de carne e a relação direta com a narrativa que apresenta este como caçador e provedor do lar. Assim, o imaginário social foi construído com a ideia de que uma mulher não pode se defender sozinha e, em paralelo a isso, também é deduzido que os vegetais não podem constituir por si sós uma refeição completa. Carol Adams revela que se estabelece uma naturalização do consumo de carne em associação a elementos do discurso médico, havendo uma distinção no acesso a este alimento que revela as desigualdades de poder que regem a sociedade. Assim, o consumo da carne demonstraria as hierarquias sociais no sentido de

que este produto passaria a ser reservado às classes abastadas, e, no interior dos núcleos familiares, aos homens, os quais necessitariam de “mais força”. Ao analisar depoimentos de mulheres que viveram no século XIX, autora expõe que

Quando a pobreza forçava uma distribuição conscienciosa da carne, quem a recebia eram os homens. Muitas mulheres enfatizavam que tinham guardado a carne para o marido. Explicavam assim as conexões entre consumo de carne e papel masculino: “Guardo-a para ele; ele tem de comer carne”. Amostras do levantamento dos cardápios em famílias de trabalhadores da zona sul de Londres “mostravam carne extra, peixe extra, bolos extras ou uma qualidade diferenciada de carne para o homem”. As mulheres comiam carne uma vez por semana com os filhos, enquanto o marido consumia carne e bacon “quase diariamente” (ADAMS, 2012, p.56)

O ato de abdicar do consumo da carne em prol dos homens da família estabelece uma pedagogia que hierarquiza os atores dentro do núcleo familiar, demonstrando que as mulheres seriam menos importantes e não precisariam se alimentar com o item mais valorizado. Há uma associação entre carne-homem-força, estabelecendo uma perspectiva de domínio e superioridade masculina. Deste modo, há um significado não apenas em relação a quem acessa à carne, mas quantas vezes este alimento é consumido.

Outro ponto discutido foi o referente ausente, um conceito ilustrado por Adams como “Por trás de toda refeição com carne está uma ausência: a morte do animal cujo lugar é ocupado por esse prato. Com a palavra “carne”, a verdade sobre a morte fica ausente” (Adams, 1990, P.100). A autora também aborda as questões raciais e sociais com o referido conceito em diferentes capítulos do livro. No subcapítulo “Racismo e referente ausente” ela cita Dick Gregory (ativista de direitos civis americano), que compara o gueto urbano aos matadouros, no sentido de condenar ambos:

Tanto os animais quanto os seres humanos sofrem e morrem. Se tivesse de matar o seu porco, você muito provavelmente não seria capaz de comê-lo. Ouvir o grito do porco, ver o sangue espirrar, ver o filhote ser levado para longe da mãe e ver o olhar de morte no olho do animal reviraria o seu estômago. Por isso, o açougueiro mata por você. De modo semelhante, se os aristocratas ricos que perpetram as condições do gueto realmente ouvissem os gritos de sofrimento que ali se ouvem ou vissem a morte lenta dos garotinhos famintos, ou assistissem ao estrangulamento da humanidade e da dignidade, eles não continuariam a matança. Mas os ricos são protegidos desse horror. (Gregory apud ADAMS, 1990, P.78)

O ciclo de objetificação, fragmentação e consumo é um ponto muito discutido pela autora na obra. A primeira etapa do processo se faz necessária, no sentido de que um animal não pode mais ser visto como um ser vivo com direito a vida. Ele se torna um objeto sem direitos e vontades, apto a virar alimento. Já a fragmentação literal dos corpos é o processo pelo qual o animal vivo desaparece através da morte e por conta disso a violência se torna fundamental na matança, com o uso de matérias aniquiladoras como facas, porretes, ganchos e martelos.

Afirma Adams: “Tornar presente o referente ausente — ou seja, descrevendo exatamente como um animal morre escoiceando e gritando, e depois é fragmentado — impossibilita o seu consumo [...]”(Adams, 1990, P. 87), pois esse processo sangrento sempre é feito longe da população e logo depois dessa etapa, são dados outros nomes, para que não seja associada a carne ao animal, como por exemplo: as vacas se tornam um bife ou hambúrguer, um gado ainda pequeno vira um vitelo. Dessa maneira a última “fase” do ciclo, se concretiza: o consumo.

A relação entre desigualdade de gênero e espécies, que é trazida pela autora a partir da citação de Keith Thomas ilustra o distanciamento social sofrido pelos pobres, negros, loucos e mulheres,

por exemplo, que eram considerados bestiais e, portanto, considerados “pedaços de carne”.

Uma vez percebidas como animais, possivelmente as pessoas eram tratadas como tal. A ética do domínio humano retirou os animais da esfera de interesse humano. Mas também legitimou o mau tratamento dado aos seres humanos que estavam numa suposta condição animal. (Thomas apud ADAMS, 1990, P.76)

A objetificação feminina, a qual acarreta na violência sobre o corpo das mulheres, verifica-se na própria linguagem, que muitas vezes reparte o corpo feminino e se remete a ele como pedaços de carne: muitas vezes a mulher é apresentada como se sua essência estivesse resumida em um de seus membros, sejam pernas, nádegas ou seios. No momento em que discursos como estes se tornam comuns, naturaliza-se a violência sobre este corpo, e a prática do feminicídio ou do estupro acaba por ser atenuada.

Os conceitos apresentados acima foram fundamentais para as discussões empreendidas nas reuniões do grupo. Estes foram fundamentais para compreensão das ideias da autora, e discutidos pelos membros do NEPGS BG. Sendo o NEPGS BG um espaço acolhedor para os alunos e para a comunidade externa, os participantes compartilharam suas experiências e análises sobre a obra, questionando tanto o consumo de carne e o quanto este pode fomentar práticas de violência contra as mulheres devido aos discursos que naturalizam a opressão sobre as mulheres. Ao longo da discussão, as estudantes e membros da comunidade externa exercitavam não apenas a fala pública, mas também a escuta em um espaço que prima por ouvir e respeitar as mais diferentes concepções de mundo. Muitas participantes se apresentaram como vegetarianas ou veganas, e foi debatido o fato de que muitos adeptos do vegetarianismo sofrem preconceitos devido à concepção de que a carne seria um elemento fundamental para uma alimentação saudável.

Os encontros virtuais, com duração de uma hora, ocorriam quinzenalmente com a participação de estudantes, de diversas turmas, do IFRS-Campus Bento Gonçalves e também com alunos que já encerraram seu ciclo na instituição, atendendo assim a demanda de uma comunidade externa, princípio de projetos de extensão, como o NEPGS BG. Para o debate sobre os dois capítulos iniciais foram dedicados dois encontros, e muitos participantes se sentiram instigados em terminar a leitura, o que não foi possível fazer coletivamente devido a outras demandas às quais o NEPGS precisava responder.

As discussões estabelecidas nestes encontros foram de grande relevância para o exercício da crítica relativa a discursos estabelecidos como verdades inquestionáveis e que, de fato, responde a uma série de interesses e perpetua desigualdades. O NEPGS BG, a partir do estímulo aos participantes do debate sobre esta questão não apenas possibilita a prática da extensão, convidando a comunidade externa a produzir novos olhares de modo conjunto, mas também a interdisciplinaridade: o debate também possibilitou refletir sobre questões das áreas da biologia e da geografia, além de temas fundamentais para pensar a realidade atual do país como a questão do agronegócio e do desmatamento de áreas florestais para a ampliação da produção agropecuária. Assim, as reuniões do NEPGS BG e as discussões estabelecidas foram muito além da obra, mas demonstraram o quanto uma série de violências e opressões sociais estão interligadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é, sem dúvida, um espaço formativo que ultrapassa os elementos relacionados estritamente aos conteúdos curriculares e deve proporcionar reflexões e a possibilidade de exercitar a criticidade e argumentação. Visto que as disciplinas do Ensino Médio não dão conta

de esgotar os assuntos de interesse dos alunos, é essencial um espaço direcionado ao debate dos temas vinculados a gênero e sexualidade, explicitando que as desigualdades sociais entre os sexos não são dadas pela natureza. As discussões do NEPGS BG possibilitaram o debate de tópicos que não encontram ressonância no âmbito escolar mas que se mostraram extremamente importantes para a formação humanística dos alunos, com o enfoque no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Portanto, a leitura do livro “A política sexual da carne” de Carol Adams contribuiu no sentido de desmistificar tradições históricas que afirmam a necessidade do consumo de carne e sua associação com a força e a saúde, muito bem ilustradas no texto da autora e abordadas pelos participantes do debate. Carol Adams demonstrou o caráter cultural de diversas situações que são apresentadas como naturais cotidianamente, como hierarquias de poder, desvelando a própria linguagem que retrata a mulher como “um pedaço de carne”. Assim, a violência contra outras espécies se perpetua em uma opressão dentro da própria espécie, evidenciando que deveria ser inaceitável a violência sobre qualquer ser vivo.

Neste sentido, a obra auxiliou no entendimento da simbologia enraizada em nossa sociedade que favorece a superioridade exercida pelo sexo masculino em relação às mulheres e outras espécies, em diversos espaços. A partir do debate e do reconhecimento desses fatores, muitas vezes intrínsecos, é possível permitir a ruptura de preconceitos e violências, que se mantém ao longo do tempo, permitindo o início de um processo que propicie a desconstrução de uma cultura sexista.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol. *A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde Editorial Ltda, 2012.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, v. 23, n. 01, 2015.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Vol.I. *A Vontade de Saber*. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todos mundo: políticas arrebatadoras*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

NACONECY, Carlos M. As (des) analogias entre racismo e especismo. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 5, n. 6, 2010.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.

SOARES, Franco Nero Antunes. Machismo, especismo, racismo. In: SOARES, Franco Nero Antunes; TREVISAN, Janine Bendorovicz. *Humanidades: reflexões e ações*-volume 2. 2021, p. 95-104.

VIVÊNCIAS NO NEPGS:

Compartilhando saberes sobre Mulheres Cientistas

*Maria Júlia Reginato¹⁸
Letícia Schneider Ferreira¹⁹*

Resumo: O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGS- é uma ferramenta presente no cotidiano de discentes, docentes e até egressos do IFRS. Por meio deste espaço, é possível não só ofertar conhecimentos produzidos por meio de fontes confiáveis, objetivando minimizar a disseminação de inverdades, mas oportunizar um espaço acolhedor e integrador entre as diferentes esferas que compõem o currículo escolar. Neste âmbito, o presente trabalho pretende analisar algumas das ações feitas pelo Núcleo em 2020, através do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar, focalizando o contexto pandêmico, momento em que houve múltiplas adaptações para que as ações pudessem ser concretizadas. Serão analisadas, assim, as 5 palestras do Ciclo “Mulheres Visíveis”, curso online iniciado em 14/09/2020 e encerrado em 19/10/2020, por meio do *YouTube*. Almeja-se, por meio desta análise, entender a recepção do público quanto ao evento, buscando também aprimorar os métodos de realização de ações do Núcleo. A metodologia para a execução desta proposta foi, essencialmente, verificar as respostas dos formulários de presença disponibilizados aos ouvintes das palestras, compilando em uma planilha os resultados percebidos. De forma resumida, é possível afirmar que este Ciclo de Debates foi recebido de maneira bastante positiva pelo público interlocutor, uma vez que foram identificados uma quantidade considerável de elogios, tanto em relação à qualidade do conteúdo, quanto à sua forma de exposição. Ademais, as sugestões agregadas neste curso remeteram exclusivamente às dificuldades de conexão e transmissão pela plataforma *YouTube*, ocasionadas por instabilidade de rede. Conclui-se que o NEPGS, por meio de suas ações online, especialmente com o Ciclo de Palestras visado neste estudo, pôde satisfazer o público ouvinte, mantendo o espírito das ações extensionistas mesmo a distância.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Ciclo de Debates. Extensão.

¹⁸ Maria Júlia Reginato. Técnica em Meio Ambiente pelo IFRS Campus Bento Gonçalves. Foi bolsista do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar por meio do EDITAL IFRS No 67/2019 –AUXÍLIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO 2020 e bolsista voluntária do mesmo Programa pelo edital Edital IFRS nº 57/2020 Fluxo Contínuo 2021/2022. *E-mail:* mj.reginato@gmail.com

¹⁹ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS Campus Bento Gonçalves. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado dos esforços de servidores e discentes do IFRS - Campus Bento Gonçalves - que se engajam na causa das minorias de gênero, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGS. Por meio do Programa “Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar”, iniciativa intimamente ligada ao Núcleo supracitado, os integrantes são orientados a pesquisar estatísticas e produções relativas à população LGBTQIA+ e divulgá-las para a comunidade interna e externa ao Campus. O NEPGS BG, que surgiu em 2015 a partir de um movimento dos estudantes de ensino médio, no intuito de combater preconceitos e violências de gênero que vinham sofrendo no cotidiano escolar, tem como objetivo não apenas levar conhecimento de qualidade, mas também estimular que os próprios estudantes tenham contato com esses temas, investiguem e produzam informações.

Durante o período que compreendeu a suspensão das atividades presenciais do IFRS, com a eclosão da pandemia do Coronavírus, o NEPGS adequou suas ações à modalidade remota, incluindo Lives, cursos, palestras, debates e reuniões exclusivamente virtuais ao seu calendário. A mudança das reuniões para o âmbito virtual trouxe uma série de dificuldades no sentido de que os estudantes estavam habituados às reuniões presenciais, nas quais o contato, o encontro, a possibilidade de estar em proximidade com pessoas que possuem as mesmas pautas mostrava-se um dos elementos importantes na construção de vínculos. Nesse sentido, com a finalidade de atingir os objetivos do NEPGS BG em atender as demandas da comunidade interna e externa à instituição, os participantes propuseram a realização de um ciclo de debates intitulado “Ciclo de Palestras Mulheres Visíveis”. Este evento que contou com a participação de diversas palestrantes de instituições tais quais IFRS, IFSul e UFRGS, teve por intuito apresentar a contribuição de diferentes mulheres para o

desenvolvimento de diferentes áreas da ciência, muitas das quais são desconhecidas do grande público.

O evento foi organizado a partir de uma programação de cinco encontros virtuais, sendo que as palestras foram realizadas pelo *Google Meet* e transmitidas ao público por meio do Canal do *YouTube* do IFRS BG. Os ouvintes foram certificados por sua participação, comprovada com o preenchimento de formulários disponibilizados ao início de cada *live*. Ao todo, foram gerados 144 certificados, entregues àqueles com pelo menos 75% de presença.

VISUALIZANDO MULHERES

O Ciclo de Debates enfocou as seguintes áreas do conhecimento: Letras, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e História. As palestrantes procuraram, assim, apresentar mulheres em suas respectivas áreas de conhecimento, as quais muitas vezes não são abordadas e acabam por ser pouco conhecidas. Deste modo, o propósito do evento era desconstruir a narrativa de que as mulheres não se interessam ou se destacam nas diferentes áreas do saber, uma vez que os espaços de poder em geral são ocupados por homens. Todas as palestras foram realizadas por mulheres e versaram sobre mulheres, possibilitando a desconstrução de discursos que tanto no passado quanto no presente contribuíram e contribuem para o avanço do conhecimento científico. Cada palestra tinha em torno de 1h30min de duração, e o presente artigo dissertará, resumidamente, sobre estes eventos antes de se dedicar a identificar a avaliação do público.

O primeiro encontro foi referente à área de Letras, com duas professoras convidadas: as professoras Amália Cardona Leites (IFC) e Elisa Seerig (IFRS). A professora Amália dedicou-se em apresentar a Soror Juana Inés de la Cruz, poetisa, dramaturga e filósofa nascida na

região onde atualmente é o México e que é considerada a primeira “feminista” da América Latina. Esta escritora teve uma vida emblemática, sempre lutando para acessar as etapas mais avançadas de ensino, que eram vedadas às mulheres, até conseguir publicar suas obras graças a mecenas que financiavam esta autora. A professora Elisa Seerig abordou uma série de autoras muito relevantes para o pensamento feminista e que acabaram por influenciar mulheres escritoras: assim, foram citadas filósofas e ativistas como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, enfatizando, após esta primeira explanação, Mary Shelley, autora de Frankstein. Depois de abordar este momento inicial, as professoras abordaram escritoras brasileiras, como Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, ambas autoras que viveram no século XIX e que precisaram romper uma série de limitações impostas pela sociedade em que estavam inseridas. Por fim, as professoras apresentaram escritoras contemporâneas, como Natália Borges Polesso e Jarid Arraes, demonstrando também uma preocupação em debater a diversidade na produção literária, pois as autoras apresentadas eram de nacionalidades variadas, assim como outras questões, relativas à sexualidade e raça, também foram contempladas nas palestras.

O segundo encontro versou sobre a temática “Meninas nas Ciências Exatas”, o que é um ponto de grande relevância, uma vez que esta é uma área bastante refratária à participação feminina e talvez seja uma das áreas em que as mulheres são mais invisibilizadas. A professora Lissandra Lazzarotto (IFRS) apresentou a biografia de Ada Lovelace (1815-1852), nascida em 1815 e que construiu um aparelho que é considerado o precursor dos modernos computadores. Ada Lovelace era filha do poeta Lord Byron, elemento interessante no sentido de pensarmos o quanto questões como o pertencimento a uma família abastada e que estimulava ou ao menos permitia a educação feminina mostrava-se fundamental para que estas mulheres rompessem as amarras sociais e pudessem atuar e contribuir para a ciência. Deste modo, evidencia-se que não há uma incapacidade biológica das

mulheres para atuar em qualquer área, mas sim elementos culturais que impediam as mulheres de desenvolverem todas as suas potencialidades.

Outra cientista de grande relevância apresentada pela palestrante foi Grace Murray (1906-1992), analista de sistemas e primeira almirante da marinha estadunidense. Esta cientista foi fundamental para a criação de linguagens de programação, e apesar das restrições, ela foi responsável por programar um dos primeiros computadores, o Mark I. A docente Josiane Souza (IFSUL) abordou a contribuição feminina na área da Física. A professora optou por apresentar mulheres não tão conhecidas na área, como Marie Curie, por exemplo. Assim, a docente apresenta a cientista alemã Amelie Emily Nöerther (1882-1835), cujas descobertas na área influenciaram inclusive a Teoria da Relatividade de Einstein. A professora levanta um ponto importante em relação às questões de gênero, enfatizando que muitas destas mulheres tiveram seu trabalho apropriado ou mesmo silenciado no momento em que, por exemplo, uma de suas contribuições mais relevantes é o Teorema de Nöether, relativo aos sistemas dinâmicos, mas tal denominação não possibilita observar que esta é uma produção feminina. A professora também apresentou Lise Meitner (1878-1968): seus estudos, realizados inicialmente com Otto Hahn, acabaram por levar ao conhecimento sobre fissão nuclear. Entretanto, Hahn, que será indicado ao Prêmio Nobel por suas descobertas, apaga o nome de Meitner, afirmando que a pesquisa era exclusivamente sua, demonstrando uma vez mais a misoginia que imperava na esfera da produção científica e tecnológica. Em 1966, Hahn, Strassmann e Meitner recebem o prêmio Fermi nos Estados Unidos, procurando reparar a injustiça sofrida pela cientista. Por fim, a professora apresentou uma série de dados que demonstram a assimetria entre a ocupação de espaços e possibilidade de produção acadêmica na área das ciências exatas entre homens e mulheres, evidenciando a necessidade de políticas que estimulem as

mulheres a se inserir nestes espaços e que valorizem aquelas que já estão presentes nestas áreas.

O terceiro encontro teve como convidadas as docentes Deisi Noro (Professora Substituta IFRS BG) e Patrícia Mattei (Professora Substituta IFRS), as quais debateram a necessidade de visibilidade das mulheres na Biologia. As palestrantes trouxeram uma série de questionamentos importantes, demonstrando que a biologia tem sido um elemento para compor uma série de aparatos discursivos que sempre procuraram alijar as mulheres deste espaço. Inclusive, a professora Patrícia apontou um depoimento do ex-reitor de Harvard, Lawrence Summers, o qual expunha que havia uma tímida atuação das mulheres na área da biologia devido ao fato de que possuiriam uma “inaptidão natural” destas em relação à produção científica, o que acarretou em sua exoneração do cargo. A reitoria de Harvard passou, então, a ser exercida por uma mulher, a historiadora Drew Faust, a primeira reitora em quase quatro séculos de história da instituição. A abordagem deste tópico foi importante para demonstrar como até o momento presente é possível encontrar perspectivas misóginas sobre a atuação feminina na ciência, oriundas, muitas vezes, de pessoas que exercem cargos de poder.

A professora Patrícia Mattei apresentou a biografia de Berta Lutz (1894-1976), importante bióloga brasileira que também foi uma referência na luta feminista no país. Lutz, além de trabalhar em prol do voto feminino, conquistado em 1932, dedicou-se à educação feminina, à política e à chefia do setor de Botânica do Museu Nacional, cargo que ocupou até sua aposentadoria. A professora Deisi Noro apresentou a trajetória da docente da Universidade Federal de Santa Catarina, Jimena Furlani, a qual abordou em suas pesquisas os estudos de gênero, e em especial um enfoque sobre a formação de professores da educação infantil. A professora relata a importância da contribuição de Furlani para a sugestão de atividades e dinâmicas para tais

abordagens, as quais muitas vezes são criticadas e até mesmo demonizadas pela sociedade.

Em relação ao tópico “Mulheres interpretando e transformando a realidade”, o qual destaca a contribuição feminina nas Ciências Sociais, foram convidadas três palestrantes no intuito de abranger as três áreas que compõem tais saberes: antropologia, ciência política e sociologia. A professora Janine Trevisan (IFRS) dedicou-se a apresentar o trabalho da antropóloga Margareth Mead (1901-1978), o qual foi vital para observar que as questões de gênero são socialmente construídas. A antropóloga estudou diferentes sociedades e, a partir de suas observações, foi possível avaliar que algumas características ou tarefas consideradas femininas não provinham da natureza, mas eram socialmente constituídas, pois divergiam nestas sociedades. A professora Raquel Corrêa (IFRS) abordou a vida e obra da socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010), cientista social brasileira que foi pioneira nos estudos relativos a mulheres e que publicou obras de extrema relevância como “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” e o “Poder do Macho”. Saffioti, apesar de não se valer inicialmente do termo gênero, constrói um sólido aparato conceitual, em especial com a perspectiva de nó, que entrelaça opressões sofridas pelas mulheres, sendo essas de gênero, raça e classe. Por fim, a professora Cristina Altmann (UFPEL) abordou os principais aspectos da obra da cientista política brasileira Flávia Biroli, que tem como temas de pesquisa as questões de gênero e política.

Por fim, o último encontro debruçou-se sobre a visibilidade de mulheres historiadoras, outra área na qual por muito tempo predominou a produção masculina. Assim, a primeira palestrante, a professora Letícia Schneider Ferreira (IFRS) destacou a história de Ana Comnena, princesa bizantina responsável por uma das mais antigas obras históricas e que se referia a si mesma como historiadora. Esta autora escreveu uma compilação sobre os principais eventos do

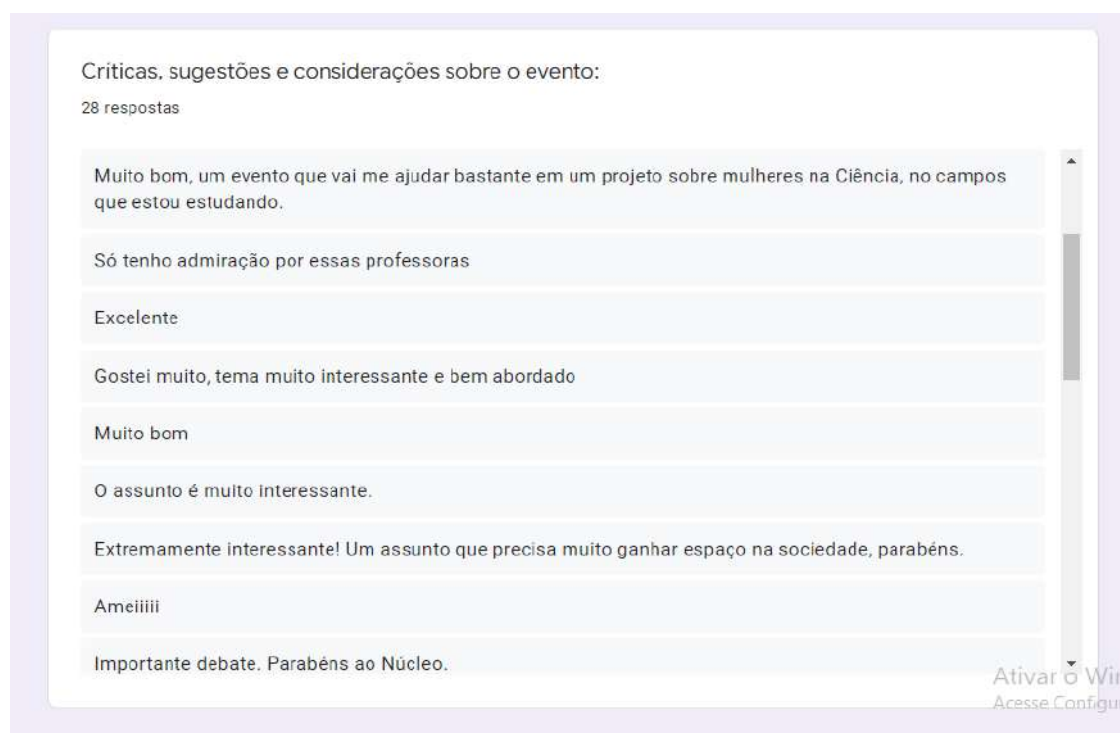
reinado de seu pai Aleixo I. A professora Ângela Flach trouxe algumas historiadoras que nasceram ou atuaram no Rio Grande do Sul: a palestrante citou Helga Piccolo, que teve uma longa carreira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Professora Sandra Pesavento (1946-2009), outra profissional cuja produção teve uma importante influência sobre o conhecimento historiográfico. A palestrante também apresentou historiadoras que não atuam na docência, mas sim junto a arquivos, atuação muitas vezes não suficientemente valorizada ou reconhecida. Assim, a professora Ângela citou a historiadora e arquivista Sílvia Rita Vieira, a qual atuou no Arquivo Público de Porto Alegre, tendo uma atuação importante para a manutenção de documentos que poderiam sustentar pesquisas realizadas por outros profissionais.

Deste modo, foi possível verificar que não apenas as temáticas dos cinco encontros foram bastante variadas, podendo despertar o interesse de diversas pessoas, mas o significativo número de profissionais mulheres que atuaram de modo muito relevante em suas áreas de saber. Assim, é fundamental observar de que modo esta atividade repercutiu junto ao público que acompanhou e para o qual era direcionado.

OLHARES SOBRE O CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS

Tendo em vista o exposto na introdução, o propósito deste estudo é analisar a efetividade desta ação de extensão, baseando-se nas perspectivas do público ouvinte. Para coletar tais informações, foram utilizados os formulários de validação de presença mencionados anteriormente. Neste instrumento constavam espaços para identificação do participante, visando a geração de certificados, além de uma área para comentários e sugestões do público. Essa seção de considerações foi, assim, responsável pela geração dos dados.

Figura 1: Exemplo de seção de comentários - primeiro encontro do Ciclo



Fonte: acervo próprio, por meio do Google Formulários, 2022.

A Figura 1, referente ao primeiro debate do Ciclo de Palestras, exemplifica a seção de comentários criada como instrumento de avaliação. Cada uma das cinco palestras teve seu próprio instrumento, sendo que os comentários foram verificados individualmente, com o propósito de distinguir avaliações positivas, negativas e sugestões.

Tabela 1: Contagem de participantes e comentários

NOME DO EVENTO	CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS/1	CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS/2	CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS/3	CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS/4	CICLO DE PALESTRAS MULHERES VISÍVEIS/5
DATA	14/09/2020	21/09/2020	28/09/2020	05/10/2020	19/10/2020
QUANTIA DE PARTICIPANTES	84	68	68	60	60

NÚMERO DE COMENTÁRIOS/ SUGESTÕES	1	0	3	0	0
NÚMERO DE COMENTÁRIOS/ PARABENIZAÇÕES	26	12	6	16	14

Fonte: acervo próprio, por meio do Google Planilhas, 2022.

Os dados coletados revelaram a elevada apreciação do evento por parte do público ouvinte. Não foi constatado nenhum comentário negativo, ainda que sugestões construtivas tenham sido feitas em duas das cinco palestras. As sugestões, em sua totalidade, referiram-se a problemas de conexão de rede, ou simplesmente pedidos para realização de *lives* focando na produção de conhecimento feminina, em áreas específicas dentro daquelas trabalhadas. Finalmente, os demais comentários somente parabenizaram a iniciativa do Núcleo, as palestrantes e os conteúdos abordados nos Debates.

Foi possível acompanhar a interação, ao longo das palestras, do público com as professoras por meio do chat do Youtube, no qual sempre havia perguntas sobre as personagens trazidas para o debate. O público que estava assistindo ao debate e interagindo com questões era dos mais diversos pontos do estado do Rio Grande do Sul e do país, demonstrando também a repercussão da atividade. A natureza das ações de extensão se dirigem exatamente para o público externo à instituição, sem excluir o público interno desta, prática que o NEPGS BG desenvolve com excelência.

O único percalço ocorrido foi a necessidade de exclusão de alguns comentários no chat do Youtube durante a fala da professora Ângela Flach, ao se dedicar à biografia da Professora da UFRGS e historiadora Sandra Pesavento, a qual em determinado momento de

sua carreira vinculava-se às teorias marxistas. No intuito de não constranger a palestrante comentários que criticavam de modo agressivo a vertente que embasava a produção da Dra. Pesavento foram excluídas pela equipe técnica, uma vez que a ação de extensão promove o debate por meio da escuta das mais diversas opiniões, contudo, valendo-se da prática pedagógica de demonstrar que violência verbal não é opinião. Assim, com exceção deste ataque virtual, mas que rapidamente foi resolvido, é possível verificar que, na visão dos participantes, a ação foi considerada adequada e cumpriu com a proposta inicial do Ciclo Mulheres Visíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, as mulheres foram silenciadas nas mais diferentes áreas do conhecimento, construindo-se narrativas que propagavam que estas não contribuíram para o avanço nas mais diversas ciências e profissões. Assim, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e sexualidade do campus Bento Gonçalves ofertou um Ciclo de Debates intitulado Mulheres Visíveis com a finalidade de referir nomes de mulheres que foram essenciais em suas respectivas áreas do saber, mas que por algum motivo foram esquecidas ou silenciadas ao longo do tempo. Foi possível avaliar que tal situação não diz respeito a apenas uma esfera do conhecimento, mas que era uma questão bastante generalizada.

É possível inferir também, a partir dos resultados obtidos, que a audiência participante aprovou o formato das apresentações do Ciclo de Palestras, apesar das dificuldades relativas à manipulação das ferramentas tecnológicas e problemas de conexão da internet. De um modo geral, a visão do público sobre as temáticas abordadas foi bastante positiva. É importante trazer à luz do conhecimento que essas ações tiveram alcance em diferentes esferas da comunidade

acadêmica, uma vez que desde discentes até servidores de diferentes Instituições usufruíram dos eventos propostos. Em um momento pandêmico, de incertezas e no qual muitas pessoas se encontravam deprimidas e angustiadas, o NEPGS BG proporcionou uma atividade de extrema qualidade, cumprindo sua função de levar à comunidade escolar e externa, conhecimento científico e conteúdo voltado à defesa de direitos humanos.

Conclui-se que o NEPGS é uma ferramenta importantíssima do IFRS, promovendo ações que permitem visibilidade à instituição, auxiliando-a na tarefa de possibilitar um espaço educativo acolhedor e que atenda de fato às demandas sociais. O Ciclo de Debates Mulheres Visíveis possibilitou que os participantes desenvolvessem uma crítica sobre o apagamento da atuação das mulheres na transformação social, revelando o quão vital é tal discussão, uma vez que a sociedade ainda se estrutura em bases sexistas e discriminatórias. A desigualdade de gênero impediu por muitos anos que mulheres pudessem acessar todas as etapas da educação e vissem muitas vezes seus esforços minimizados ou mesmo negados e, portanto, o evento permitiu visualizar esta questão, sendo esta a essência do NEPGS BG: atuar em prol de uma sociedade mais justa e humanizada.

REFERÊNCIAS

GUINANCIO, Jully Camara et al. COVID-19: Desafios do cotidiano e estratégias de enfrentamento frente ao isolamento social. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, 2020

LOURO, Guacira L. *Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas*. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>>. Acesso em 21 nov. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. *Minorias sociais. Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/minorias-sociais.htm>>. Acesso em 22 nov. 2021.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 04-21, 2001.

NEPGS BG E A EXTENSÃO:

PARCERIAS COM O MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

*Tauani Alchieri²⁰
Letícia Schneider Ferreira²¹*

Resumo: O presente capítulo estabelece uma reflexão sobre as atividades de extensão propiciadas pelo NEPGS BG durante o ano de 2021 que se direcionaram a atender demandas da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Assim, será discutido em um primeiro momento a reflexão sobre a importância do debate das questões de gênero, estendendo o conhecimento sobre esta área para a sociedade como um todo. Posteriormente, será avaliada a relevância da promoção de ações de extensão junto ao Município de Bento Gonçalves, apresentando tais atividades, as quais atendiam a demandas de parceiros da Prefeitura Municipal. Entre tais ações, estão o desenvolvimento de ações relativas à arte e cultura, como a apresentação de um Sarau Poético Virtual, devido a pandemia de coronavírus, ainda vigente neste momento, no qual foram realizadas leituras de poesias produzidas por mulheres ou por grupos LGBTQIA+ ou que versassem sobre estas questões, as quais eram entremeadas por apresentações musicais de uma artista convidada. Outra ação importante foi a distribuição de Produtos Artesanais que versavam sobre mulheres escritoras que foram doados para a Biblioteca Municipal, no intuito de estimular a leitura de obras femininas. Por fim, será ressaltada também a produção de cadernos de cunho feminista e que foram distribuídos pela Secretaria de Educação do Município em escolas que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade. Assim, a guisa de conclusão, é possível demonstrar o potencial do NEPGS BG em cumprir o papel de fazer uma articulação entre academia e sociedade e promover conhecimento e atividades de respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: NEPGS BG. Ações de Extensão. Arte e Cultura.

INTRODUÇÃO

²⁰ Tauani Alchieri. Estudante do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária do IFRS Campus Bento Gonçalves. Foi bolsista do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar durante o ano de 2021 pelo Edital nº 29/2021 PIBEX. E-mail: anialchieri7@gmail.com

²¹ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS Campus Bento Gonçalves. E-mail: leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul é um importante instrumento de promoção dos direitos humanos, oferecendo seus serviços e sua expertise na reflexão sobre questões de gênero e sexualidade para outras instituições, possibilitando o exercício da extensão, atingindo outros grupos além dos muros da escola. As atividades de extensão permitem um diálogo entre o que é produzido na academia e a sociedade de um modo geral, devolvendo à comunidade externa os resultados dos investimentos realizados em educação.

A temática de gênero e sexualidade ainda é um elemento que é mobilizado em discursos preconceituosos, distorcendo sua essência de respeito pelo outro para atender a interesses espúrios. Infelizmente, ainda é possível verificar em espaços midiáticos e inclusive em discursos de figuras de autoridade, o termo “ideologia de gênero”, o qual se caracteriza como uma falácia que acusa quem trabalha com tais tópicos de desejar impor um determinado gênero a crianças, ou outras acusações delirantes. Portanto, as instituições que produzem saberes cientificamente fundamentados têm o dever de levar estes conhecimentos à população, demonstrando o potencial democrático e de promoção de um convívio harmônico entre as pessoas.

Assim, serão apresentadas algumas atividades realizadas pelo NEPGS BG e que atenderam a demandas da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves e à comunidade como uma todo, como a realização de um Sarau Poético durante a Feira do Livro do Município de Bento Gonçalves, ocorrido por meio da Plataforma Google, devido à pandemia de coronavírus, no dia 11 de outubro de 2021. Este foi um evento bastante interessante no sentido de divulgar a produção escrita de mulheres e da população LGBTQIA+, permitindo a abordagem destas questões de modo lúdico, aliando a leitura de poesias e música. Outra atividade a ser ressaltada é a produção de cadernos com temáticas

feministas e de empoderamento, os quais foram entregues à Secretaria Municipal de Educação do Município de Bento Gonçalves para serem distribuídos a meninas em situação de vulnerabilidade. Por fim, será apresentada uma ação na qual foram produzidos produtos artesanais que versaram sobre mulheres escritoras ou personagens femininas de obras literárias, os quais foram entregues à Biblioteca Municipal de Bento Gonçalves no intuito de ofertar materiais lúdicos para ações junto ao público leitor, estimulando a leitura da obra das autoras selecionadas. À guisa de considerações finais, serão apontados alguns elementos importantes nas ações propostas pelo NEPGS BG no intuito de aproximar os materiais e o conhecimento construído no espaço escolar à comunidade externa, a qual se dirigem os esforços de um serviço público que visa aprimorar a qualidade de vida e as relações sociais.

MÚSICA E POESIA: MULHERES E LGBTQIA+ NA ESCRITA

A abordagem de temas tão fundamentais como gênero e sexualidade junto à sociedade em geral nem sempre é uma tarefa fácil, dado o grau de desinformação e resistência que muitas vezes se encontra em relação a tais tópicos, enviesados nos discursos e associados a práticas criminosas como pedofilia, entre outras questões absurdas e distantes do real objetivo de discutir gênero. O combate ao trabalho com a temática de gênero, conceito que se constituiu paulatinamente ao longo do tempo em especial no interior da relação entre movimentos feministas e a academia, ocupada por docentes e pesquisadoras mulheres com mais recorrência a partir das décadas de 1970-1980, está associado ao fato de que discutir gênero é discutir privilégios historicamente construídos, sendo que aqueles que são beneficiados pelo sistema estabelecido, não desejam que alguma mudança seja observada. Abordar gênero significa desvelar situações

de opressão que são naturalizadas nos discursos biologizantes, abrangendo diversos corpos considerados desviantes da norma e que, portanto, deveriam ou se adequar ou serem eliminados. Além disso, a apresentação da abordagem de gênero possibilita também que outras violências sejam referidas, uma vez que gênero está entrelaçado a outras condições dos sujeitos, como raça e classe. Piscitelli afirma que

o conceito de gênero, requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidades e feminilidades são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Assim, debater as relações de gênero e desvelar a violência física e simbólica que recai sobre determinados grupos é tensionar elementos de poder estabelecidos e propor a criação de novos olhares, de uma sociedade mais respeitosa e horizontal. A discussão de gênero assim, contém, sem dúvida, uma complexidade própria das teorias, mas que se concretizam em práticas também de militância que buscam a obtenção de mudanças na realidade e cotidiano tanto de mulheres quanto de pessoas LGBTQIA+. Uma das formas que se mostra interessante para introduzir esta perspectiva junto à sociedade de um modo geral é por meio da arte e da cultura: deste modo o NEPGS BG promoveu um Sarau Literário em parceria com a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves durante a realização da Feira do Livro da cidade, ocorrida no dia 11 de outubro de 2021 de forma híbrida, devido à pandemia de coronavírus. Assim, o NEPGS BG promoveu um momento em que foi possível aliar a leitura de poesia com apresentações musicais, propiciando um momento de entretenimento e de oferta de conhecimento sobre a produção feminina e LGBTQIA+ na poesia.

A atividade foi extremamente interessante uma vez que seu planejamento ocorreu de forma democrática e coletiva, como é de praxe nas ações do NEPGS BG: a coordenadora do núcleo propôs às 5 bolsistas do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar ao qual está vinculado o NEPGS BG, que selecionassem poesias que versassem sobre a temática dos direitos humanos e LGBTQIA+, além de obras produzidas por mulheres. Para tanto, foi enfatizado que era fundamental observar a perspectiva da diversidade e da representatividade, buscando a apropriação de textos de mulheres dos mais diversos espectros étnicos, etários, etc. Deste modo, as estudantes bolsistas do NEPGS BG foram incentivadas a fazer tal pesquisa e selecionar algum texto com o qual se identificasse, o que também estimulava o protagonismo destas discentes, atribuindo tarefas e permitindo que estas, posteriormente compartilhassem os resultados, bem como as motivações de tal escolha. Em relação à perspectiva do protagonismo juvenil, Silva afirma que

Quando nos referimos ao protagonismo juvenil [...] estamos nos referindo a adolescentes como personagem principal de uma ação voltada para a solução de problemas reais, ou seja, a participação ativa e construtiva do(a) estudante na sua escola, na sua comunidade ou na sociedade em geral. Esta participação propositiva, proativa, só se desenvolve em ambientes democráticos onde o objetivo seja a formação de cidadãos autônomos, solidários e compromissados (SILVA, 2009, p. 17-18).

Assim, a ação do NEPGS BG na promoção do Sarau vai além de propiciar o contato com importantes autoras, como Cecília Meirelles ou Maya Angelou, poetisas selecionadas por algumas estudantes, mas incentiva uma prática horizontal, de escuta e debate democrático, fundamental para a formação das estudantes. Deste modo, foi realizado um momento de ensaio, no qual foi possível averiguar o tempo dedicado para a leitura de cada poesia, além de dados sobre mulheres e população LGBTQIA+ coletados pelas estudantes. Assim, foi

possível refletir sobre índices de violência contra esses corpos, além da situação pandêmica, que acabou por atingir com mais profundidade as mulheres negras e periféricas. O evento ocorreu de modo híbrido, mas a participação do NEPGS BG se deu de forma virtual, dada a orientação do *campus* BG para observar os cuidados em relação ao coronavírus. A atração musical ficou a cargo da cantora e compositora Ana Clara Matielo, cujas canções versam sobre o tema do feminismo, proporcionando um momento de lazer e de produção de conhecimento, uma vez que essas questões emergiram nas discussões.

PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES: EMPODERAMENTO FEMININO

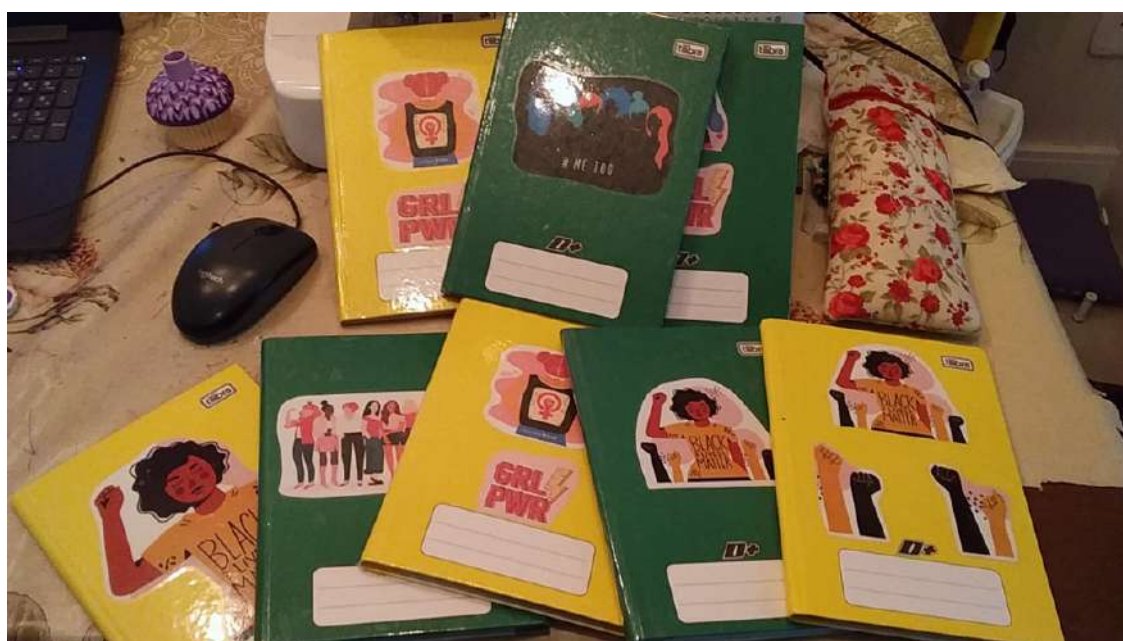
O NEPGS BG promoveu, durante o ano de 2021, a produção de materiais escolares os quais versavam sobre questões do feminismo e do empoderamento feminino, no intuito de que estes fossem acessados por meninas em situação de vulnerabilidade do município. De fato, o material escolar é um produto que acompanha as crianças no espaço escolar, sendo que estas possuem um contato constante com tais produtos. Deste modo, a proposta do NEPGS BG foi a customização de cadernos, com imagens e escritas de empoderamento feminino, no intuito de provocar ações de autovalorização destas meninas, produzindo um efeito coletivo. O olhar sobre empoderamento não condiz com a perspectiva de dar poder a alguém, o que não seria de fato possível, uma vez que o poder é uma condição relacional associado a determinadas posturas permeadas pela autonomia, mas sim criar uma série de condições para que as pessoas consigam identificar essa situação. Ao abordar tais questões, Berth expõe que

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmos e das mais variadas habilidades humanas, de sua história e de, principalmente,

um entendimento sobre a sua condição social e política, e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. (BERTH, 2018, p.14)

Devido à situação pandêmica, os cadernos brochura pequenos adquiridos por meio do Programa Institucional de Apoio à Extensão do IFRS BG foram customizados pelas estudantes bolsistas em suas casas e pela coordenadora, sendo posteriormente entregues à Secretária de Educação do Município. O município de Bento Gonçalves frequentemente realiza ações de doação de materiais escolares à população carente, e dada à necessidade detectada, esta atividade será realizada novamente. A proposta para uma nova ação prevê que os cadernos sejam customizados pelas futuras bolsistas e membros participantes do NEPGS BG, durante o qual esta temática pode ser debatida enquanto as imagens são selecionadas. As imagens utilizadas nos cadernos foram retiradas de um site que possibilita o uso gratuito destas, buscando respeitar os direitos autorais das/dos artistas. Abaixo imagens dos cadernos produzidos pelo NEPGS BG e entregues à SMED BG.

Imagem 1 - Cadernos customizados.



Fonte: Imagem produzido pelas autoras, 2021

Caso a atividade seja reeditada no corrente ano de 2022, há a possibilidade de que a entrega seja realizada pela coordenadora e pelas estudantes bolsistas, no intuito de aproveitar este momento para trabalhar com as crianças estes tópicos. Para tanto, futuramente, haverá contato com a SMED para que seja possível identificar quais escolas possuem estudantes com uma necessidade mais premente de acessar tais materiais.

GÊNERO E PRODUÇÃO ARTESANAL: POSSIBILIDADES

Outra atividade proposta foi a reflexão sobre Feminismo e Literatura, visando contemplar as demandas da Biblioteca Municipal de Bento Gonçalves, por meio da produção de materiais educativos artesanais. As atividades manuais vêm sendo resgatadas nos últimos anos, demonstrando seu potencial no estímulo à concentração, constituindo um momento não apenas de entretenimento, mas de aprendizagem. O trabalho com atividades manuais também pode representar uma possibilidade de renda, além de um momento de construção de laços e de pertencimento a um grupo quando a produção é realizada de modo coletivo. Maciel aponta que

A atividade manual em grupo, aliada a momento de formação de valores, ajuda a melhorar o relacionamento e a integração social das crianças, afastando-as das ruas, drogas e violência e criam novas possibilidades de convivência sadia, relacionada com o lazer, a alegria, diversão, amizade, prazer e bem estar. Além destes, para alguns pode até significar uma oportunidade de desenvolver atividade que lhes proporcione renda ou funcionar como terapia ocupacional (SILVA; MACIEL, 2012, s/p.)

Deste modo foram produzidos panôs e almofadas de patchwork com a temática de escritoras mulheres, bem como personagens femininas de obras importantes da literatura nacional. A produção é oriunda da discussão sobre quais mulheres poderiam ser abordadas

por esta atividade, o que possibilitou a unificação das esferas de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que as bolsistas precisaram, em um primeiro momento, buscar nomes femininos relevantes e que contribuíram para a literatura local e mundial. Assim, as bolsistas buscaram não apenas a biografia destas autoras, mas também consultaram algumas de suas obras, no intuito de posteriormente compartilhar com os demais membros do NEPGS tais informações. Assim, a orientação é que fossem contemplados aspectos como a diversidade, observando escritoras europeias, latinas, negras, entre outras. Um dos pontos debatidos entre os membros foi os obstáculos que muitas mulheres precisaram enfrentar para obter o reconhecimento de sua obra e viver profissionalmente da escrita. Procurou-se também enfatizar mulheres que trabalham com diferentes gêneros literários, como poesia, contos ou romances. Entre os nomes de destaque está a escritora Natália Borges Polezzo, nascida na cidade de Bento Gonçalves, no intuito de atentar para que a própria cidade possui representantes importantes na literatura, autora a qual inclusive recebeu uma série de premiações. Deste modo, foi costurado um panô que reunia vários nomes influentes na literatura e outro o qual apresentava somente autoras negras, muitas ainda pouco referidas, apesar de sua contribuição e reconhecimento pelos pares. Nas imagens abaixo, é possível identificar o resultado do trabalho em patchwork.

Imagem 2 - Panô de mulheres escritoras



Fonte: Imagem produzida pelas autoras, 2021

Imagem 3 - Panô de escritoras negras



Fonte: Imagem produzida pelas autoras, 2021.

Os produtos confeccionados foram entregues na Biblioteca Municipal de Bento Gonçalves e respaldaram ações de divulgação das obras dessas autoras, expondo os panos junto aos livros de escritoras mulheres presentes no acervo, estimulando o interesse dos leitores. Além dos panôs que podem ser observados nas fotografias acima, também foram confeccionadas almofadas que podem ser utilizadas também como ornamento em cadeiras, despertando a curiosidade dos frequentadores da instituição. Outro produto realizado visava possibilitar que as crianças também fossem contempladas, produzindo assim, um pano com uma poesia de Cecília Meirelles, direcionada ao público infantil. Deste modo, o NEPGS BG atuou de modo decisivo para

contribuir e dialogar com outras esferas de poder, apresentando possibilidade de atender às demandas da comunidade externa ao IFRS BG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEPGS BG é um espaço que foi fundado pelos e pelas estudantes e que, ao longo dos anos, vêm crescendo e sua ação se expande para fora dos muros da escola. O núcleo tem como objetivo o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, buscando ter um papel importante tanto nas áreas de ensino e pesquisa quanto na extensão. Assim, o NEPGS cumpre um papel interessante em não apenas atender às demandas externas, mas também de construir laços com a comunidade fora do ambiente escolar, auxiliando na divulgação da própria instituição.

A produção de artesanato, materiais escolares e a promoção de atividades culturais podem ser estratégias de aproximação junto à população, uma vez que os preconceitos que envolvem o termo gênero ainda são muito recorrentes na sociedade. Entretanto, é fundamental dar visibilidade às obras realizadas por mulheres, como foi possível verificar em ações como o Sarau Poético na Feira do Livro do Município de Bento Gonçalves ou os produtos artesanais confeccionados pelo núcleo. Além disso, a entrega de cadernos que abordam o empoderamento feminino a meninas em situação de vulnerabilidade também possibilita a reflexão por parte dessas crianças sobre as potencialidades do feminino, geralmente tratado como inferior e desvalorizado. O NEPGS BG, assim, cumpre seu papel no exercício do fazer democrático e no instilar espírito crítico, em prol de uma sociedade mais justa e respeitosa.

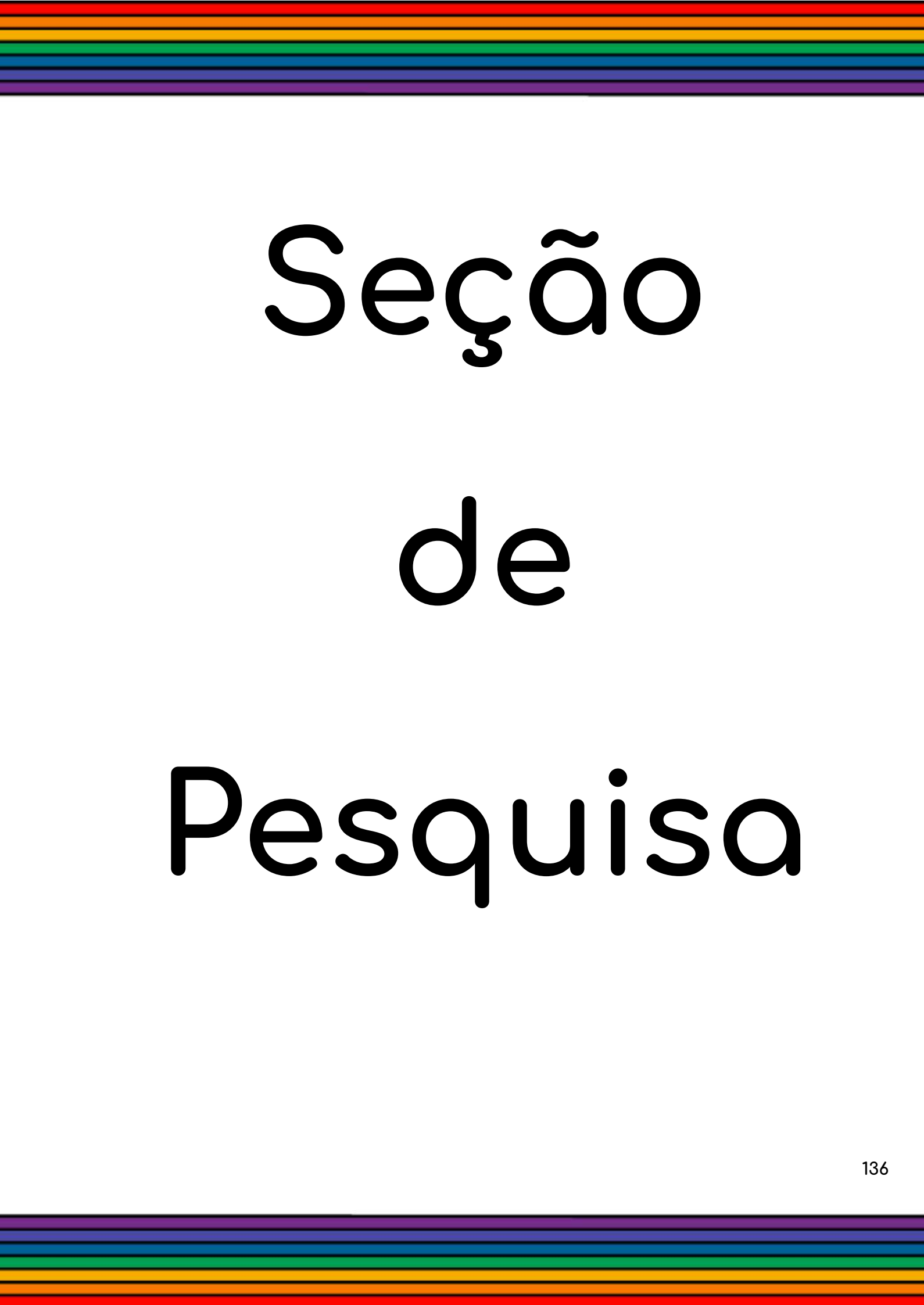
REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a construção de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, José (Orgs). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis & Veterecchia, 2009, p.116-149.

SILVA, José M. da; MACIEL, Ana LG. Casa do Crer-Ser: o ensino do artesanato e a busca pela valorização da cidadania. *Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social-ISSN 2594-7060*, v. 9, n. 1, 2012.

SILVA, THAIS GAMA DA. *Protagonismo na adolescência: A escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M09_gamasilva.pdf. Acesso em 02 de abril de 2022.



Seção de Pesquisa

CIRCE E A CONTRIBUIÇÃO FEMININA PARA O *KLEOS* DE ODISSEU

*Bianca Elizabeth Suthoff Lunkes*²²

*Letícia Schneider Ferreira*²³

Resumo: O capítulo tem como finalidade refletir sobre a obra *Odisseia*, redigida supostamente pelo *aedo* Homero em torno do século VIII a.C. O livro, que fixa uma epopeia pertencente à tradição oral, narra as aventuras de Odisseu, o herói plurivalente responsável pela vitória dos aqueus diante dos troianos, graças a sua mente engenhosa que elaborou o artifício do cavalo de Troia, permitindo que seus companheiros cruzassem as muralhas de Ílion. Dada a devastação provocada pelos gregos no território inimigo, o retorno dos guerreiros vitoriosos é amaldiçoado, e Odisseu sofrerá uma série de dissabores em seu atribulado retorno, o qual durará dez anos. Contudo, são exatamente os desafios da jornada que comporão a glória (*Kleos*) do herói, o qual, para ser bem sucedido em sua trajetória, contará com o auxílio de diversas divindades. Entre estas, está a ninfa Circe, hábil em lidar com feitiços e que será essencial para que Odisseu vença os principais obstáculos para conseguir retornar a sua terra natal, Ítaca. Este estudo visa observar os elementos referentes às questões de gênero presentes na composição e nas ações da personagem, por meio da leitura e análise do texto homérico, a partir da tradução de Carlos Alberto Nunes. Assim, com base em uma vasta revisão da bibliografia sobre gênero, antiguidade e sobre a *Odisseia*, foi realizado um fichamento dos principais elementos relativos à Circe e sua atuação junto a Odisseu. Foi possível observar que questões como a beleza física, a arte de tear, entre outros atributos associados ao feminino são mobilizados para a descrição da personagem, cujo auxílio será fundamental para que Odisseu seja bem sucedido em suas aventuras.

Palavras-chave: Circe. *Odisseia*. Gênero e Antiguidade.

INTRODUÇÃO

²² Bianca Elizabeth Suthoff Lunkes. Estudante do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Meio Ambiente. A estudante foi bolsista de pesquisa por meio do Edital Complementar Nº 06/2021, vinculado ao Edital IFRS nº 12/2021 - Fomento Interno 2021/2022 *E-mail:* bianca.lunkes13@gmail.com

²³ Letícia Schneider Ferreira. Docente de História do IFRS Campus Bento Gonçalves. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

A Odisseia é uma das narrativas mais emblemáticas da história da humanidade: ao narrar as aventuras do herói *polytropos*, termo de difícil tradução, mas que indica as múltiplas habilidades de seu protagonista, Odisseu, esta obra continua encantando gerações de leitores, os quais acompanham os sofrimentos do guerreiro em suas viagens até sua terra natal, Ítaca. Vitorioso em terras troianas, após dez anos de conflito, Odisseu, grande responsável pela estratégia do Cavalo de Madeira que possibilitou aos gregos ultrapassarem as inexpugnáveis muralhas de Ílion, precisa retornar a sua casa, onde a esposa Penélope é assediada por uma série de pretendentes, os quais, na crença da morte de Odisseu, exigem que a nobre senhora se case novamente. Entretanto, amaldiçoado por Poseidon, o herói demorará mais dez anos para de fato concretizar o retorno ao lar.

O poema épico, registrado pela escrita em torno do século VIII a.C. evidencia uma série de componentes de oralidade e é atribuído a um *aedo*, denominado Homero, o qual também seria o responsável pela redação da Ilíada, cuja trama enfoca o último dos dez anos de conflito, enfatizando a fúria do herói Aquiles. A existência deste poeta é incerta, e especialistas na temática questionam, inclusive, se a obra não teria sido composta por diversos poetas ou mesmo se alguns de seus cantos não seriam interpolações posteriores. Martins aborda esta questão, afirmando que

A sua autoria é atribuída a Homero, homem tão misterioso quanto a origem da resiliência da personagem principal da Odisseia, Odisseu. Não se sabe se Homero verdadeiramente existiu diante da ausência de informações biográficas e os contraditórios escassos dados que se possui sobre sua vida. Além disso, existem aqueles que defendem ser Homero um grupo de poetas, até de diferentes períodos que, em uma colaboração combinada ou não, compuseram a sua bibliografia (MARTINS, 2019, p.79)

A trajetória atribulada de Odisseu será marcada por diversos desafios e

sofrimentos, ao mesmo tempo que devido a estes mesmos obstáculos, o protagonista poderá alcançar a fama gloriosa que não perecerá mesmo após sua morte. Assim, a glória de Odisseu não será composta somente no campo de batalha por meio da propagação de suas façanhas descritas na *Ilíada*: será na obra dedicada a este personagem que o senhor de Ítaca se tornará tema de canções e poemas que imortalizarão suas façanhas. A glória do protagonista se dá na mobilização de suas artimanhas, de sua astúcia para resolver os perigos que encontra em seu caminho. O confronto direto em campo de batalha, presente na *Ilíada* não será um elemento recorrente na *Odisseia*, e o herói será instigado a valer-se de diferentes habilidades para superar as barreiras impostas em sua jornada. Já come Neto observa esta questão e, ao comparar os dois poemas épicos, afirma que

Tanto a *Ilíada* quanto a *Odisseia* configuram-se em poemas sobre como viver de forma a superar o anonimato, como ter uma vida que não seja apagada (...). Em que consiste esta vida plenamente vivida, essa vida de herói? Ela é balizada exclusivamente por critérios exclusivamente masculinos, vinculados às proezas e excelências bélicas, atléticas e retóricas (...). O caso da *Odisseia* é diferente, o ciclo ligado à história de viajantes, de um herói que retorna para casa após muitas dificuldades, longe dos seus bens materiais, distante do contexto de guerra e de provas atléticas, comandando não mais soldados, mas pessoas famintas e desejosas de regressarem à pátria (...)
(JACOME NETO, 2016, p.24-25)

Todavia, Odisseu não obterá sucesso sozinho: ao contrário, a composição de seu *kléos* será um feito coletivo, pois o herói necessitará de ajuda divina para superar muitas das situações críticas que advirão em suas viagens. O presente estudo observará a contribuição de uma das personagens femininas com as quais Odisseu entrará em contato em sua jornada e cujas ações são vitais para que o guerreiro aqueu seja bem sucedido: a feiticeira Circe. A personagem contribui decisivamente para que Odisseu complete suas viagens em segurança

ao orientá-lo em como proceder em episódios de destaque da trama, como a ida ao Hades ou a passagem pelas Sirenes, monstros terríveis que seduzem e devoram os navegantes. A proposta da análise empreendida é identificar elementos referentes ao feminino que são mobilizados para a construção desta figura emblemática da trama homérica.

No primeiro momento, o estudo apresentará a trama da Odisseia e alguns elementos sobre os desafios que o protagonista enfrenta, em especial aqueles impostos pela travessia de um território desconhecido e inóspito: o mar. A personagem Circe vive em uma ilha e, dada a sua complexidade, permite a abordagem de uma série de elementos importantes na conformação da cultura grega, como a discussão sobre a hospedagem, por exemplo. Na seção seguinte, esta personagem será delineada de modo mais acurado, cotejando o conceito de gênero no intuito de apresentar os discursos sobre o feminino que compõem o imaginário tanto do período da Grécia Antiga, quanto da atualidade, ressaltando algumas permanências na forma de conceber a feminilidade. Por fim, serão feitas algumas considerações finais sobre a importância da atuação de Circe na trama e na composição da glória do guerreiro.

A ODISSEIA DO HERÓI: Os desafios e artimanhas na busca pela glória

A fama do herói depende da memória de seus feitos, que passam a ser constantemente cantados por trovadores em banquetes e compõem a *paideia*, a educação de novas gerações que se inspiram nas peripécias audaciosas dos valorosos guerreiros que perecem em batalhas épicas ou a elas sobrevivem depois de vivenciar inúmeros sofrimentos. O caso de Odisseu é bastante distinto, pois apesar de ser o principal responsável pela vitória dos gregos em Ílion, ao elaborar o estratagema do Cavalo de Madeira, o herói precisa vencer uma série de

desafios em seu retorno, sendo necessário muitas vezes esconder ou negar seu nome diante da situação que se lhe apresentava. A narrativa da Odisseia carrega, deste modo, este ponto bastante original: o herói não pode anunciar a todo o momento seu nome e sua origem, mas deve avaliar a cada passo as melhores ações a serem adotadas. Enquanto na Ilíada a glória encontra-se na morte em campo de batalha, na coragem de enfrentar o inimigo de modo honroso, na Odisseia o *kleos* só pode ser alcançado pela sobrevivência. Odisseu deve chegar em casa com segurança para narrar seus feitos, sendo o maior destes a travessia pelo espaço do inóspito e que contém perigos desconhecidos: o mar.

É na travessia do mar que Odisseu irá constituir sua glória, pois é este o espaço que guarda os principais desafios, como monstros e feiticeiras. O mar é o local onde não se planta e sucumbir à viagem marítima é ter seu corpo tragado pelas profundezas, sem a possibilidade de um enterramento adequado e, muitas vezes, sem poder ter a certeza do luto, uma vez que o cadáver acaba por desaparecer em meio às águas salgadas. No mar não se cultiva e não se colhe, é um espaço/fronteira, onde o humano não pode residir, apenas cruzar em busca de outros espaços, do estrangeiro. Assim, o mar, elemento essencial no imaginário do grego antigo, tanto em relação à possibilidade de alimentação com a oferta de peixes e outros recursos, assim como para a economia, com as trocas comerciais via Mediterrâneo, também é um fator de crescimento e aprendizado: o mar ensina a desconfiança, a necessidade de cuidado diante do que pode ser inóspito: o desconhecido traz em si diferentes riscos. Soares afirma que

O mar, na medida em que representou, para os gregos antigos, uma fonte de complementação de sua dieta (...), também ensejou o estabelecimento de entrepostos comerciais e culturais no Mediterrâneo, mas, sobretudo, as águas marinhas estiveram a serviço da criação de um imaginário sobre os perigos que tal

espaço comportava: criaturas mitológicas habitavam as profundezas do oceano, colocando em risco iminente aqueles que por ele navegavam: marinheiros, pescadores, marujos (SOARES, 2018, p. 251).

O regresso de Odisseu a sua amada Ítaca, onde estão a esposa e o filho, que fixam este homem ao chão e que permitem a descendência e a continuidade da sua linhagem, onde reside seu pai, ancestral que guarda parte da memória familiar e que merece respeito e reverência, faz-se necessário para que Odisseu cumpra sua jornada consciente de suas potencialidades, mas também de suas limitações. A viagem oportunizada pelo mar não deixa de ser uma viagem a si mesmo, uma descoberta do que pode haver, mas também um teste sobre como lidamos com aquilo que nos é ofertado pelo acaso. Deloya reflete que

o mar sempre surge, para os seres humanos, como anseio de navegar, de aventurar-se e alcançar ilhas desconhecidas. Prazeres, conhecimento e conquistas são promessas que o mar abriga, ao lado de sua imprevisibilidade, de suas traiçoeiras ondas e correntezas, dos perigos e das ameaças fatais à vida causados pelas forças incontroláveis e desmedidas oscilações ambientais, assim como pelos seres que o habitam e dos quais podemos nos tornar presas fáceis em suas cadeias alimentares. Não obstante, o mar encerra em seu bojo um ímã, uma força de atração central e capital, de retorno à casa, à paz, ao repouso. (DELOYA, 2021, p.104)

É no mar que vive a ninfa Circe, ao mesmo tempo um entre os desafios impostos a Odisseu, mas também uma personagem que contribuirá decisivamente para que o herói sobreviva às provas às quais é submetido. A glória de Odisseu é composta pela ação de figuras femininas que se mostram complexas e ao mesmo tempo fascinantes: a ninfa da Ilha de Eéia apresenta as duas faces da hospedagem, apresentando o indomável da divindade ao mesmo tempo em que o feminino que se torna um aliado indispensável para o sucesso da trajetória do guerreiro.

Circe: terrível deidade

Odisseu e seus companheiros chegam à morada de Circe, após uma dura experiência com os Lestrigões, terríveis gigantes antropófagos que devoravam um número significativo dos companheiros de Odisseu. Filha do Sol e da ninfa Persa, Circe é apresentada com epítetos elogiosos, como divindade de tranças bem feitas e deidade canora. Entretanto, também é referida como “terrível”, apresentando seu caráter dúbio. A deusa vive só, rodeada de bosques e animais selvagens, encantados com suas beberagens mágicas, mas que desenham também o caráter indomável da ninfa. Circe tecia e cantava com sua bela voz quando foi encontrada pelos companheiros de Odisseu, aos quais, em um primeiro momento, recebeu cordialmente, para logo depois transmutá-los em porcos. Madureira apresenta este aspecto traiçoeiro da personagem, afirmando que

Circe é ameaçadora e Odisseu passará por ainda mais sofrimento em sua ilha. Porém, quando de fato os homens de Odisseu a encontram, não há nenhum sinal aparente de periculosidade. Ao contrário, Circe é descrita como estando no interior de seu *oîkos*, entoando cânticos em sua voz encantadora e tecendo, com a qualidade e o esmero que apenas uma deusa seria capaz de ter. A divindade de belas-tranças é, momentaneamente, a descrição de uma mulher dedicada à vida doméstica. (p.283)

A apresentação de Circe delineia alguns importantes elementos sobre o imaginário relativo ao feminino, tanto no período da Antiguidade grega como atualmente: a deusa é associada aos afazeres manuais, à suavidade, mas também à beleza que guarda a malícia e a traição. A vinculação do feminino aos afazeres domésticos, ao domínio da produção manual é mais uma entre tantas outras construções discursivas que posicionam as mulheres em determinados espaços e atribuem funções específicas a estas. Tais enunciados, ao longo tempo,

passam a ganhar caráter de naturalização, o que pode ser observado por meio da utilização da categoria analítica de gênero.

Os pesquisadores que utilizam essa categoria de análise fazem questão de frisar que no campo de relações entre homens e mulheres há uma distinção entre a esfera biológica, que é o sexo propriamente dito e suas características físicas, e a esfera social e cultural, que é a identidade de gênero. Assim não há uma essência masculina ou uma essência feminina imutáveis e determinadas por características biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas [...] (SILVA, 2009, p. 166).

Deste modo, Circe é introduzida na narrativa por meio de um discurso que enfatiza sua beleza e voz graciosa, enquanto tecia uma tela com grande habilidade, tendo como resultado um produto de muito brilho e de textura fina. Porém, logo percebe-se que a doçura e gentileza com que recebe os recém chegados é apenas uma performance que visava ludibriar os companheiros de Odisseu, com a exceção de um deles, Euríloco, que conseguirá fugir a avisar o senhor de Ítaca sobre o destino dos demais.

Ela os levou para dentro e ofereceu-lhes cadeiras e tronos, e misturou-lhes, depois, louro mel, queijo e branca farinha em vinho Pirâmnio; à bebida, assim feita, em seguida mistura droga funesta, que logo da pátria os fizesse esquecidos. Tendo-lhes dado a mistura, e depois que eles todos beberam, com uma vara os tocou e, sem mais, os meteu na pocilga. Tinham de porcos, realmente, a cabeça, o grunhido, a figura e as cerdas grossas [...] (HOMERO, 2003, p. 178).

Apesar da necessidade de atentar para o fato de que as figuras femininas, suas ações e descrição nascem do processo criativo de um

autor homem²⁴, segmento social que detém a possibilidade da produção escrita, é possível vislumbrar algumas recorrências na associação do feminino com elementos específicos, como é o caso da manipulação dos *pharmakon*, das ervas e do conhecimento medicinal, seja este em prol da cura de problemas de saúde, seja para fins questionáveis, como o envenenamento. Circe é a tal ponto conhecedora das plantas e suas propriedades que foi necessário Hermes orientar Odisseu a como resistir e subjugar Circe. O herói de Ítaca segue os conselhos e domina a feiticeira, que não apenas desfaz seu feitiço, permitindo que os companheiros retomem a forma humana, como induz a ninfa a mudar suas atitudes. A partir de então, estes estabelecem uma relação amorosa, mas Circe não se mostra apaixonada pelo herói: a feiticeira de Eéia firma um laço de companheirismo e passa a auxiliar Odisseu em seus intentos. Deste modo, os ritos cumpridos pelo astucioso aqueu e que subjagam Circe modificam a execução das práticas de hospedagem por parte da filha de Hélios, que por um ano abriga os gregos, ofertando alimento e vinho.

Apesar de manter relações carnavais com Odisseu, a leitura do texto permite entrever uma personagem autônoma e independente²⁵, o que, em certa medida, contraria os estereótipos sobre o feminino, constituindo a ambiguidade que cerca a feminilidade: Circe é a bela que tece e canta, mas também a feiticeira que tem gerência sobre sua

²⁴ Em relação a esta questão, Nogueira expõe que “próximas de nós, as mulheres da literatura grega antiga, seja ela arcaica, clássica ou helenística, são fruto da liberdade poética de seus autores. Podemos tentar descortinar informações sobre o mundo real que o olhar masculino vai deixando transparecer nos seus escritos e esse mundo idealizado está mais próximo dos nossos sentimentos e vivências mais comuns. (NOGUEIRA, 2006, p.100)

²⁵ Assunção afirma que chama a atenção que “Circe jamais expresse o desejo de se tornar a esposa de Ulisses ou conservá-lo apenas para si, e nem qualquer sentimento exacerbado de paixão, assim como parece não ter dificuldade alguma de se despedir dele quando a hora é chegada (ao que corresponde obviamente, da parte de Ulisses, um igual distanciamento, mas jamais um qualquer desprezo). Uma tal postura prática e hedonista parece, no entanto, muito mais leve e menos aborrecida (do que a de Calipso) para um Ulisses que, se pode aceitar desfrutar do prazer de um *affaire* temporário, no fim das contas, jamais abre mão do retorno à sua esposa mortal” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 163).

vida e decisões, podendo se tornar perigosa e incontrolável. Madureira argumenta que

Ao nos atentarmos para a agência/atividade da praticante de magia, nós podemos vê-la como alguém que toma medidas expressivas visando seu benefício próprio e que é capaz de negociar, nas circunstâncias em que se está inserida, com várias formas de autoridade (os mitos, os deuses, fórmulas, nomes) e seus sentimentos. [...] Circe não possui marido nem guardião masculino. Está conectada, por sua genealogia, às forças titânicas selvagens e cada uma das decisões que toma em sua existência não precisam passar pelo crivo ou aprovação de outrem (MADUREIRA, 2019, p. 297).

A partir deste momento de mudança na postura de Circe, a personagem se torna essencial para que se cumpra o destino glorioso de Odisseu, uma vez que a personagem será essencial para que ele seja bem sucedido diante de algumas de suas aventuras mais conhecidas de Odisseu: a descida ao Hades do herói, onde Odisseu observa uma série de pessoas que lhes foram próximas em vida, inclusive sua mãe, falecida antes de seu retorno. Lá, o senhor de Ítaca deseja consultar Tirésias, famoso adivinho, para prever os fatos que ainda estão porvir. Outra aventura para a qual Circe dará as indicações mais acertadas é a travessia na região das Sirenes, seres monstruosos metade pássaro e metade mulher, cujo canto fabuloso torna os homens irracionais e fáceis presas, tornando-se seu alimento. Circe orienta que todos os companheiros tapassem seus ouvidos com cera, enquanto Odisseu, se desejasse escutar o canto destes seres monstruosos, precisaria estar fortemente amarrado no mastro do navio. O filho de Laertes seguiu à risca a orientação, se tornando o primeiro homem a ouvir tal canto e sobreviver para posteriormente relatar a experiência. Deste modo, é possível concluir que Circe, deusa dúbia e terrível, representante do feminino complexo e indomável, tem um papel central no sucesso de Odisseu em se tornar o herói das múltiplas habilidades, regressando ileso para sua cidade natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre o feminino no período da Antiguidade revela uma série de desafios, no sentido de que as personagens são construídas por meio da ótica masculina, dado o fato de que os homens são os detentores da possibilidade de escrita. Entretanto, a descrição de personagens icônicas da literatura ocidental, como a feiticeira Circe, permite que seja possível verificar alguns elementos que recorrentemente são atribuídas às esferas do feminino, como a habilidade da tecelagem, observada tanto na apresentação da ninfa da Ilha de Eéia, quanto da própria esposa de Odisseu, Penélope, a qual se vale de famosa artimanha para enganar os pretendentes que se estabelecem em Ítaca.

Circe é uma figura feminina de extrema relevância, que se estabelece simultaneamente como um desafio e como um instrumento de auxílio para o sucesso da jornada do herói: inicialmente selvagem e pouco afeita às regras de hospitalidade, Circe estava habituada a usar de seus feitiços para transformar os homens que chegavam a sua morada em animais, como porcos. Entretanto, após ser dominada por Odisseu, que só consegue este feito com ajuda do deus Hermes, Circe muda sua postura e sua atuação é essencial para que o senhor de Ítaca prossiga em sua jornada e vença os obstáculos que lhes são impostos. A feiticeira orienta Odisseu a como proceder no Hades, cena em que este consulta Tirésias sobre acontecimentos futuros, bem como a como se proteger ao passar pelas sirenes, monstros híbridos, com rostos de mulher e corpo de pássaro. Estes são feitos marcantes, os quais comporão a fama do esposo de Penélope.

Circe é a mulher que acompanha e auxilia, mas se mostra independente e em momento algum deseja de fato reter o herói a seu lado, ou seja, ao mesmo tempo em que é dominada pelas artimanhas divinas executadas pelo ardiloso aqueu, Circe mantém um espírito livre, sendo necessário que a atenção sobre seus atos seja mantida. A deusa

de belas tranças é uma personagem fundamental para o *kleos* do personagem, que ao seguir as instruções da ninfa, consegue superar desafios anteriormente vedados aos humanos. A *métis* privilegiada de Odisseu, tão cantada ao longo dos séculos, deve muito às indicações da terrível deidade, tão bela quanto dotada de autonomia e independência.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. Infidelidades veladas: Ulisses entre Circe e Caipso na Odisseia. Belo Horizonte, v. VII, n. 2, jul.-dez. 2011

DE MORAES, Alexandre Santos. Ver para contar: Odisseu, as Sereias e o flerte com a morte. Universidad Nacional de La Plata, Argentina. 2018.

DELOUYA, Daniel. Odisseia, mar, mulher, transporte e transferências. *Ide*, v. 43, n. 71, p. 104-113, 2021.

FERNANDES, Mayã Gonçalves. Representações da Ninfa Calipso na Odisseia e sua interpretação em Plotino. 2017.

HOMERO. Odisseia. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2003.

JACOME NETO, Félix. L'Odisseia: Épica e História sob as lentes do cinema italiano. In: NETO, José Maria Gomes de Souza; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; RICON, Leandro Couto Carreira (Orgs.) *Imagens em Movimento: Ensaios sobre Cinema e História*. Rio de Janeiro: Editora Autografia (EDUPE), 2016, p.23-45.

LEITE, Mário Cezar Silva. Meu corpo até arrepia, só de falar. In: DIEGUES, A. C. *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.143-156.

MADUREIRA, Stéphanie Barros. Relacionando magia e gênero na Grécia antiga: Circe e Medeia como representações sociais de feiticeiras na Atenas Clássica (século V a.C.). *REVISTA HÉLADE*, v. 5, n. 2, p. 281-300, 2019.

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. O jogador Odisseu entre Calipso, Cila e Caríbdis: uma reflexão sobre a exploração dos

jogos de azar pela Odisseia de Homero. Logos (La Serena), v. 29, n. 1, p. 78-93, 2019. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0719-32622019000100078&script=sci_arttext&tlng=p Acesso em 14 de março de 2022.

MWEWA, Christian Muleka, CECHINEL, André, VAZ, Alexandre Fernandez. Calipso e a intransigência do gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2018.

NOGUEIRA, Adriana. Mulheres na literatura grega antiga: recurso estilístico?. A antiguidade clássica e nós. Herança e identidade cultural. Actas, p. 93-101, 2006

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. Cadernos Pagu, n.3, Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 1994.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Vanderlei Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos- Gênero. Editora Contexto. São Paulo, 2009.

SOARES, Martinho Guilherme Fonseca. Navegando em águas profundas: o estatuto social dos nautainas Odisseia. Temporalidades –Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 28, v. 11, n. 1 (set./dez. 2018)

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História. 2007.

COMO SEDUZIR HELENA DE TROIA?

Análise da Carta XVII das Heroides de Ovídio

*Sofia Laste Furlanetto*²⁶

*Letícia Schneider Ferreira*²⁷

Resumo: O presente capítulo aborda os elementos de sedução apresentados por Públio Ovídio Naso na sua obra *Heroides*, composta no início do Império Romano, e que possui como eu-lírico a personagem Helena de Troia. Filha de Zeus e de beleza inigualável, Helena guarda em si características que comumente acabam sendo atribuídas ao feminino, como a estética, a vulnerabilidade e a malícia. Assim, a partir da análise da obra procura observar-se quais os fatores que articulam o jogo de conquista que leva a personagem a trair o esposo e abandonar a filha e a terra natal, seguindo o príncipe troiano Páris até Ílion, atitude que posteriormente desencadeará a Guerra de Troia, conflito presente nas epopeias *Ilíada* e *Odisseia* e debatido por diversos autores ao longo dos séculos. A partir dos aspectos identificados, será referido de que forma estes apresentam um discurso sobre gênero e feminilidade no contexto vivido pelo autor. Deste modo, os objetivos do estudo exposto é avaliar as questões relativas a gênero na trama elaborada por Ovídio, construindo uma perspectiva sobre o feminino neste período histórico. Foram assim analisadas as Cartas XVI e XVII, sendo esta última objeto de maior dedicação, além da consulta a uma vasta bibliografia sobre gênero e antiguidade greco-romana. Os textos foram fichados e seu conteúdo analisado, por meio também de comparações com outro texto de Ovídio, *A Arte de Amar*. Por fim, foi possível averiguar a expectativa de que questões como ancestralidade, declarações de amor e desejo, elogios e oferta de presentes fossem elementos suficientes para seduzir uma mulher romana, demonstrando um olhar de um feminino vinculado aos interesses materiais e à aparência.

Palavras-chave: Helena de Troia. Públio Ovídio Naso. *Heroides*. Gênero e Antiguidade.

²⁶ Sofia Laste Furlanetto. Estudante do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Meio Ambiente do IFRS Campus Bento Gonçalves. A estudante foi bolsista de pesquisa por meio do Edital Complementar Nº 06/2021, vinculado ao Edital IFRS nº 12/2021 - Fomento Interno 2021/2022. *E-mail:* sofilastefurlanetto@gmail.com

²⁷ Letícia Schneider. Docente de História do IFRS Campus Bento Gonçalves. *E-mail:* leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

INTRODUÇÃO

Seduzir a mais bela entre as mortais é um desafio considerável; entretanto, Públio Ovídio Naso, poeta romano que viveu entre 43 a.C. e 17 d.C. dedica-se a esta reflexão ao descrever em duas cartas da obra *Heroides* o encontro entre Helena e seu futuro amante Páris, príncipe de Troia quando este era seu hóspede em Esparta. Indubitavelmente, uma das relações amorosas mais abordadas na antiguidade, o relacionamento amoroso entre estes dois personagens terá consequências nefastas para toda a Grécia do período Micênico: uma guerra que durará 10 anos e que ceifará a vida dos principais heróis e guerreiros dos dois lados combatentes. A narrativa sobre os eventos deste marcante conflito, cuja historicidade ainda é discutível, influencia até hoje o imaginário sobre os valores que permeiam os discursos ocidentais, como coragem e honra, e compõe o enredo dos dois principais épicos da literatura ocidental: a *Ilíada* e a *Odisseia*.

A importância destas histórias é de tal ordem que é possível verificar que diferentes autores, ao longo dos séculos, se dedicaram a analisá-lo, refletindo sobre suas causas e principais eventos. Portanto, a atuação de Helena e sua responsabilidade por este conflito de proporções trágicas antes nunca vista é uma temática recorrente e diferentes autores apresentam leituras diversas sobre a personagem, muitas vezes culpando-a e ressaltando seu caráter traiçoeiro e malévolo, enquanto outros irão, ao contrário, isentá-la de responsabilidade, pois o conflito seria, em última instância, um desejo das divindades olímpicas. Os argumentos que são apresentados tanto para inocentá-la quanto para salientar um possível caráter negativo e desviante permitem verificar um determinado discurso de gênero, uma vez que Helena é a mulher mais bela e desejável presente na literatura ocidental, a qual todas as demais são comparadas. Deste modo, por meio da análise das fontes, esta pesquisa procurou analisar quais ideias de feminino estão presentes nos elementos mobilizados pelo

personagem Paris para tentar seduzir Helena, presentes na Carta XVI e XVII das Heroides de Ovídio. A necessidade de fazer referência a ambas as missivas é que estas são pareadas, ou seja, a Carta XVII, cujo eu lírico é Helena, é uma resposta à Carta XVI, cujo protagonista é Páris.

Em um primeiro momento, este estudo se debruçará na compreensão da personagem Helena de Troia, figura icônica na descrição da feminilidade, procurando demonstrar a complexidade da rainha espartana, a qual está presente em narrativas diversas e que inclusive se contradizem. Nesta seção, também serão arrolados alguns conceitos relativos aos estudos de gênero no intuito de demonstrar o aparato teórico que sustenta este estudo, além de uma breve contextualização sobre a situação da mulher no período greco-romano, uma vez que Helena é uma personagem que surge pela primeira vez em um texto da Grécia Arcaica, mas que será recepcionada pela fonte em análise que foi escrita no período do Império Romano. Após, será referida a obra Heroides e selecionados alguns trechos que embasarão a linha argumentativa deste estudo. Por fim, à guisa de conclusão, serão apresentadas algumas considerações referentes à análise da obra, no intuito de também estimular a realização de novas pesquisas sobre esta questão.

HELENA DE TROIA: UMA RAINHA ENIGMÁTICA

Helena de Troia de fato existiu? Não é possível saber se há um conteúdo histórico na composição da personagem, mas para efeitos deste estudo esta não é uma questão preponderante: a pesquisa dedica-se a analisar as fontes literárias nas quais esta personagem é referida e qual o ideal de feminino está contido em sua figura. Helena é uma personagem cuja controvérsia se estabelece desde seu nascimento: seria uma semideusa ou uma mortal? As narrativas sobre a origem de Helena não chegam a um consenso inabalável, mas a versão

mais difundida atribui sua paternidade a Zeus, principal deus do Olimpo, o qual, enamorado da mortal Leda, transmuta-se em cisne e seduz a jovem, a qual na mesma noite casa-se com Tíndaro, rei de Esparta, e consuma o matrimônio. Nesta noite, Leda teria engravidado de quatro crianças, duas de origem divina (Helena e Pólux) e duas concebidas com o mortal Tíndaro (Cintmnestra e Castor), sendo a futura esposa do herói Menelau filha de Zeus. Contudo, sua dúbia concepção é recorrentemente abordada em obras que buscam criticar Helena ou apresentá-la por meio de uma ótica negativa, associando seu nascimento a Tíndaro, como uma forma de desmerecê-la, questionando sua suposta ascendência imortal.

A compreensão da figura de Helena perpassa na observação dos modelos de comportamento associados ao feminino em determinada sociedade e em uma temporalidade específica. O desafio, neste sentido, é procurar delinear uma personagem que passa a ser recepcionada por diferentes culturas em um longo espaço de tempo, sendo então composta por elementos associados ao feminino no contexto de escrita de cada um dos autores que se valem desta figura para compor suas obras. Assim Helena, personagem que nasce no século VIII ou, possivelmente em um momento histórico ainda mais recuado no tempo, dado o fato de que as epopeias homéricas tem suas raízes na tradição oral, carrega situações observadas em relação às questões de gênero tanto do período de sua criação quanto dos momentos em que é recepcionada em outras sociedades, compondo um mosaico fascinante e também desafiador para as tentativas de interpretação da personagem.

Helena é uma mulher pertencente à nobreza e, logo, há uma série de ações e comportamentos que dela se espera: por meio da leitura das fontes literárias greco romanas, denota-se que o feminino ocupa determinados locais sociais, como o espaço da casa, o qual tem por responsabilidade gerenciar, observando as ações das servas e a

manutenção das despensas, bem como a produção manual de itens fundamentais como o vestuário. Tais atribuições parecem permanecer ao longo dos séculos, com tênues mudanças nas sociedades greco-romanas, sendo que em determinados momentos discursos que buscam limitar a atuação do feminino no âmbito privado se tornam mais agudos, em outros arrefecem. Apesar dos discursos, é fundamental ressaltar que possivelmente as mulheres não seguiam tais prescrições sem tensionar regras, rompendo-as ou mesmo reinventando-as. A existência de discursos que enfatizam comportamentos e lugares sociais para as mulheres, por si só, já demonstram que este ato de enunciação ansiava por posturas que não ocorriam naturalmente.

A análise de Helena de Troia e sua representação na obra de Ovídio requer a observação destes elementos de gênero contidos nas enunciações e nas mentalidades que regem o pensamento de determinado contexto. Gênero é um conceito bastante complexo e multifacetado, o qual pode ser abordado por meio de diversos aspectos, e que revela a existência de uma desigualdade cultural, a qual atribui significados e lugares diferentes para corpos considerados masculinos e corpos femininos. Tal diferença constitui uma hierarquia entre estes segmentos da sociedade, revelando uma disputa de poder que estrutura os papéis sociais. Segundo Joan Scott

[...] gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos (SCOTT, 1994, p. 13).

Deste modo, as concepções de gênero, conceito que também possui uma historicidade e que deve muito aos movimentos feministas do século XX²⁸, organizam as prescrições sobre o comportamento das mulheres e as expectativas de suas formas de ser, agir e sentir. Assim, Helena, como uma mulher nobre, deve seguir certos pontos considerados essenciais em relação à atuação da mulher nobre na sociedade: casar-se com um membro de sua própria classe, pretendente que será escolhido por seu pai e ao qual deverá fidelidade e obediência. Todavia, a beleza excessiva de Helena, traço fundamental da personagem, possibilita que a rainha espartana rompa com algumas destas expectativas que recaem sobre as mulheres: a jovem é de tal modo estonteante que os mais relevantes heróis – e guerreiros – não resistem e desejam tomá-la por esposa, obrigando Tíndaro a conceder, por sugestão do astucioso Odisseu, que a própria Helena escolhesse seu futuro esposo. A semideusa opta por Menelau, irmão do principal soberano da época, Agamêmnon de Micenas, que acabará desposando sua irmã Clitemnestra.

Helena é deste modo corpo, aspecto essencial do feminino, referido pelos mais diversos autores. A própria concepção de um corpo desejável se conforma ao longo do tempo e se modifica conforme as distintas sociedades, sendo este, assim, objeto maleável e volúvel. Goellner problematiza esta questão, salientando que

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas,

²⁸ Piscitelli debate o termo gênero e sua construção histórica no interior da produção feminista, explicitando que “O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultados dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências, a palavra sexo remete a estas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade.” (PISCITELLI, 2009, p.119)

grupos sociais, étnicos etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído a partir daquilo que dele se diz (GOELLNER, 2015, p. 135).

O desejo provocado pelo corpo de Helena independe muitas vezes de sua vontade, como pode ser inferido no sequestro que sofre ainda adolescente, momento em que é levada por Teseu, importante herói mitológico, responsável pelo assassinato do monstro Minotauro. A beleza de Helena, que engendra ações trágicas e irracionais é, entretanto, pouco descrita, permitindo ao leitor de diferentes épocas adaptar o aspecto da semideusa adequando-o aos padrões de seu próprio contexto. De fato, há poucas referências sobre a descrição física de Helena que é muitas vezes explicitada por meio de termos como “a loura Helena” ou a “cacheada Helena”. Maguire levanta tal questão, expondo que

What is consistent in descriptions of Helen of Troy, from Homer to the twenty-first century, is absence of detail. Homer describes Helen as having “the face of immortal goddesses”; she wears “shimmering garments” and has glistening hair. In Virgil she wears silver robes and has hyacinthine curls. The lack of specificity makes sense: if Helen is indisputably the most beautiful woman in the world, as soon as you provide details you make her beauty disputable (MAGUIRE, 2009, p. 49).

A literatura brasileira apresenta o questionamento sobre a fidelidade ou não de outra icônica personagem feminina, a Capitu da obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis, na já célebre interrogação: traiu ou não traiu? Helena sabe-se que traiu, e é outra a pergunta que se constrói em relação a esta figura literária: foi ou não raptada? Tem ou não culpa sobre o conflito de Troia? De fato, é possível verificar que as mulheres são sempre interpeladas por meio deste ideário constituído por meio das relações de gênero, em que estas são questionadas não em relação a si próprias ou a sua individualidade, mas a alguma falta para com outrem.

De acordo com a resposta do autor, constitui-se uma Helena por meio de um viés mais positivo ou negativo. A observação das obras Homéricas permite o pressuposto de que o autor apresenta Helena como um peão dentro do jogo estabelecido entre os deuses, inacessível à compreensão humana. O aedo usa a voz de Príamo, rei de Ílion para atenuar a responsabilidade da filha de Zeus pelo conflito, como é possível identificar em uma cena na qual a personagem é convocada para identificar os heróis gregos que cercam as muralhas troianas.

[...] Príamo chamou Helena em voz alta: “Vem minha filha; aqui mesmo bem perto de mim vem sentar-te por que o primeiro marido, os parentes e amigos revejas. Não és culpada de nada; os eternos, somente, têm culpa, que nos mandaram a guerra dos fortes Aqueus, lacrimosa. Disse-lhe Helena, a divina mulher, em resposta, o seguinte: “Sinto por ti, caro sogro, respeito e vergonha a um só tempo. Bem melhor fora se a Morte terrível me houvesse levado antes de haver consentido em seguir o teu filho, deixando o lar e o esposo, minha única filha e as gentis companheiras. Mas não devia assim ser; essa a causa de todo o meu choro. Ora te vou responder a respeito do que perguntaste (HOMERO, 2003, p. 108).

Desta forma, para alguns autores Helena não pode ser responsabilizada, uma vez que um mortal, ainda mais uma mulher, não poderia se contrapor aos desígnios divinos, enquanto para outros a rainha espartana partiu para Troia de modo deliberado pois, suscetível aos chamados do corpo e aos discursos sedutores, Helena apaixonou-se pelo príncipe troiano e, interessada nas vantagens materiais, abandonou seu lar. Em outras versões, Helena sequer teria chegado a Tróia, ficando resguardada no Egito, enquanto o que acompanhava Páris era uma figura enganosa, uma miragem. Deste modo é possível conceber um olhar sobre o feminino, ora representado como um ser traiçoeiro e fútil, capaz de abandonar a família em troca de riquezas e poder, em outros como um ser frágil que não pode se defender do fado divino ou da violência humana.

A HELENA DE OVÍDIO: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA SEDUÇÃO

Hóspede de Helena e Menelau, Páris aproveita a ausência do rei espartano para procurar envolver a semideusa em seus jogos de conquista e leva-la com ele para Ílion. As Cartas XVI e XVII da obra *Heroides* enfatizam esse exato momento de envolvimento afetivo entre os personagens, o momento do nascimento do desejo e da busca por sua concretização. Ovídio, poeta romano nascido em 43 a.C. e falecido em 17 d.C no exílio, foi um hábil e versátil escritor, cuja obra se mostra bastante variada, abordando temas mitológicos, mas também sobre o cotidiano experienciado em seu período de vida. As *Heroides* consistem em uma série de poemas elegíacos em forma de epístola e que possuem por elemento de originalidade o fato do autor optar por personagens femininas lendárias, que dissertam sobre a ausência ou abandono de seus amantes. As 15 primeiras missivas não obtém resposta, enquanto as 6 últimas possuem destinatário, o qual responde à mensagem, destoando das demais e sendo um dos motivos pelos quais a autoria é questionada. Entretanto, há uma série de elementos que aproximam estes textos aos anteriores e se parte do pressuposto de que Ovídio também seria o responsável por estes escritos.

A Carta XVII tem como protagonista Helena, que aparenta indecisão frente à proposta de fuga levantada pelo príncipe troiano na missiva XVI. A rainha de Esparta inicia sua epístola acusando o príncipe de incitá-la a adotar uma atitude condenável e ressalta sua fama ilibada, o que seria esperado de uma mulher nobre casada, tanto no período da Grécia Antiga, quanto no momento histórico vivido por Ovídio²⁹.

²⁹ Azevedo aborda a temática da pudicitia, exigida das mulheres da nobreza romana, a qual pode ser vinculada à virtude que Helena defende possuir: (...) a pudicitia era uma virtude que indicava integridade moral e física. Isto se torna evidente quando a compreendemos como um conceito subjetivo e um atributo do corpo. Representa um conceito subjetivo na medida em que a busca por esta virtude revela uma força de natureza moral que conduz a ações individuais e, um atributo do corpo, porque era este que devia ser controlado e protegido. A proteção da pudicitia envolve aqueles que estão próximos ao corpo que deve ser guardado. É deste modo que esperava-se

Agora que tua carta maculou meus olhos, creio haver somente um pequeno mérito em não respondê-la. Estrangeiro aqui, ousaste, desprezando as leis da hospitalidade, tentar a virtude de uma esposa legítima! (...) não esqueça o pudor e de que minha vida tenha sido uma sucessão de dias sem mácula. Se meu rosto hipócrita não aparenta um ar triste; se, com uma postura imóvel, não revelo uma fronte dura e severa, não é que eu seja impura; até agora vivi sem mancha e nenhum adultério atrai minha vaidade (OVÍDIO, 2003, p. 208-209).

Páris assedia Helena reforçando a perspectiva de que o envolvimento amoroso dos dois reflete um plano divino ao qual nenhum deles poderia se contrapor. Assim, o jovem relembra a cena do Pomo da Discórdia, quando ele escolhe Afrodite como a mais bela das deusas, recebendo o direito, então, de se apossar da mais bela das mortais: Helena. O discurso do príncipe troiano, ao se valer do argumento embasado na vontade dos deuses autoriza a rainha espartana a dissolver seus vínculos maritais, mas também a ele mesmo romper uma das relações mais importantes no período da Antiguidade greco-romana: a hospitalidade. Além disso, o filho de Príamo aproveita o ensejo para elogiar a beleza de Helena, equiparável a da própria deusa Citarea. Assim, é possível referir que a narrativa de Páris, ressaltando seu contato com as divindades e a necessidade de cumprir os desígnios destas é um argumento que tem por finalidade seduzir Helena, a qual, entretanto, mostra-se cética. A Helena ovidiana apresenta uma série de questões no sentido de desconstruir os argumentos de Páris, demonstrando a capacidade de exercer um raciocínio lógico e coerente mesmo em um momento no qual estaria assolada pelo sentimento amoroso.

Mas Vênus te prometeu essa conquista, quando, nos profundos vales do Ida, três deusas se apresentaram nuas a ti. Uma te ofereceu a realeza; outra a glória do guerreiro; a terceira te disse: "A filha de Tíndaro será tua esposa". Custou-me acreditar que criaturas celeste tenham submetido sua beleza à tua arbitragem. Se isso fosse

que os homens, principalmente aqueles que possuíam mulheres sob sua tutela, zelassem pela pudicitia delas. (AZEVEDO, 2019, p.10)

verdade, a outra parte que me destina e dá como prêmio de teu julgamento é totalmente inventada (OVÍDIO, 2003, p. 214).

Outro ponto invocado por Páris é sua nobre ancestralidade, a qual vista de um modo panorâmico e recuado no tempo, alcança os imortais. Deste modo, é possível evidenciar que este era um fator atraente para uma mulher neste período histórico: a qual família pertencia o futuro amante ou esposo. Paris alonga-se na descrição de sua genealogia, buscando impressionar Helena, estratégia que parece não encontrar ressonância junto à semideusa, que não apenas considera sua própria ascendência mais importante, quanto exalta a terra espartana, desconsiderada por Páris em comparação à Ílion.

Exaltas tua origem, teus antepassados e teu nome real; minha família tem uma linhagem nobre. Sem citar Júpiter, o bisavô de meu sogro, e toda a estirpe de Tíndaro e de Pélops, filho de Tântalo, Leda, iludida por um cisne, deu-me Júpiter por pai, quando, crédula, esquentou em seu seio esse pássaro impostor. Vai, agora, lembre a toda a Frígia a origem de tua estirpe e, Príamo com Laomedonte, seu pai. Reverencio-os: mas aquele de quem és tão orgulhoso de tê-lo por quinto antepassado é o primeiro de meu sangue. Ainda que acredite no poderio do cetro de Troia, tua pátria, não olho com desprezo aquele que possuo. Se ele é menor em riqueza e em população, certamente o teu é bárbaro. (OVÍDIO, 2003, p.211)

Assim, o que convenceu Helena a partir para Troia? A Carta XVII não esclarece tal ponto, uma vez que ela é encerrada antes do desenlace do enredo tão conhecido, mas por meio da análise do texto, mais que a paixão que insiste em sentir pelo jovem dárdano, Helena parece seduzida pela possibilidade do novo, do diferente, do exercício de escolha. Naquele momento descrito por Ovídio, Helena tem a sua frente a possibilidade de determinar suas ações e seu destino e o amor, por mais que atraia não imerge a rainha na irracionalidade: Helena lança-se no incerto futuro após uma fria reflexão e delineando a possibilidade de um retorno a sua terra natal em segurança, afinal Helena é corpo, Helena é a beleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ovídio é um autor apaixonado pelo amor: os jogos de sedução constituem uma temática recorrente em seus versos. O envolvimento amoroso de Helena e Páris e suas importantes consequências para o imaginário greco-romano são um ponto extremamente interessante para compreender quais os artifícios utilizados pelos amantes para a concretização de sua paixão, mas também para compreender de que modo o feminino era constituído no período vivenciado pelo autor romano. Helena, rainha espartana e mulher dotada de uma beleza incomparável, deveria ser convencida por Páris a com ele partir para um local desconhecido, mas repleto de promessas atraentes como riquezas, ornamentos e poder. Deste modo, foi possível observar que Ovídio parte do pressuposto de que Helena não teria sido sequestrada, como em outras versões da narrativa, mas que, por meio da avaliação frente à situação que se abria diante de si, optou por seguir com o amante até Ílion.

A Helena ovidiana reflete um feminino sensível ao desejo despertado pela beleza de seu hóspede, que se sente atraída pela oferta de presentes e pela possibilidade de viver e reinar em uma terra plena de reconhecimento e abundância de recursos. Contudo, apesar do discurso da personagem, o qual salienta o sentimento amoroso no qual está imersa, não abdica de analisar as vantagens e desvantagens das opções que lhe são postas, numa tentativa de se manter ilesa e de sobreviver em caso dos infortúnios que poderiam sobrevir de suas escolhas. Deste modo, o estudo empreendido a partir da leitura e análise da Carta XVII das Heroides possibilita apreender a complexidade de uma personagem que, podemos afirmar sem recair em exageros, funda o imaginário sobre feminilidade: Helena, repleta de beleza e enigmas, é o rosto de mulher nas narrativas ocidentais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: Marxismo, Patriarcado e Adulterio na Roma Antiga e no Brasil atual. *História* (São Paulo), v. 38, 2019.

BARBOSA, Renata Cerqueira. Gênero e Antiguidade: representações e discursos. *História Revista*, v. 12, n. 2, 2007

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Cadernos de Leitura*. Editora Chão da Feira, n.78., 2018, p.1-16.

CAVICCHIOLI, Marina. Fama e infâmia na sexualidade romana. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 3, p. 153-169, 2014.

COLLING, Ana Maria. Aristóteles. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS:Ed. UFGD, 2015, p.58-62.

EURÍPEDES. *As Troianas*. Tradução do Grego e apresentação: Mário da Gama Kury. 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 2012.

EURÍPEDES. *Helena*. Versão do grego, introdução e notas: José Ribeiro Ferreira. Porto Alegre: Movimento, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Vol.I. A Vontade de Saber*. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS:Ed. UFGD, 2015, p.134-137.

GÓRGIAS. *Elogio de Helena*. Tradução de Aldo Dinucci. São Paulo: Oficina do Livro, 2017

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, p. 1-12, 2002

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1990

MAGUIRE, Laurie. Helen of Troy: From Homer to Hollywood. John Wiley & Sons, 2009.

NOBILOS, Paulina. Helena a sedução enquanto método e o corpo como instrumento. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia. Filosofia: Machismos e Feminismos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de.; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.) Diferenças/Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PÚBLIO OVIDIOS NASO. A arte de Amar. Tradução de Dúnia Marinho da Silva. Porto Alegre: L&PM, 2012.

PÚBLIO OVIDIOS NASO. Cartas de Amor: as Heróides. Tradução: Dúnia Maria Silva. São Paulo: Landy Editora, 2003

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu, n. 3, p. 11-27, 1994

UGATERMENDÍA, Cecília Marcela. A exemplaridade do abandono: epístola elegíaca e intratextualidade nas Heróides de Ovídio. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2017.

A VANITAS NA PRODUÇÃO PICTÓRICA DE MULHERES ARTISTAS: reflexões sobre a efemeridade e o feminino

Luana Pagel de Mello³⁰

Resumo: As artes *vanitas* - do latim, vaidades - são obras as quais abordam temáticas da morte e da vaidade, simultaneamente. Popularizaram-se principalmente no norte da Europa no Barroco (séc. XVI-XVIII), período em que mulheres eram proibidas de estudar e de atuar em diversos campos, inclusive na Arte. Assim, o foco da presente pesquisa foi analisar as pinturas *vanitas* produzidas por mulheres durante o barroco, para dar voz às artistas silenciadas e expor suas obras. O objetivo geral foi analisar a forma como as artistas representaram as *vanitas* e a simbologia dos objetos presentes nas obras, considerando questões de gênero. Para alcançar essas proposições, foram lidos artigos e selecionadas várias obras de artistas como Maria van Oosterwijck (1630-1693), Judith Leyster (1609-1660) e Michaelina Wautier (1604-1689). As obras das artistas foram analisadas inspirando-se no método de Panofsky. Constatou-se que as pinturas apresentam composições e jogos de luz e sombra complexos, além da representação da figura humana. Geralmente, as *vanitas* são representadas por meio da natureza-morta. É comum a aparição de objetos como: caveira e ossos humanos, flores e frutas putrefatas, ampulhetas, conchas, velas, livros, instrumentos musicais, moedas, joias, coroas, entre outros. Acrescenta-se ainda que as mulheres apresentaram dificuldades para estudar, crescer em sua profissão e assinar suas obras, pois a maioria foi atribuída a homens. No entanto, elas conseguiram expressar temas importantíssimos do Barroco, visto que este era marcado pela constatação da transitoriedade da vida e sobre a importância dada à vaidade pela humanidade.

Palavras-chave: *Vanitas*. Barroco. Feminismo. Morte. Artes.

³⁰ Luana Pagel de Mello. Estudante do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Meio Ambiente do IFRS Campus Bento Gonçalves. A estudante é bolsista CNPQ PIBIC-EM por meio do Edital de Fomento Externo IFRS 42/2021. E-mail: luanapageldemello@gmail.com

INTRODUÇÃO

As Artes *Vanitas* - vaidades, em latim - compreendem um gênero de pintura moralizante: visam alertar sobre a futilidade dos prazeres mundanos, tendo em vista a brevidade da vida terrena (WITECK, 2012, p. 23). Geralmente associadas à natureza-morta ou a temáticas bíblicas, as pinturas *vanitas* ressaltam a efemeridade e a insignificância de uma vida promíscua, abordando simultaneamente tópicos relacionados à vaidade e à morte. Tal gênero alegórico e emblemático foi popular na Europa durante o período barroco (XVI-XVIII), especialmente na região dos Países Baixos, difundido por meio da pintura de cenas com natureza-morta, sob influência religiosa (CRUZ, 2015, p. 11). Este gênero foi respaldado em antigas tradições e crenças, além de reflexões filosóficas próprias do barroco (FRONER, 1997, p. 87). O processo de consolidação do debate sobre tais questões é milenar e perdura até os tempos atuais. Neste projeto, visamos analisar os elementos que constituem uma *vanitas*, presentes em obras produzidas por mulheres artistas, sob a justificativa de tentar dar voz às mulheres silenciadas. Analisaremos o contexto do surgimento do supracitado gênero de pintura e como o entorno social influenciou a vida e a produção pictórica das artistas. Pretendemos dirigir um olhar interdisciplinar e amplo sobre as questões abordadas. Para a escolha das obras, foi realizada uma revisão bibliográfica, e para sua análise, foi utilizado como base o método do historiador Erwin Panofsky.

O uso de objetos como a caveira e ossos humanos, flores e frutos apodrecidos, livros, velas, conchas vazias, bolhas de sabão, ampulhetas e instrumentos musicais é frequente para representar tal temática. Geralmente, podem ser alusivos ao prazer, ao poder, à passagem do tempo, à caducidade da matéria, à fama, à fragilidade e fugacidade da vida e ao triunfo da morte. As artistas enfrentaram obstáculos para estudar – só puderam graças à ligação parental com

homens –, acessar modelos humanos, atingir êxito em suas profissões e assinar suas obras, bem como manter seus nomes na história da arte.

O conhecimento a respeito das artistas femininas é muito relevante, pois as realizações artísticas delas e sua contribuição para o avanço das técnicas e temas retratados em suas obras pictóricas ainda é muito ignorada, tanto pelas pessoas quanto pela mídia. A biografia e o conhecimento das obras das artistas mulheres não apenas dissipam o equívoco de que não existiram pintoras relevantes, mas também permitem questionar por que foram apagadas e por que suas obras são impopulares até hoje. Esta pesquisa nos permite considerar as questões de gênero, pelas quais se pode verificar o desconhecimento sobre o assunto, que muitas vezes não é muito abordado nos principais meios de comunicação. Este projeto é muito interessante e justifica-se primeiro pela reflexão que proporciona, além de promover uma perspectiva interdisciplinar que combina disciplinas históricas e artísticas. O tema *Vanitas* é muito relevante não só para compreender o contexto histórico dos séculos XVI e XVII, mas também para refletir a existência do ser humano e sua natureza temporária. Da mesma forma, temas relacionados a questões filosóficas podem ser abordados por este estudo. Essa pode ser uma maneira interessante de pensar sobre a existência e o comportamento do ser humano em diferentes locais e temporalidades.

Nosso objetivo geral foi observar de que modo as artistas mulheres do período barroco abordam o tema da *Vanitas* em suas pinturas. Nossos objetivos específicos foram refletir sobre as situações de gênero que envolve a realidade de pintoras no exercício de sua profissão; analisar as biografias de artistas mulheres e os impactos de suas obras ao longo do tempo; observar as técnicas e especificidades do movimento artístico que se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII, conhecido por Barroco.

A pesquisa atual baseia-se em um amplo panorama bibliográfico de temas como gênero, sexualidade, história e arte, época barroca e análises relacionadas a pinturas, além de temas relacionados a *Vanitas*. Foram selecionadas obras de artistas femininas do período barroco, avaliado o contexto da produção das mesmas, bem como a biografia das artistas, a composição da obra e os recursos representados nelas.

DESENVOLVIMENTO

A representação da morte na Arte, bem como as reflexões acerca dela, é extremamente recorrente ao longo da História e remonta desde a Pré-História e à Antiguidade até os tempos atuais. Segundo Ana Paula Gomes Witeck (2012, p. 21):

o crânio humano, desde a Pré-História até os dias de hoje, sempre funcionou como um dispositivo de memória para o homem, primeiramente como forma de recordação do morto e posteriormente como lembrete de que a morte é condição humana universal.

Segundo Arley Gomes Leite, os mosaicos encontrados em sítios arqueológicos de Pompeia, os quais perpetuaram através dos séculos, fornecem

uma noção sobre essa figura que desde sempre estampou os muros dos salões da antiguidade romana, mostrando a face pagã que estimulava um comportamento epicurista em relação à vida, ao sugerir que a vida é efêmera e que deve-se aproveitá-la enquanto vivos, pois da vida nada se levará, fazendo da máxima horaciana um lema a ser cumprido: *Carpe Diem* (LEITE, 2012, p. 17).

Ainda segundo Leite, o “esqueleto Morte” ressurgiu sempre mudando a aura de sua presença, ora para reafirmar sua união com a vida, ora celebrando a existência, ora enaltecendo o comportamento de contenção aos prazeres da vida, convidando à reflexão. Ainda sobre o “esqueleto Morte”, o autor continua:

Apresentando-se ainda em determinados períodos com mais ênfase dando o ar de sua graça. Graça sinistra, indesejada por trazer sua nudez como condição, não tem como ocultar seu sorriso, sorriso que deixa entrever em suas cavidades sua verdade absoluta, não oculta dentro de si essa verdade, escancara ao olhar, debocha e puxa para dentro de si, naquele vazio profundo quem a encara (LEITE, 2012, p. 18).

A respeito disso, o autor Carlos Rodarte Veloso concorda com Arley Gomes Leite:

na Antiga Roma, a representação de grupos de esqueletos a dançar, ou caveiras acompanhadas de objectos que simbolizam a efemeridade da vida, são convites ao “carpe diem”, isto é, ao gozo dos prazeres dos sentidos, ou seja, da vida, antes que a morte tudo venha destruir. Há aqui um convite ao prazer, de forma alguma considerado pecaminoso na cultura romana pagã (VELOSO, 2019, p. 10).

Entretanto, na Idade Média, com o triunfo do Cristianismo e a sua recusa ao prazer, essa visão epicurista³¹ da morte cedeu espaço para mensagens cuja forma, semelhante à da Antiguidade – com esqueletos dançantes ou caveiras, em conjunto com velas apagadas, ampulhetas, livros, instrumentos musicais e objectos de luxo –, remete para a recusa do prazer, sendo essa a única forma de evitar o castigo eterno, o Inferno (VELOSO, 2019, p. 11). Agora, esta alegoria macabra aponta para as coisas efêmeras da vida. As cenas que antes convidavam ao prazer, agora o denunciam. A essas figurações, chamamos “*Vanitas*”.

Segundo Casimiro (2012, p. 165), a terminologia latina *vanitas* foi tomada diretamente do primeiro capítulo do livro bíblico Eclesiastes, onde está escrito: “*Vanitas vanitatum omnia vanitas*” (traduzido como “vaidade das vaidades, tudo é vaidade”). Conforme consta no dicionário latino, “*Vanitas*” (*Vanus*) tem por sinônimos: aparência vã, aparência

³¹ Filosofia pregada pelo grego Epicuro (± 341-270 a.C.) baseada no “Naturalismo Radical” ou mesmo “materialismo”. “Epicuro elabora sua ética com base em três princípios fundamentais: (a) a correta compreensão da natureza dos deuses e a consequente eliminação do seu temor; (b) a correta compreensão da natureza da morte e a consequente eliminação do seu temor; (c) a correta compreensão da natureza dos desejos e a sua consequente boa vivência” (FILHO, 2009, p. 13).

irreal, mentira, falsidade, futilidade, frivolidade, vaidade, inutilidade, vazio, oco, fútil, vaidoso. “*Vanum*” remete a “nada” (FRONER, 1997, p. 5).

Em conformidade com Casimiro, Witeck afirma:

O termo *Vanitas* provém de um versículo do Eclesiastes, que pertence aos chamados livros sapienciais do Antigo Testamento, e parte da ideia de que tudo é vaidade: “Vaidade de vaidades, diz o pregador; vaidade de vaidades, tudo é vaidade” (no latim, *Vanitas Vanitatum Dixit Ecclesiastes, Vanitas Vanitatum et Omnia Vanitas*) (ECCLESIASTES, 1:2). A leitura do livro é controversa, alguns o consideram pessimista e outros, epicurista. Essas duas visões do Eclesiastes se aplicavam também à leitura da *Vanitas*, apesar de seu intuito inicial ser aquele de repúdio às vaidades, também eram vistas como um lembrete de que a vida é breve e, portanto deve sim ser aproveitada, ao menos moderadamente (WITECK, 2012, p. 23-24).

Ainda segundo Casimiro, a expressão da *vanitas*, bem como o próprio gênero pictórico que a adotou, faz alusão à vaidade a qual constitui a vida do ser humano sobre a terra. Este, supostamente, preocupa-se demasiado com a riqueza, a fama, o poder e a glória que se possam alcançar em vida, vistos como objetivo final. No entanto, tudo isso é vazio e inútil, uma vez que, rapidamente, terminará devido à efemeridade da vida terrena (CASIMIRO, 2012, p. 165).

Conforme Yacy-Ara Froner, o tema do “*Vanitas*” ou “desengano”, desenvolveu-se no século XVIII a partir de reflexões a respeito de antigas tradições e de pensamentos filosóficos da época. Através da representação emblemática de fundo moral, a vida, percebida como algo perecível e ilusório, é contemplada por meio de uma série de símbolos místicos, sinais, mitos, emblemas, alegorias, signos, atributos (FRONER, 1997, p. 5).

Ainda segundo a autora, a *Vanitas* é um gênero característico de pintura moral que geralmente remete a dois contextos específicos: citações bíblicas e pinturas ilustrativas, muitas vezes associadas à Natureza-Morta. Assim, para compreender essa temática, é mister que

se compreenda um pouco sobre a influência religiosa na época em que tal gênero surgiu e sobre a Natureza-Morta, gênero pictórico pelo qual o tema da morte e da vaidade frequentemente é expresso.

Conforme Casimiro, a forma de pensar sobre a morte na época estava de acordo com a mentalidade religiosa calvinista a qual condenava e desvalorizava tudo o que pertencia ao século. Visava despertar a sociedade para os verdadeiros valores humanos e permanecer desapegada dos bens materiais e terrenos, pois ao humano tal apego é inútil diante da transitoriedade e precariedade da vida (CASIMIRO, 2012, p. 165). O Concílio de Trento reafirmou o papel da imagem como instrumento de doutrinação e enfatizou as imagens associadas à reflexão da morte. Assim, o crânio tornou-se uma figura indispensável nas representações dos santos e nas construções emblemáticas de fundo religioso (FRONER, 1997, p. 86).

Arley Gomes Leite (2012, p. 44) afirma que a reflexão sobre a vaidade e a morte na Arte durante o Barroco, séculos XVI e XVII, se dividiu em duas correntes as quais se diferenciavam conforme a região da Europa. Ao norte, onde ocorria a Reforma protestante, predominava um comportamento de contenção em relação aos prazeres mundanos, e onde a personificação do homem é vetada, em conformidade com os conceitos teológicos protestantes, baseando-se nos ensinamentos difundidos na Universidade de Leyden na Holanda, sendo este um baluarte do pensamento Calvinista do séc. XVII. Os ensinamentos e reflexões originados ali foram fundamentais para a concretização das teorias reformistas.

Amsterdã, capital holandesa, florescia como uma das principais economias europeias e um dos grandes centros europeus. Ali, portos fervilhantes de gente favoreciam a entrada de mercadorias luxuosas e de especiarias vindas de várias regiões do planeta; uma atividade que estimularia um consumismo desenfreado, o que iria contra a moral

calvinista que se instaurava. Assim, a *vanitas* seria uma forma de regular os excessos do ser humano. A respeito da sociedade da Holanda no século XVII, Casimiro afirma:

Tal sociedade era caracterizada por ser altamente religiosa, temente a Deus e possuidora de uma elevada consciência moral e laboral, cuja classe mais elevada apreciava as descobertas científicas, mostrava interesse por objetos raros e curiosos e colecionava obras de arte, nomeadamente as que se dedicavam aos temas da paisagem, de gênero e de naturezas-mortas, em particular o tema da *vanitas*.

Perante este bem-estar vivenciado por uma parte favorecida da sociedade detentora de um nível de vida elevado e até mesmo luxuoso, para os padrões da época, surge uma advertência a essa mesma sociedade sobre a inutilidade e o vazio que constituem a riqueza, a fama, o poder e até mesmo a sabedoria, vistos unicamente como objetivo de vida (CASIMIRO, 2012, p. 166).

Casimiro também destaca que o fervor religioso da Contra Reforma, levada a cabo pela Igreja Católica, a partir da segunda metade do século XVI, também proporcionou reflexões sobre a morte e a vaidade. A temática da *vanitas* também servia perfeitamente os ideais da Igreja reformada pós-tridentina (CASIMIRO, 2012, p. 170).

Já a natureza-morta pode ser considerada um gênero pictórico que visa representar todo tipo de objetos inanimados do cotidiano, como flores, alimentos e seres da natureza inanimados, ou ainda, por vezes, com pequenos seres vivos, como insetos. Ela remonta à Antiguidade Clássica Romana e perdura até os dias atuais, e sua perspectiva alternou ao longo do tempo, ora desempenhando um papel secundário, ora atuando como o plano principal. A natureza-morta passou a ser mais valorizada durante o período artístico denominado barroco, especialmente nos Países Baixos:

Assim, enquanto nos países católicos, após o Concílio de Trento (1545-1563), a arte e a imagem em geral foram amplamente apoiadas e utilizadas com novo impulso e novas linguagens estéticas como instrumento de

propaganda e de difusão da fé; do lado do protestantismo, caminhou-se em sentido oposto. Grandes limitações ao uso da imagem e da representação tradicional dos temas religiosos levaram os artistas dos Países Baixos a desenvolverem outras temáticas, nomeadamente a pintura de natureza-morta, a de Gênero, o Retrato e a Paisagem (CASIMIRO, 2012, p. 164).

A respeito da *vanitas*, da Natureza-Morta e da Holanda, Witeck afirma:

O gênero da natureza-morta inclui uma variedade de temas, tais como: quadros com flores, cenas de cozinha (bodegónes), mesas postas e também a *Vanitas*. Como tema independente, a *Vanitas* foi muito comum em toda a Europa no final do século XVI, por todo o século XVII (seu período áureo) e início do século XVIII e, segundo Schneider (2009, p. 79), foi abordada mais intensamente no período imediatamente posterior ao final da Guerra dos 30 anos, ou seja, de 1650 a 1660. Para o autor, o fato de a burguesia holandesa pré-capitalista (1630 a 1670) acumular imensas riquezas levou a Igreja a difundir a mensagem de que os bens materiais não significavam mais do que simples vaidade. Este conceito passou a fazer parte da iconografia de numerosas pinturas da época, principalmente do gênero da natureza-morta (WITECK, 2012, p. 23).

QUESTÕES DE GÊNERO NA ARTE

A respeito das questões de gênero, Filipa Lowndes Vicente, em seu capítulo de livro “Gênero e Mulheres na História da Cultura e das Artes” (p. 331-366) , presente no livro “Conhecimento, Gênero e Cidadania no Ensino Secundário” (2017), afirma que

durante muitos séculos, a cultura vigente implicou a representação do feminino enquanto ausência, *tabula rasa*, vazio, passividade, negação ou silêncio. O masculino, pelo contrário, surge no extremo oposto, como ativo, criativo, agente, presença (VICENTE, 2017, p. 334).

Na Arte, esta situação não poderia ser diferente. Segundo Vicente, a história da Arte e da cultura perpetuou por bastante tempo esta dicotomia: as mulheres eram um objeto de criação, mas nunca

criadoras; eram personagens de quadros, de romances ou de fotografias, mas nunca pintoras, escritoras ou fotógrafas; eram figuras esculpidas em mármore ou em gesso, mas nunca escultoras.

Independentemente da localização geográfica e do tempo histórico, nascer mulher sempre foi um empecilho para produzir artes públicas e prestigiadas. Isso se deve à falta de acesso ao ensino e/ou às possibilidades de viajar e ao peso das responsabilidades familiares e domésticas, entre outros fatores. Além das múltiplas exclusões socioculturais contemporâneas a cada artista, ainda há os obstáculos da própria construção histórica, sobretudo durante os séculos XIX e XX (VICENTE, 2017, p. 334). As mulheres foram sujeitas a

um duplo processo de exclusão – o da história vivida e o da história construída –, as mulheres criadoras tornaram-se num objeto arqueológico que só nas últimas décadas começou a ser escavado de modo consistente pela historiografia com uma abordagem feminista ou uma consciência de gênero (VICENTE, 2017, p. 334).

Com base em críticas desenvolvidas a partir dos anos 1970 a respeito de abordagens feministas da história, é possível assumir que já não é possível dar voz plena a mulheres silenciadas há muito tempo e que apenas poderíamos questionar os mecanismos que levaram a esses silêncios. Não basta acrescentar nomes de mulheres artistas, escritoras, musicistas, autoras aos vários movimentos e estilos já identificados para diferentes períodos históricos, é preciso também questionar a história que exclui as mulheres, e saber que nunca será possível reescrever tais narrativas perdidas.

O desprezo generalizado da produção cultural e artística realizada por mulheres ao longo dos séculos tornou muito mais difícil encontrar documentos, visuais ou escritos, sobre o seu trabalho. Por muito fundo que se escave, esta “escavação arqueológica” estará sempre determinada por muitas ausências impossíveis de repor (VICENTE, 2017, p. 335).

Até o século XVIII, anterior ao desenvolvimento da vertente de ensino no interior das academias de arte, a aprendizagem artística era consolidada em ateliers de artistas, mais ou menos organizados, numa configuração em que os laços familiares e as relações pessoais eram muito determinantes na formação. Considerando as limitações aos movimentos físicos das mulheres e à sua educação, era necessário ter sorte para que os seus eventuais talentos fossem identificados. Dessa forma, não por acaso, a maioria das mulheres artistas dos séculos XVI a XVIII eram filhas ou parentes de artistas ou de pais especialmente empenhados na sua educação (VICENTE, 2017, p. 336).

Conforme será evidenciado a seguir, a maioria das artistas tinham ligações parentais com homens pintores e suas obras muitas vezes não foram reconhecidas ou foram atribuídas a outros homens, sendo apenas recentemente descobertas. Além do mais, para realizar a análise das obras, é necessário discorrer breve e resumidamente sobre o método do historiador da arte Erwin Panofsky.

A primeira etapa da análise corresponde à descrição pré-iconográfica da obra, identificando seus detalhes, formas e objetos, o que é relativamente simples e acessível a boa parte do público. A segunda etapa, iconográfica, consiste em interpretar o tema secundário, quando é atribuído um conceito, um significado, aos objetos presentes na obra.

Segundo o autor, a análise iconográfica diz respeito à intenção consciente do artista, apesar das qualidades expressivas da representação nem sempre serem intencionais. Para uma análise iconográfica é necessário mais do que a experiência prática, é necessário o conhecimento de temas específicos ou conceitos adquiridos por fontes literárias ou tradição oral (PIFANO, 2010, p. 4).

A terceira etapa corresponde de fato à interpretação da obra, revelando seu significado profundo, seu significado intrínseco ao conteúdo. É apreendido por meio da determinação dos princípios

subjacentes os quais revelam as atitudes de um estado, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica.

ANÁLISE DE PINTURAS VANITAS E BIOGRAFIA DAS ARTISTAS

Uma das obras analisadas é de Maria Van Oosterwijck e chama-se *Vanitas In Still-Life*, de 1668. A artista nasceu nos Países Baixos, na cidade de Nootdorp, no dia 27 de agosto de 1630. Faleceu em Uitdam no dia 12 de novembro de 1693, também nos Países Baixos. Seu pai casou-se duas vezes, sendo que suas duas esposas vinham de famílias com pintores em seu meio e mantinham laços estreitos com outros pintores da época (BOFIA, 2021). Dessa forma, esses laços familiares foram decisivos para a educação de Oosterwijck, pois as mulheres eram proibidas de frequentar academias de arte nessa época. Apesar do sexismo sofrido, a artista obteve considerável reconhecimento e êxito em sua profissão. Maria dedicou-se exclusivamente à pintura de Naturezas-Mortas, o que pode ser atribuído ao fato de que mulheres tinham dificuldades para obter modelos.

Nessa obra, vemos inicialmente um arranjo extravagante de flores mistas coloridas ao lado esquerdo, com uma tulipa rosa com branco, ao centro esquerdo do arranjo. Há flores apodrecidas em sua composição e uma borboleta de asas brancas ao lado esquerdo, pousada. Abaixo do arranjo há uma caveira humana sem mandíbula, com dentes faltando e uma coroa de louros. Ao lado direito da pintura, há um globo celeste. No meio, há um livro grande, muito amassado, onde há outra borboleta pousada, de asas laranjas. Ao lado direito, há uma ampulheta, situada acima de dois livros empilhados, onde também há uma mosca pousada e pequenas flores murchas e, ao lado, um frasco de tinta.

No lado extremo direito da pintura há dois sacos amarrados, um maior e outro menor, e na frente há moedas espalhadas, indicando que dentro deles também há moedas. Ao lado extremo esquerdo da pintura há um rato comendo os grãos de uma espiga de trigo, que por sua vez se encontra próxima de uma espiga de milho, a qual está sem metade de seus grãos. Ao lado, há um objeto de madeira que parece ser um mastro. Atrás disso tudo, há dois livros empilhados com uma flauta acima deles.

Por último, há um recipiente de vidro arredondado em frente ao bouquet com um líquido avermelhado em seu interior. Esse recipiente reflete partes exteriores do cenário que estão inacessíveis ao observador: uma janela de vidro, a qual revela ser a fonte de luz da pintura, por meio da qual é possível ver também o reflexo da artista em seu ateliê. A obra é extremamente detalhada, repleta de elementos da Natureza-Morta e pequenos seres vivos. O fundo é escuro, o que constitui uma característica das pinturas teatrais do Barroco.

Feita a descrição, partiremos para a análise dos objetos, a começar pela tulipa do bouquet de flores. Na Holanda do século XVII, as tulipas eram associadas à loucura, pois muitos apreciadores desta flor dispendiam fortunas para apenas adquirir e cultivar alguma espécie rara ou que apenas considerasse bela (CASIMIRO, 2015). Elas se tornaram um símbolo de status social da época, associado à riqueza. Foi tão marcante que este acontecimento ficou conhecido como “febre das tulipas” ou “mania das tulipas”, ou até mesmo “crise das tulipas”.

No bouquet há flores murchas, as quais simbolizam a caducidade da matéria orgânica, bem como a efemeridade da beleza e da vida. Ao que tudo indica, a tulipa também murchará e morrerá, e não será mais tão bela quanto antes, tal como a riqueza que se perde com a morte. Algo interessante a ressaltar é que a autora conseguiu representar, além de um arranjo de flores, um arranjo de significados diferentes.

Temos a tulipa que representa a inutilidade da riqueza e a loucura; as flores que representam a beleza também denunciam a inutilidade desta mesma virtude quando estão murchas. Outro aspecto é a evidenciação da morte por meio das flores envelhecidas, e uma borboleta de asas brancas pousada no buquê, a qual pode representar a renovação da matéria orgânica e o ciclo interminável da vida e da morte.

O crânio humano abaixo do buquê representa a morte. Seus dentes faltando representam o efeito da passagem do tempo no corpo humano. A coroa de louros representa a necessidade que o ser humano tem de ser reconhecido em vida. Já o globo celeste pode representar o universo e sua vastidão, realçando a inutilidade das vaidades humanas perante a imensidão cósmica, ou representar o vão desejo da humanidade pela dominação e poder.

A ampulheta significa a passagem do tempo e a efemeridade da vida, indicando o triunfo da morte. Os livros remetem à erudição, à sabedoria que o ser humano almeja alcançar em vida. Entretanto, tal sabedoria pode se tornar vaidade se servir somente ao próprio ego humano, e não ao bem comum. A flauta pode ter o mesmo significado dos livros, mas também pode indicar os prazeres eróticos da vida, dado o seu formato fálico. Outra interpretação do instrumento musical é a efemeridade do prazer: uma flauta, que por hora está animando muitas pessoas com sua melodia alegre, agora se encontra em um canto escuro em silêncio.

As moedas representam a riqueza e compartilham um significado semelhante ao da tulipa: a riqueza que os seres humanos desejam. A espiga de trigo remete à eucaristia, entretanto está sendo consumida por um rato, o que parece indicar uma profanação do símbolo religioso. Pode representar também a renovação da vida, uma vez que o rato consome o trigo, degradando-o para sobreviver, tal como a espiga de milho, que se encontra danificada. O tinteiro e a pena compartilham o

mesmo significado dos livros: a erudição, podendo representar também os prazeres visuais das pinturas. Já o líquido dentro do recipiente de vidro pode representar os prazeres da bebida e da comida, que em um breve instante se vão.

Figura 1 - Vanitas In Still-Life (1668)



Fonte: Obelisk Art History. Disponível em: <<https://arthistoryproject.com/artists/maria-van-oosterwijck/vanitas-still-life/>>. Acesso em: 21 abr. 2021. Museu Kunsthistorisches, Viena. Dimensões: Altura: 73 cm/Largura: 88,5 cm. Óleo sobre tela.

A próxima obra de Oosterwijck é *Vanitas com Girassol e Caixa de Jóias*, com data estimada em 1665. De maneira similar ao trabalho anterior, há um buquê de flores com algumas flores murchas, representando a caducidade da matéria orgânica e inutilidade da beleza física. Também há uma tulipa rosa com branco, com significado igual à anterior. A caveira representa a morte, seus dentes faltando remetem aos efeitos da passagem do tempo no corpo humano e a coroa de flores representa a inutilidade da vaidade, visto que esta

remete à beleza. Na parte inferior direita, há um cronômetro, ressaltando então a passagem do tempo. A caixa de joias, presente no canto inferior esquerdo, representa a riqueza. A laranja representa o prazer da comida, entretanto é passageira, fato evidenciado pela laranja repartida ao meio.

A singularidade da obra reside no esquema do girassol acima da caveira e direcionado a ela, a qual parece encará-lo. Entre esses dois elementos, há um livro que parece ser uma Bíblia, juntamente com um crucifixo. O Girassol parece estar apoiado em uma placa de pedra com certas escrituras gravadas, ilegíveis na imagem 2. Acerca desses aspectos, o autor Alcimar do Lago Carvalho afirma:

Diferindo da versão descrita anteriormente, o globo celeste está ausente, sendo seu substituto topográfico um girassol, pendido sobre o par de tábuas da Lei com o Decálogo transcrito em hebraico. A área central da inflorescência assemelha-se a um olho, direcionado ao crânio, este, como na Vanitas de Viena, coroado e frontalmente dirigido. No caso específico do girassol ("Sonnebloem"), na lista, é indicada a leitura do versículo dois de Malaquias 4 ("Mas para vós, que temeis o meu nome, nascerá o sol da justiça, trazendo salvação debaixo das suas asas..."). É importante observar que esse é o capítulo derradeiro do último livro do Antigo Testamento, e que no trecho indicado a chegada de Cristo, a Luz do Mundo, é anunciada. Por sua vez, a indicação da leitura do versículo 12 de Romanos 5 para o crânio, ("Doodshooft"), enfatiza a morte do homem como decorrência do pecado ("Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram") (CARVALHO, 2017, p.24-25).

Figura 2 - *Vanitas* com Girassol e Caixa de Joias (provavelmente de 1665)



Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maria_van_Oosterwijk_Vanitas-Stilleben.jpg>. Acesso em: 1 Out. 2021. Coleção privada. Dimensões: Altura: 82 cm/Largura: 105 cm. Óleo sobre tela.

A próxima obra a ser analisada é *Dois Músicos* (1629), de Judith Leyster. A artista nasceu em 1609, em Harleem, na Holanda. Ela sofreu o mesmo destino que muitas mulheres artistas, bem como homens, que trabalharam ao mesmo tempo e lugar que renomados artistas e tiveram suas obras atribuídas a eles. No caso de Leyster, foi Frans Hals (1582-1666). O próprio Hals foi negligenciado após sua morte, mas o interesse por sua arte foi reavivado após 1850, e muitas pinturas foram atribuídas a ele durante esse período (HOFRICHTER, 1989). Durante sua vida, o artista de Amsterdã Cornelis Danckerts (1603-1656) gravou uma obra de Leyster com a inscrição "F. Hals pixit", embora a pintura "duas crianças com um gato" (1630) incluísse seu monograma. Além disso, em 1633 Leyster tornou-se o primeiro membro feminino da "Guild Haarlem of S.t. Luke", conforme consta nos registros dessa guilda (HOFRICHTER, 1989). Judith Leyster faleceu em 1660, na Holanda.

Na obra, há dois músicos sorridentes com um semblante infantil, ou seja, parecem ser crianças. Nenhum deles está olhando diretamente para a caveira, a qual simboliza a morte e a passagem do tempo. Os

instrumentos musicais simbolizam a erudição (bem como os livros presentes na obra) e o prazer sensorial da música. Há, também, o que parece ser uma caixa de joias ou moedas, simbolizando a riqueza.

Figura 3 - Dois Músicos (1629)



Fonte: Wikiart. Disponível em: <<https://www.wikidata.org/wiki/Q55619664>> . Acesso em: 1 Out. 2021. Coleção privada. Dimensões: 28 x 23 cm. Óleo sobre tela.

A próxima obra chama-se *"Boys Blowing Bubbles"*(1640) (Imagem 4), de Michaelina Wautier (1604-1689). A artista nasceu na Bélgica em 1604 em uma família numerosa e abastada. Conquistou certo sucesso em sua profissão ainda em vida, porém, seu nome foi sendo esquecido com o passar do tempo, e suas obras sendo atribuídas a outros artistas. Wautier demonstra muita habilidade ao representar a figura humana, embora as mulheres tenham sido proibidas de estudar modelos vivos na época. A pintora certamente quebrou muitas convenções estabelecidas em seu contexto de vida.

A forma como a artista representou o tema da morte e da vaidade na pintura analisada é muito inteligente, delicada e sutil. A caveira está ausente, porém a representante da morte, nesse caso, é a vela que se apaga, uma alusão à fragilidade da vida, pois com um sopro a chama se apaga. As bolhas de sabão representam a fugacidade da vida, já o elemento representante da passagem do tempo é a ampulheta, cuja areia situa-se toda na parte inferior, indicando que o tempo findou e a

morte chegou. Os elementos que apontam para as vaidades humanas são o livro (erudição) e o instrumento musical (erudição e prazeres sensoriais).

Figura 4 - *Boys Blowing Bubbles* (1640)



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Two_Boys_Blowing_Bubbles>. Acesso em: 22 abr. 2021. Seattle Art Museum. 90.5 cm x 121.3 cm. Óleo sobre tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito da produção artística sob o viés de gênero permite observar que muitas pintoras talentosas precisaram superar uma série de obstáculos impostos pela sociedade às mulheres. O estudo de suas obras permite observar não apenas os valores de uma determinada época, mas também o cotidiano em espaços não privilegiados pela arte e pela historiografia, como o âmbito doméstico.

O uso da natureza-morta por meio de objetos como a caveira humana, flores murchas, livros, velas que se apagam, instrumentos musicais e amulhetas é frequente para expressar tal temática. As pinturas apresentam composições e jogos de luz e sombra complexos, características típicas das pinturas do barroco, além da representação da figura humana. Vale mencionar que a *vanitas* foi representada de maneira delicada, por meio de flores e crianças, por exemplo, e com objetos do ambiente doméstico.

Constataram-se as dificuldades enfrentadas pelas artistas em decorrência do gênero, como obstáculos para estudar – só puderam graças à ligação parental com homens –, acessar modelos humanos, atingir êxito em suas profissões e assinar suas obras. Apesar disso, elas conseguiram expressar temas filosóficos importantíssimos para o período, visto que este era marcado pela constatação da transitoriedade da vida. As reflexões que as *vanitas* proporcionam são também muito atuais, pois mostra-se recorrente que se questione sobre a morte e os prazeres mundanos.

REFERÊNCIAS

BOFIA, Vase. Maria van Oosterwijck. Disponível em: <<http://www.hellenicaworld.com/Art/Paintings/en/MariaVanOosterwijck.html>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARVALHO, Alcimar do Lago. O diálogo silencioso entre o girassol e o crânio ou a papoula: correspondências simbólicas entre as *vanitas* e os vasos de flores de Maria van Oosterwijck. *Encontro de História da Arte UNICAMP*, XII, 2017, São Paulo. 9f.

CASIMIRO, Luís Alberto. *Vanitas vanitatum omnia vanitas*: uma iconografia controversa e inquietante. *Revista Lumen et virtus*, v. VI, nº 13, pg. 150-197, setembro de 2015.

CRUZ, Marília Thaís Navarro Olschowsky da. *Natureza-Morta e outras reflexões sobre o tempo: experimentos sobre o gênero*. São Paulo: UNESP, 2015. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Artes Visuais do Instituto de Artes Visuais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2015.

FILHO, Juvenal Savian. O Epicurismo e a ética: uma ética do prazer e da prudência. *Bioethikos*. Centro Universitário São Camilo - 2009; v. 3. p. 10-17.

FRONER, Yacy – Ara. *Vanitas: uma estrutura emblemática de fundo moral*. *Revista de História* 136, 1º semestre de 1997, pg. 83-100.

HOFRICHTER, Frima Fox. *Judith Leyster: a woman painter in Holland's Golden Age*. DAVACO, The Neetherlands, 1989.

LEITE, Arley Gomes. *O sorriso da caveira: genealogia de uma representação da morte nas artes visuais*. Uberlândia: UFU, 2012. 110f, Dissertação, Programa de Mestrado em Artes da Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

MCCOUAT, Philip. Forgotten Women Artists. *Journal Of Art In Society*. #4 Michaelina Wautier: entering the limelight after 300 years. Disponível em: <<http://www.artinsociety.com/forgotten-women-artists-4-michaelina-wautier-entering-the-limelight-after-300-years.html>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MELLO, Luana Pagel de. *A presença da vanitas na arte: morte e efemeridade nas pinturas de artistas do período barroco*. Bento Gonçalves: IFRS, 2021. 15f.

WITECK, Ana Paula Gomes. *A vanitas em obras de arte contemporânea: um estudo iconográfico*. Santa Maria: UFSM, 2012. 126 f. Dissertação de mestrado, programa de pós - graduação em Artes Visuais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

PELLEGRIN, Ricardo. *De objetos a personagens: observações sobre a natureza-morta na pintura*. Rio Grande do Sul: UFSM, s.d. 10f. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, s.d.

PIFANO, Raquel Quinet. História da arte como história das imagens: a iconologia de Erwin Panofsky. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Dez. 2010 Vol. 7, Ano VII, no 3, p. 1 - 21.

VELOSO, Carlos Rodarte. Arte e iconografia da vida e da morte. *Arte & Imagem*, nº9, 9-14, 2019.

VICENTE, Filipa Lowndes. *Gênero e Mulheres na História da Cultura e das Artes. Conhecimento, Gênero e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa, 2017.

WITECK, Ana Paula Gomes. *A vanitas em obras de arte contemporânea: um estudo iconográfico*. Santa Maria: UFSM, 2012. 126 f. Dissertação de mestrado, programa de pós - graduação em Artes Visuais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

A MISOGINIA NOS CRIMES:

A Influência do Caso do Estripador de Yorkshire na Segunda Onda do Feminismo no Reino Unido

*Sofia Zancanaro Habeck*³²

Resumo: A segunda onda do feminismo marcou a ampliação do debate acerca de desigualdades legais e nos âmbitos profissionais e de comunicação. Na Inglaterra, durante o fim dos anos 70, essa segunda onda foi marcada pelas reações geradas por conta da ação de Peter Sutcliffe, conhecido pela alcunha de "Estripador de Yorkshire", um assassino em série que em um período de cinco anos foi o responsável pela morte de 13 mulheres. Este caso, além da crueldade, acentuou a influência da misoginia estrutural e institucionalizada em nossa socialização, que destarte ser o principal motivo por trás dos crimes de Sutcliffe, também influenciou decisões da polícia. Com base em pesquisas bibliográficas e análises de documentos e declarações da época do ocorrido, este artigo busca expor e entender os fatos que levaram as controvérsias e resoluções do caso e como isso impactou a mentalidade feminina inglesa da época. Assim, com base nos acontecimentos observados, podemos entender como o pensamento patriarcal, forma de pensar institucionalizada a partir do sistema sociopolítico que coloca os homens cisgêneros em posição de poder, atrapalhou as investigações, enquanto a sociedade focava em culpar as vítimas da situação. Buscar entender o funcionamento do caso e como isso provocou os protestos feministas na época e contribuiu para a segunda onda do feminismo no Reino Unido nos ajuda a compreender como o machismo estrutural é um dos maiores vilões sociais e mostra como a mídia e a sociedade patriarcal ajudam a esconder e moldar as faces de criminosos.

Palavras-chave: Segunda Onda do Feminismo. Estripador de Yorkshire. Sociedade Patriarcal. Feminismo. Criminologia.

³² Sofia Zancanaro Habeck. Técnica em Meio Ambiente pelo IFRS Campus Bento Gonçalves. Foi bolsista do Programa Gênero e Diversidade no Ambiente Escolar por meio do EDITAL IFRS No 67/2019 Auxílio Institucional à Extensão 2020. *E-mail:* pcydimple@gmail.com

INTRODUÇÃO

No dia 22 de maio de 1981, Peter William Sutcliffe foi declarado culpado pelo assassinato de treze mulheres e por tentativa de assassinar outras sete. Em um período de cinco anos, Sutcliffe marcou a Inglaterra com sua onda de terror, tornando-se conhecido pela alcunha de Estripador de Yorkshire. Seus crimes eram focados principalmente em distritos de classe média e baixa, locais frequentados por trabalhadoras do sexo, mulheres vulneráveis e ignoradas pela polícia, vítimas fáceis para o criminoso. Quando foi descoberto, Sutcliffe alegou que a voz de Deus o enviou na missão de matar prostitutas e limpar as ruas. Em 2019 o jornal britânico *The Guardian* publicou uma matéria revisando os fatos do caso e descreveu a caçada ao Estripador de Yorkshire como incrivelmente má administrada, esta busca foi uma das mais longas e caras da história britânica, além de deixar escancarada as falhas policiais e a misoginia atrelada a este espaço e à imprensa. Durante os cinco anos de investigação, Peter Sutcliffe foi interrogado nove vezes antes de ser definitivamente pego e, em todas essas vezes, foi descartado como suspeito.

No decorrer deste tempo, a mídia foi responsável pela publicação de matérias tendenciosas sobre as vítimas do caso, publicando manchetes culpabilizando àquelas que haviam sofrido por conta das ações de Peter Sutcliffe, sempre alegando que o que havia acontecido com essas mulheres poderia ser justificado pelo fato de estarem nas ruas à noite, ou por trabalharem com sexo para sustentarem suas famílias. A narrativa usada pelos jornais britânicos colocava os acontecimentos como meras consequências do comportamento das mulheres, enquanto as ações do Estripador passavam despercebidas pelos consumidores daquele jornalismo.

Este discurso infiltrado na polícia e na mídia influenciou a linha de pensamento da investigação e, como consequência, ações voltadas

para capturar o assassino vieram acompanhadas de um machismo evidente. Uma das medidas mais radicais tomadas fora o toque de recolher, apenas para mulheres, enquanto os homens ingleses poderiam andar livremente pelas ruas a hora que quisessem e, as mulheres que já estavam em situação de perigo, foram privadas de ainda mais coisas em decorrência deste toque de recolher. Essa medida adotada pela força policial foi o estopim para o início dos protestos feministas, o movimento intitulado *Reclaim the Night*, em português "Recuperar a Noite". Os protestos iniciaram como uma resposta ao péssimo trabalho policial e as medidas que não permitiam que mulheres ficassem em espaços públicos após escurecer. Mesmo após a prisão e julgamento de Peter Sutcliffe, o movimento permaneceu vivo e continua incentivando e organizando marchas pedindo o fim da violência contra a mulher.

Além do conhecido *Reclaim the Night*, o caso do Estripador de Yorkshire ficou marcado na memória pública, principalmente na feminina, como um caso que evidenciou os problemas estruturais na sociedade e em organizações policiais. O caso totalmente coberto de misoginia do início ao fim acendeu em dezenas de jovens inglesas o desejo de fazer mudança e as fez perceber, em primeira mão, como a sociedade patriarcal funciona completamente a favor dos homens. O Estripador de Yorkshire ficou marcado pela fúria misógina que influenciou e motivou seus crimes e escancarou o preconceito presente em todas as camadas sociais. Assim, o sexismo foi um dos principais responsáveis por atrasar a captura do assassino, moldar sua face e escondê-lo durante cinco anos, enquanto mulheres sofriam não só com as ações do criminoso, mas também com o preconceito policial e da mídia.

O CASO

Wilma McCann, mãe de quatro filhos, foi a primeira vítima de assassinato conhecida do Estripador de Yorkshire. Na noite de 29 de outubro de 1975, Wilma saiu de sua casa no subúrbio de Leeds, em Yorkshire, após colocar seus filhos para dormir. A mulher de 28 anos andou por alguns bares da região, até o momento que decidiu pedir por uma carona para voltar para casa. Wilma McCann entrou no carro de Peter Sutcliffe, sem imaginar que naquela noite não chegaria viva em casa para ver seus filhos. Sutcliffe a matou com duas marteladas na parte de trás da cabeça e facadas por diversas regiões do peito, barriga e garganta. O corpo de Wilma foi encontrado na manhã seguinte, em um campo não muito longe da residência da mesma. As investigações da polícia não encontraram culpado e como Wilma foi vista como uma trabalhadora do sexo, seu caso logo foi esquecido, tanto pela polícia como pela mídia. Três meses após o primeiro assassinato, em janeiro de 1976, Emily Jackson foi encontrada morta com 52 facadas. Emily era uma mulher de 42 anos que foi persuadida pelo marido a trabalhar na prostituição. Sutcliffe deixou para trás uma pegada de sua bota ao lado do corpo da vítima.

Em 9 de maio do mesmo ano, Peter Sutcliffe atacou a jovem de 20 anos Marcella Claxton, que estava voltando para casa de uma festa, ela sobreviveu após inúmeras cirurgias no cérebro. Marcella estava grávida de quatro meses e o perdeu por conta do ataque, além de desenvolver depressão crônica após o ocorrido. Sutcliffe passou um longo período inativo, até o dia 5 de fevereiro de 1977, quando atacou e matou Irene Richardson, de 28 anos, que estava trabalhando nas ruas após ter sido deixada à mercê da sorte por sua família. O assassinato de Irene Richardson mostrou uma evolução no método de Sutcliffe, pois após tirar a vida da mulher, deixou uma cena do crime organizada, arrumando suas roupas e botas, ao invés de apenas deixar o local rapidamente. Dois meses depois, em 23 de abril, Sutcliffe matou Patrícia

Atkinson, uma prostituta de 32 anos. Em 26 de junho do mesmo ano, uma jovem de 16 anos chamada Jayne MacDonald foi morta por Peter Sutcliffe. Jayne estava voltando de um encontro com amigos quando foi atacada, ela foi a primeira vítima sem ligação aparente com a prostituição morta por Sutcliffe. Após o crime, a mídia foi rápida em noticiar que o Estripador de Yorkshire havia matado sua primeira vítima "inocente". A morte de Jayne despertou a preocupação de todos, que não havia sido notada até aquele assassinato. Apenas duas semanas após a morte de Jayne, Sutcliffe atacou Maureen Long, que sobreviveu. Em outubro, Jean Jordan, prostituta de 20 anos, foi encontrada morta, junto de seu corpo foi encontrada uma nota de 5 euros deixada por Sutcliffe. Utilizando o número de série da nota, a polícia conseguiu descobrir para onde a nota havia ido após deixar o Banco da Inglaterra. A força tarefa do caso descobriu que a nota fazia parte de uma quantidade de dinheiro que havia sido distribuída entre 30 fábricas da região de Yorkshire. A polícia interrogou os mais de 8.000 trabalhadores destas fábricas, incluindo Peter Sutcliffe, porém nenhum avanço foi alcançado. No dia 14 de dezembro, Sutcliffe atacou Marilyn Moore, que sobreviveu e forneceu à polícia um retrato falado detalhado do criminoso, além de informações sobre o carro do Estripador. Este retrato, assim como os outros registrados por sobreviventes anteriores, eram muito semelhantes à Sutcliffe, que foi interrogado sobre a questão, porém, mais uma vez, foi liberado sem grandes problemas.

Em janeiro de 1978 Sutcliffe matou duas mulheres, Yvonne Pearson e Helen Rytka, ambas também prostitutas. Cerca de um ano após os crimes, em 1979, Josephine Whitaker foi encontrada morta e no mesmo ano, Sutcliffe também matou Barbara Leach. Ambas as mulheres não possuíam conexão com a prostituição e este fato alarmou a mídia e a população, pois o Estripador havia matado mais duas não prostitutas. Enquanto estes crimes eram cometidos, a polícia seguia a pista de uma carta e uma fita que haviam sido supostamente enviadas pelo Estripador de Yorkshire. A polícia fez um grande investimento

promovendo investigações acerca da carta e da fita e gastaram tempo precioso atrás de pistas retiradas delas. Após gastarem muito tempo e dinheiro, descobriram que ambas carta e fita eram pistas falsas, enviadas por farsantes, não por Peter Sutcliffe. Em abril de 1980 Sutcliffe foi preso por dirigir embriagado, porém, enquanto esperava por seu julgamento, matou Marguerite Walls e Jacqueline Hills, além de atacar outras três mulheres, que sobreviveram.

Peter Sutcliffe foi preso em 2 de janeiro de 1981, quando, por coincidência, um policial parou seu carro e viu que ele estava acompanhado de uma prostituta. A polícia descobriu uma faca, um martelo e uma corda junto de Sutcliffe. Não demorou para o homem confessar que era o Estripador de Yorkshire, após ser confrontado com as evidências encontradas. Sutcliffe descreveu todos seus ataques para polícia e quando questionado sobre seus motivos ele disse que estava apenas limpando as ruas e fazendo a vontade de Deus, pois as mulheres que ele matou eram sujas e as prostitutas estavam sujando as ruas. Peter Sutcliffe foi condenado a 20 sentenças de prisão perpétua.

COMO O PENSAMENTO MISÓGINO AJUDOU E ESCONDEU OS CRIMES DE PETER SUTCLIFFE

Peter Sutcliffe nasceu em uma família de classe trabalhadora e foi criado em um lar católico. Sua infância, entretanto, foi conturbada. O pai de Peter Sutcliffe, John William Sutcliffe, era um alcoólatra abusivo e, segundo o irmão de Peter, em uma noite de Natal, John se enfureceu por seu filho ter sentado em seu lugar na mesa e quebrou uma garrafa de cerveja na cabeça de Peter, que tinha apenas cinco anos. John costumava usar de violência severa para punir seus filhos e Peter desenvolveu um senso de humor macabro e uma personalidade fechada. Sutcliffe cresceu solitário e deixou a escola com quinze anos de idade.

A criação de Peter Sutcliffe foi cercada pela imagem dominadora do pai que, ao mesmo tempo em que o agredia, sempre lembrava o garoto que ele deveria ser um homem de verdade. John agredia sua esposa, mãe de Peter, constantemente. O lar brutal e extremamente patriarcal no qual Peter Sutcliffe foi criado o fez crescer com um pensamento distorcido, além de raiva e frustração guardadas. Segundo estudiosos como Otnow e Athens, uma criação disfuncional afeta áreas específicas do córtex ligadas a emoções, que acabam nunca se desenvolvendo.

Pesquisas científicas recentes reforçam as descobertas de estudiosos como Otnow e Athens, demonstrando que uma criação traumática pode efetivamente alterar a anatomia do cérebro de uma pessoa. Tomografias cerebrais realizadas em crianças que sofreram abusos graves revelaram que áreas específicas do tórax - relacionadas não só à inteligência, mas também às emoções - nunca se desenvolveram adequadamente, deixando-as incapazes de sentir empatia por outros seres humanos (SCHECHTER, 2019, p. 256).

Submetido ao abuso doméstico e diagnosticado com esquizofrenia mais tarde (que nunca fora tratada), Peter Sutcliffe cresceu com uma visão deturpada da vida. Seu pai constantemente traía sua mãe, com toda e qualquer mulher que encontrava, o que marcou Peter. O pai dominador de Sutcliffe dividiu o mundo em mulheres prostitutas e virgens, e Peter cresceu acreditando fielmente nesse fato, assim criando um furor homicida que se desencadearia em trabalhadoras do sexo.

O ressentimento e a frustração de Sutcliffe se transformaram em um comportamento extremamente violento, a partir do qual ele precisava reafirmar sua dominação e controle, e um ódio direcionado às mulheres que estavam nas ruas em horários "impróprios" para elas. Em seu delírio misógino, Peter Sutcliffe acreditava que estava apenas limpando as ruas. A fase de desenvolvimento de uma criança é a mais

vulnerável e quando falamos de alguém com alguma psicopatologia, a vulnerabilidade é ainda maior e os traumas graves causados na infância são ainda mais suscetíveis a se transformarem em motivações para os atos ilícitos destes criminosos. Casoy afirma que a maioria dos serial killers, foram abusados na fase infantil, seja de forma emocional, física, sexual, ou sofreram abandono. (CASOY, 2002)

A MÍDIA E A CULPABILIZAÇÃO FEMININA

Os jornais foram uma peça fundamental no caso do Estripador de Yorkshire, principalmente no quesito de culpabilizar as vítimas de Peter Sutcliffe e mostrarem as raízes misóginas que ocupam as mídias e os meios de comunicação. As manchetes afirmam que Sutcliffe cometeu seu "primeiro erro" depois de matar Jayne MacDonald, uma jovem de 16 anos que estava voltando da escola para casa. O jornal britânico *Post*, em 1977, publicou uma carta aberta ao Estripador de Yorkshire, nesta carta eles perguntavam ao criminoso como ele se sentia sabendo que havia matado uma mulher inocente ao invés de uma prostituta (referido-se a estudante de 16 anos Jayne McDonald).

O jornalismo é um dos principais meios conhecidos por moldar a opinião pública, porém esse meio de comunicação não é isento de opinião, a abordagem usada raramente é neutra. As vítimas de Sutcliffe eram humilhadas pela imprensa, em manchetes que deixavam a entender que aquelas mulheres mereciam o que acontecera com elas e esta opinião registrada nos jornais se espalhava rapidamente entre a população geral. A mídia dividiu as vítimas em mulheres merecedoras e não merecedoras de compaixão, assim o assassinato de Jayne McDonald era descrito como um "erro trágico" e recebia a atenção e empatia de todos, enquanto as outras mulheres, dadas pela imprensa e polícia como prostitutas, eram julgadas o tempo todo.

Segundo Julie Bindel (2019), jornalista investigativa, durante o

reinado de terror de Sutcliffe, homens ingleses criavam piadas e até mesmo frases de efeito com o nome do Estripador, pois eles não se sentiam ameaçados por ele. As vítimas eram julgadas e humilhadas em todos os lugares e, enquanto as mulheres não estavam protegidas nas ruas, os homens aproveitavam para usar o nome do criminoso em forma de brincadeira. As mulheres assassinadas por Sutcliffe que trabalhavam com sexo, aos olhos da população geral, não mereciam sentimentos de pena, pois se estavam trabalhando com aquilo, mesmo que por extrema necessidade, deveriam aguentar essa violência caladas. Enquanto isso, o Estripador de Yorkshire só veio a ser realmente responsabilizado e temido por seus atos quando matou Jayne McDonald, antes dessa morte, seus crimes eram apenas consequências normais do trabalho de mulheres de classe baixa.

A POLÍCIA

A misoginia foi um dos principais fatores que atrasou a captura de Peter Sutcliffe pela polícia. Pidd e Topping (2020, s/p) expõem que “Vítimas que eram trabalhadoras do sexo eram vistas como dispensáveis, relatos de sobreviventes eram ignorados e mulheres eram culpadas por beber ou saírem sozinhas”.

A força policial que investigava o caso de Sutcliffe apenas começou a levar a sério o caso no momento em que mulheres que não eram trabalhadoras do sexo foram assassinadas. As mulheres foram deixadas para cuidar de sua própria segurança nas ruas e eram aconselhadas a ficarem trancadas em suas casas. A polícia decretou um toque de recolher, apenas para mulheres, enquanto homens não precisavam se preocupar e poderiam ficar nas ruas até o horário que quisessem, mesmo o assassino sendo um homem.

A linha investigativa seguida pela polícia era de que o Estripador de Yorkshire atacava apenas prostitutas, por conta disso, mulheres que

foram atacadas por ele e forneceram relatos completos sobre o homem que as atacou foram descartadas como vítimas do Estripador, pois elas não possuíam ligação com a prostituição, então não poderiam ter sido atacadas por Sutcliffe. Quando ele foi capturado e julgado, ocorreu a confirmação de que aquelas mulheres cujo relatos foram descartados realmente haviam sido atacadas por Sutcliffe e, caso seus depoimentos houvessem sido levados à sério, o Estripador de Yorkshire poderia ter sido preso mais rapidamente

Ele deixou claro que odeia prostitutas. Muitas pessoas odeiam. Nós, como força policial, continuaremos prendendo prostitutas. Mas o Estripador agora está matando meninas inocentes. Isso indica seu estado mental e que você precisa urgentemente de um médico atenção. Você fez o seu ponto. Entregue-se antes que outra mulher inocente morra (SMITH, 1993, p. 175).

Trabalhadoras do sexo são chamadas de “alvos de ocasião”, pois são mais suscetíveis a virem a se tornar vítimas de crimes violentos por conta da condição em que vivem e trabalham, além de serem facilmente emboscadas por estes criminosos e constantemente subjugadas. Essas mulheres são marginalizadas ao ponto de pouquíssimas pessoas se importarem quando elas desaparecem ou morrem. Essa negligência sobre as vítimas de Sutcliffe seguiu até o dia de seu julgamento, quando o procurador geral Michael Havers, em seu discurso de abertura, citou: "Algumas eram prostitutas, mas talvez a parte mais triste do caso é que algumas não eram. Os últimos seis ataques foram contra totalmente respeitáveis mulheres". (DOWLING, 2019, s/p)

Vítimas sobreviventes que não se encaixavam no que a polícia acreditava ser o padrão do Estripador de Yorkshire eram dispensadas e seus depoimentos deixados de lado. Em 1976, Peter Sutcliffe atacou Marcela Claxton, que sobreviveu ao ataque e forneceu uma descrição precisa do criminoso, porém foi ignorada por não ser uma trabalhadora do sexo. A polícia ignorou mulheres que possuíam

descrições exatas sobre a aparência, modo de agir e falar de Sutcliffe, pois estavam totalmente presos em uma pré-concepção ignorante e, por conta disso, seguiam pistas falsas, que atrasavam o caso, enquanto o reinado de terror do Estripador de Yorkshire continuava aterrorizando mulheres.

COMO O CASO INFLUENCIOU A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NA INGLATERRA: RECLAIM THE NIGHT

A primeira marcha do *Reclaim the Night* aconteceu em 12 de novembro de 1977, em Leeds, cidade do condado de Yorkshire. Os protestos foram organizados pelo *Leeds Revolutionary Feminist Group* e eram uma resposta aos assassinatos do Estripador de Yorkshire e ao trabalho da polícia. Na mesma noite de novembro, em outras cidades da Inglaterra, também ocorreram marchas apoiando a causa.

As mulheres notavam a resposta lenta da polícia e a pouca divulgação da mídia acerca do Estripador de Yorkshire quando suas vítimas eram ligadas à prostituição. A ação da polícia após o assassinato da jovem de 16 anos foi dizer para que as mulheres não saíssem à noite, impondo o toque de recolher, ignorando todas que necessitavam trabalhar ou que apenas queriam se divertir assim como os homens estavam fazendo. Essa situação foi o principal gatilho para os protestos, onde as mulheres pediam que pudessem andar nas ruas sem medo e questionavam a culpa e as restrições direcionadas apenas às mulheres por conta da violência masculina. Segundo Bindel (2019) “As mulheres se sentiam sob ataque de todos os lados - não apenas pelo Estripador, mas pelo sexismo flagrante da imprensa e da polícia de West Yorkshire.”

Figura 1 - Reclaim the Night



Angela Phillips, 1979, Shutterstock. Fonte:
<https://ayewellhmm.wordpress.com/2020/11/12/remembering-reclaim-the-night-1977/>
Acesso em: 23 nov. 2020.

PÓS-CASO

O caso de Peter Sutcliffe contribuiu para uma forte mobilização feminina contra a violência e desigualdade. A Segunda Onda do Feminismo, que começou em 1960 e buscava por equidade em todos os campos, recebeu apoio assim que as mulheres inglesas perceberam a misoginia que ainda habitava fortemente na polícia, jornais e sociedade em geral. Os crimes de Sutcliffe e as respostas da força policial e da mídia fizeram com que as mulheres da época percebessem de forma cruel como as estruturas patriarcais influenciavam a violência e os crimes. Assim, muitas destas mulheres procuraram ter suas vozes ouvidas, engajando-se em marchas e protestos, além de grupos feministas da região. O caso mostrou como nenhuma mulher estava segura e mesmo em situações extremas a polícia continuaria se agarrando em ideias machistas. Aquelas mulheres se engajaram ao movimento ao perceberem que, quando o feminismo e seus ideais atingirem seus objetivos, casos como o do Estripador de Yorkshire

deixarão de existir.

O feminicídio - assassinato de mulheres por homens - é uma pandemia mundial. Quando o feminismo atingir seus objetivos, não haverá mais Sutcliffes e não haverá mais mulheres e meninas estupradas e assassinadas amontoadas em necrotérios. (BINDEL, 2019, s/p).

Até os dias atuais grupos como o *Leeds Revolutionary Feminist Group* continuam ativos e marchas ligadas ao *Reclaim the Night* seguem lutando contra a violência masculina. Hoje, em Leeds, a Basis Yorkshire é uma instituição de caridade que apoia as trabalhadoras do sexo que trabalham nas mesmas ruas em que Peter Sutcliffe agia.

'Peter Sutcliffe nos lembra do estigma que as trabalhadoras do sexo enfrentam e da falta de compreensão das razões pelas quais as mulheres fazem o trabalho sexual - muitas vezes falta de fundos, mulheres que sentiam que não tinham outra opção a não ser trabalhar com sexo, mesmo quando a polícia estava tentando impedi-los de trabalhar; mesmo quando um assassino estava por perto', disse a instituição de caridade em um comunicado (PIDD; TOPPING, 2020, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A misoginia atrelada aos crimes violentos, especialmente em assassinatos em série, é um fator que precisa ser combatido. O caso de Peter Sutcliffe nos mostra como as raízes do patriarcado em nossa sociedade são profundas, em todos os meios. As 13 mulheres que foram assassinadas por Sutcliffe não foram vítimas apenas de sua violência, mas também de uma sociedade sexista que as condenou no lugar de condenar o verdadeiro criminoso. Mesmo após anos do julgamento do Estripador de Yorkshire, nosso mundo ainda enfrenta problemas semelhantes e a luta por equidade e o fim da violência contra a mulher continua.

As estruturas patriarcais, como pode ser visto ao longo do artigo, moldam criminosos violentos e os escondem, enquanto buscam humilhar mulheres à margem da sociedade que, sem outra alternativa, precisam realizar o trabalho sexual. Portanto, como citou Julie Bindel, não existem vítimas inocentes, pois não existem vítimas culpadas.

REFERÊNCIAS

BILTON, Michael. *Wicked Beyond Belief: The hunt for the Yorkshire Ripper*. Editora Harper Collins, 2003.

BINDEL, Julie. The Yorkshire Ripper fired up my feminism. The Post, 2019. Disponível em: <https://unherd.com/2019/10/how-the-ripper-fired-up-my-feminism/?=refinar>

BURN, Gordon. *Somebody's Husband, Somebody's Son: The story of Peter Sutcliffe*. Editora Mandarin, 1993

CASOY, Ilana. *Serial Killer: Louco ou Cruel?*. Editora Madras, 2002.

DOUGLAS, John. *Mindhunter: o primeiro caçador de serial killers americano*. Editora Intrínseca, 2017.

DOWLING, Tim. "The Yorkshire Ripper files review – a stunningly mishandled manhunt". The Guardian, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2019/mar/27/the-yorkshire-ripper-files-a-very-british-crime-story-review-a-stunningly-mismanaged-manhunt>

PIDD, Helen; TOPPING, Alexandra. 'It was toxic': how sexism threw police off the trail of the Yorkshire Ripper. The Guardian, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/nov/13/it-was-toxic-how-sexism-threw-police-off-the-trail-of-the-yorkshire-ripper>.

SCHRECHTER, Harold. *Serial Killers - Anatomia do Mal*. Editora Darkside, 2019.

SMITH, Joan. *Misogynies*. Editora London: Faber & Faber, 1993

SMITH, Joan. *The Yorkshire Ripper was not a 'prostitute killer' – now his forgotten victims need justice*. The Telegraph, 2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/women/life/yorkshire-ripper-not-prostitute-killer-forgotten-victims-need/>

A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estudo de caso pelo olhar de profissionais da educação infantil na região de Bento Gonçalves/RS

Eduarda Rippel Vieira³³

Resumo: Diante de inquietações a respeito do tema, e evidenciada a necessidade de os docentes compreenderem melhor sobre a temática da sexualidade na educação infantil, surgiu o interesse para o desenvolvimento do trabalho, o qual tem por objetivo principal compreender de que forma os profissionais da educação agem com as crianças diante do tema da sexualidade na educação infantil. Para atender ao objetivo, o presente artigo tem como metodologia o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, e é composto por um referencial teórico embasado por Schindhelm (2011), Gil (2002), Staub (2015), Scott (1995), dentre outros. Foram realizadas entrevistas com duas professoras que atuam em escolas com contextos diferentes, situadas na mesma região. A análise das entrevistas foi entrelaçada com a revisão bibliográfica. Como resultado, foi possível aprofundar o debate e perceber a abrangência da sexualidade e as diferentes concepções sobre a temática. Conclui-se a necessidade de continuar explorando o assunto, não somente com professores e equipe diretiva, mas com os pais e responsáveis também, ajudando a desmistificar tabus.

Palavras-chave: Sexualidade. Infância. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é um tema abrangente e complexo, sendo ainda alvo de tabus, preconceitos e de construções sociais diversas. Na atualidade, quando relacionado à infância, o tema é mais difícil de ser debatido, mas é importante destacar que a sexualidade está presente desde o nascimento e o diálogo e informação às crianças é muito importante.

É necessário que se compreenda os diferentes comportamentos e reações apresentadas pelos profissionais que convivem com as crianças, a maneira como vêem este assunto e como reagem diante de

³³ Eduarda Rippel Vieira. Licenciada em Pedagogia pelo IFRS Campus Bento Gonçalves.

manifestações da sexualidade na infância. Segundo Graupmann e Staub (2015) também se percebe que é de grande relevância um conhecimento teórico mais aprofundado sobre sexualidade infantil para evitar inadequações na condução e diálogo desses comportamentos, que são da natureza humana.

Além da necessidade de os docentes compreenderem melhor sobre o tema, o que motiva o interesse pela temática do artigo é a influência de minha mãe que é psicóloga e sempre debateu sobre o assunto, por meio de palestras em escolas. Outro motivo forte também foram as inquietações que surgiram ao longo de minhas experiências profissionais, desde o início do curso já sabia que este seria o tema do meu trabalho de conclusão.

Apontada essa necessidade, o presente estudo, apresentado e aprovado como trabalho de conclusão do curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia do IFRS, campus Bento Gonçalves, busca problematizar a questão central: De que forma os profissionais da educação agem com as crianças diante do tema da sexualidade na educação infantil? Tendo como complementares: Quais situações esses profissionais já experienciaram sobre o tema? Como eles se comportam diante dessas situações de manifestação da sexualidade?

Para responder a essas questões, o presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que buscou compreender como os profissionais da educação infantil lidam com a sexualidade nesta etapa da vida das crianças. Tendo como objetivos específicos, identificar situações envolvendo a sexualidade infantil experienciadas pelos profissionais da educação infantil; mapear os diferentes comportamentos e reações dos profissionais da educação infantil relacionados à sexualidade infantil; compreender as diferentes concepções sobre sexualidade infantil; fazer levantamento das demandas e manifestações que profissionais recebem dos pais acerca da sexualidade infantil.

Para atender aos objetivos foi realizado um estudo de caso. O presente artigo apresenta uma explicação sobre a metodologia que foi utilizada como base para que acontecesse este trabalho e a revisão bibliográfica a respeito do tema foi entrelaçada com as análises estabelecidas com as participantes da pesquisa, na sequência são evidenciadas as considerações finais.

2 O CAMINHO PERCORRIDO

Para atingir os objetivos do trabalho, foi realizado um estudo de caso com duas escolas da região, uma pública e outra privada católica. De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito, sendo seu principal objetivo o de aprimorar as ideias ou a descobrir intuições.

Os estudos bibliográficos realizados foram tecidos com o estudo de campo e serão apresentados ao longo das análises. O referencial teórico apoiou-se em autores como Schindhelm (2011), Gil (2002), Staub (2015), Scott (1995), entre outros, e o estudo de campo se deu pela realização de duas entrevistas em profundidade semiestruturadas utilizando um roteiro norteador.

Referente à entrevista, Bourdieu (1997) diz que o entrevistador é quem estabelece as regras. Deve-se ter um certo cuidado para que o entrevistado não se sinta excluído e acabe se sentindo numa posição inferior ao entrevistador. Ele também afirma que a proximidade social entre entrevistador e entrevistado pode gerar uma influência na pesquisa. O entrevistador pode obter maior distanciamento do entrevistado, pelo tom, pela postura e principalmente pelo conteúdo de suas perguntas. Se houver formalidade demais, pode gerar algum tipo de desconforto.

De acordo com Bartlett; Vavrus (2017), devemos estar cientes de que alguns estudos podem ser mais pré-estruturados do que outros. O

grau de flexibilidade dependerá dos objetivos do estudo, das motivações, habilidades e interesses do pesquisador e do tempo e dos recursos disponíveis, entre outros fatores.

Optou-se por escolher duas entrevistadas, professoras regentes, que atuam na educação infantil e trabalham em escolas com contextos diferentes. Uma escola municipal de educação infantil e a outra, uma escola privada de cunho católico que atende alunos desde a educação infantil até o ensino médio. Ambas estão situadas na região de Bento Gonçalves-RS. Antes de participarem da pesquisa, buscando um compromisso ético, foi esclarecido para as professoras os objetivos da mesma e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o aceite e autorização das participantes, a entrevista foi realizada e gravada com intuito de auxiliar nas análises.

2.1. Quem são as professoras participantes

Uma das profissionais entrevistadas foi Juliana³⁴, que tem 22 anos de idade. Ela cursou o magistério concomitantemente com o ensino médio e atualmente é estudante de psicologia. Juliana atua como professora há dois anos e teve somente experiências na educação infantil. No momento trabalha em uma escola municipal de educação infantil com turma de maternal composta por crianças de três a quatro anos de idade.

A outra entrevistada, Carolina³⁵, tem 31 anos de idade e é formada em pedagogia há cinco anos, já possuindo experiência na área da educação infantil há oito anos. Carolina trabalha em uma escola privada católica há três anos e atualmente é professora regente de uma turma de maternal com alunos de três a quatro anos de idade.

³⁴ Para garantir o anonimato na pesquisa a professora não foi identificada, sendo este nome fictício.

³⁵ Para garantir o anonimato na pesquisa a professora não foi identificada, sendo este nome fictício.

3 SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1. Conversando sobre o tema

A sexualidade, entendida a partir de um enfoque amplo e abrangente, manifesta-se em todas as fases da vida de um ser humano e, ao contrário da conceituação vulgar, tem na genitalidade apenas um dos seus aspectos, talvez nem mesmo o mais importante. Dentro de um contexto mais amplo, pode-se considerar que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações humanas, do nascimento até a morte. (CONCEIÇÃO; VITIELLO 1993).

Ao contrário do que muitos acreditam, de que abordar questões sobre sexualidade esteja restrito a momentos específicos da vida, o que se verifica é que a sexualidade se faz presente em todos os momentos. Ela se apresenta de diversas formas e serve como porta de entrada para outros temas, auxiliando a construir hierarquias a respeito de indivíduos, povos, religião e classe social. (SEFFNER apud PINHO, 2003).

Odessa (2016) relata que a criança não experimenta a vida sexual da mesma forma que o adulto, que alcança seu ápice e seu objetivo no ato sexual. A pulsão sexual do adulto é muito mais complexa, pois é composta por diversos elementos e passa por grandes transformações até chegar à puberdade. É possível identificar os componentes dessa pulsão nos primeiros meses de vida do bebê. Tudo isso está relacionado aos sentimentos de prazer e desprazer. Com o desenvolvimento, excitam-se as zonas erógenas do próprio corpo: boca, anus, genitais etc. Há uma grande sensação de prazer com a alimentação, o ato de sugar na amamentação e a excreção.

Referente à sexualidade, foi indagado às participantes da pesquisa suas compreensões sobre o assunto. Para Juliana (escola municipal), a sexualidade infantil é a forma que as crianças têm de se

comunicarem e de se descobrirem, não deve ser visto como sexualização, mas uma forma de conhecerem seus corpos. Quando questionada sobre sua reação ao presenciar alguma manifestação de sexualidade entre seus alunos, Juliana, 22 disse:

Na maioria das vezes eu acho outra distração, pra não brigar, porque eu acho realmente que não vale a pena brigar mas na escola é ruim porque tem outras crianças, outras visões e outros pais, então imagina uma criança chegar em casa e contar para os pais que o coleguinha estava com a mão no pinto. Então eu digo: vamos fazer outra coisa, vamos brincar lá fora.

A partir deste depoimento, nota-se que a professora entende que não é um motivo para brigar, porém, tenta buscar uma distração para a criança porque não tem claro o que deve ser feito e falado no momento, pois sente receio da reação dos colegas e dos responsáveis. Porém, quando questionada se as demais crianças da turma percebem essas manifestações ela diz que não, que chama atenção dos adultos. Nesta fala observa-se que ela não precisaria sentir receio quanto à reação dos colegas, pois, como ela mesma relata, eles nem percebem.

A sexualização, na opinião de Borges (2007) pode ser vista como uma mercadoria de alta potencialidade que deve ser incorporada ao universo infantil, como são revistas, filmes, produtos de beleza, roupas e que aparecem neste processo de sexualização das crianças. Considerando-se esse circuito de sexualização e consumo, não é surpreendente que a programação da televisão em geral, filmes, publicações impressas, publicidade, tenham forte ênfase nos conteúdos referentes à sexualidade.

Para Carolina (escola particular), a sexualidade deve ser tratada com naturalidade, mas as crianças devem receber a orientação, proveniente da família e da escola, de não mostrar e não tocar em seus órgãos genitais na frente das pessoas. A entrevista permite olhar além das simples respostas, observando as expressões e manifestações até mesmo corporais das participantes. Diante disso, é importante

salientar que no início da entrevista, a pesquisadora questionou as participantes sobre se sentirem confortáveis em falar sobre a temática, momento em que ambas relataram não ter problemas em abordar o assunto, por ser algo natural do ser humano. Entretanto, logo na primeira parte da entrevista já se notou um certo constrangimento das professoras em relação ao assunto, através da expressão corporal, por algumas falas contraditórias e até mesmo pelo pouco conhecimento sobre a temática. Mesmo elas dizendo não se sentirem constrangidas ao falar do tema.

3.2 A sexualidade na escola

Bueno e Moizes (2007) apontam que por este assunto ter sido velado por muito tempo, os resultados são concepções de sexualidade errôneas, relacionadas à obscenidade, a algo sujo, pecaminoso e proibido. Negou-se aos jovens a orientação sexual, dificultando as instruções necessárias à promoção da saúde sexual das pessoas. Todos os seres humanos devem ser considerados “seres sexuais”, portanto devem ter acesso a material informativo sobre a sexualidade e dispor de bibliografia adequada à idade em que se encontram. Neste sentido, a escola precisa assumir o trabalho de educação sexual, mas não para repreendê-la e sim para mudar visões distorcidas ou negadas a respeito da sexualidade.

No diálogo estabelecido com as professoras, foi questionado como elas observam as questões de sexualidade na escola. Carolina (escola particular) relatou, logo no início da conversa, que alguns dias antes da entrevista aconteceu algo curioso, um aluno disse que “a colega mostrou a perereca para a outra”. A professora conta que não disse nada no momento e só observou para ver se isso iria acontecer novamente, também perguntou se a mãe da menina tinha visto algo em casa, a mãe disse que não e ela orientou que mantivessem a observação.

Por meio deste comentário pode-se perceber que, como a professora precisou questionar a mãe da criança, observa-se que o assunto não é tratado com naturalidade, pois, se fosse visto como algo natural, não seria necessário este questionamento à mãe.

Juliana diz que eles parecem ter muita curiosidade nas partes íntimas uns dos outros, mas ela acredita que isso se dá porque os pais escondem seus corpos de seus próprios filhos. Ela relata: “Tipo, eu tenho um filho homem, ele não pode ver meus seios, mesmo que quando ele for mais velho vai esquecer”.

Para Conceição e Vitiello (1993, p. 49):

O momento do desenvolvimento da sexualidade que compreende o conhecimento dos órgãos sexuais, coincide com a retirada das fraldas e sofre grande interferência da educação repressora. A família e a escola, muitas vezes, se encarregam de comunicar à criança todo o pecado que há nesta parte do corpo e que o prazer desta região não é aceito pelos adultos. O reforço é dado pela vergonha que o adulto demonstra em relação aos seus próprios órgãos genitais.

Para Schindhelm (2011) a infância nem sempre foi vista da mesma maneira, a sexualidade também é uma construção social definida por marcas culturais impressas antes mesmo da concepção de um bebê. Supondo o desejo de um casal de ter um filho, a sexualidade mostra-se presente desde a experiência sexual para fecundar o embrião, passando pelo imaginário dos pais acerca do gênero desta criança e pelas construções afetivas destinadas a este futuro bebê.

Para Carolina (escola particular), a sexualidade infantil é a fase da descoberta das crianças, elas estão explorando e descobrindo diferentes sensações. Ela relatou que tem um aluno (que apresenta dificuldades cognitivas e de socialização) que frequentemente está com a mão em seu órgão genital e a respeito disso ela relata:

O Júlio (nome fictício) estava com o pinto pra fora, eu não disse pra ele assim: Não! para! Eu cheguei nele e disse assim, tu faz isso na tua casa, tá? Agora tu guarda, aqui não é o lugar, tem os colegas, ninguém pode ver, se quiser mexer mexe na tua casa. Porque eu acho que quando tu poda isso reflete lá na frente.

Através da fala da professora, percebe-se que ela destaca a importância de não podar a criança, pois isso refletirá no futuro, mas por outro lado, analisando sua fala, quando diz: “Agora tu guarda, aqui não é o lugar, ninguém pode ver.” É uma forma de podar. Ela não explica porque ali não é o lugar e nem porque ninguém pode ver. Isso pode se tornar confuso para a criança. A parte em que ela diz: “ninguém pode ver”. Quando questionada se as demais crianças da turma percebem o que o menino costuma fazer, ela diz que nunca percebeu ninguém olhando.

Durante a entrevista com Juliana (escola municipal) surgiu o assunto sobre divisão de banheiros. Na opinião de Juliana essa divisão que inicia cedo instiga o “proibido”. Sobre sua experiência na escola, ela diz que as crianças tentam ver e às vezes tocar nas partes íntimas umas das outras e em especial dois alunos, um menino e uma menina, que costumam colocar a mão por cima da roupa um do outro. Novamente, quando questionada se os demais colegas percebem isso ela diz que não.

Observa-se nos discursos a produção social do pudor e de algo proibido, bem como a divisão por gênero. O conceito de identidade deve ser tomado como algo impresso pela cultura, na medida em que as identidades são nomeadas a partir de um determinado contexto, e as expectativas que se criam em torno delas, como por exemplo ser homem ou mulher, ser homo ou heterossexual. Desta forma, é possível afirmar que nossas identidades são constituídas culturalmente e estão fortemente vinculadas às práticas sociais (FELIPE, 2006).

Scott (1995) afirma que gênero é a categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro. A autora aponta que o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos se centrava sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico.

De acordo com Jane Felipe (2000):

Pode-se perceber o quanto as meninas e as mulheres deveriam ser comedidas e recatadas, não podendo manifestar alegria ou espontaneidade. Ao contrário, deveriam dissimular seus sentimentos, parecendo a tudo consentir. O controle sobre o sexo feminino era exercido de forma rigorosa, exigindo um comportamento de maior recato e pudor em comparação ao homem.

Durante a entrevista, questionou-se sobre como a escola trata a temática. A direção da escola em que Juliana (escola municipal) trabalha prefere não falar sobre o tema, mas ao presenciarem alguma manifestação de sexualidade entre crianças geralmente usam as frases: “não toca aí!” e “isso é feio”. A partir deste relato pode-se perceber a ausência de debate sobre o tema na escola e, por isso, o desconhecimento sobre o assunto. A respeito da direção da escola em que Carolina (escola particular) atua, principalmente por ser católica, apresenta receio em falar no assunto. Carolina diz que: “tentam camuflar e fingem que não veem”. Ela relatou que já precisou conversar com a coordenadora da escola sobre o assunto e foi orientada a falar com a família sobre o acontecimento. A orientação da escola sempre é conversar com a família para falar o que está acontecendo na escola e

questionar se o mesmo acontece em casa. Observa-se que a escola retira a responsabilidade de tratar sobre o tema e entende que essa obrigação é apenas da família.

Sobre essa questão, Seffner (2014), chama a atenção que, no geral, as religiões manifestam grande preocupação com a sexualidade. Importante lembrar que a escola pública é um ambiente público, e deve se reger pela laicidade.

Os pais, na maioria das vezes em que são chamados para conversar sobre o tema, demonstram estar assustados. Carolina (escola particular) disse que parece que se perguntam: "Onde foi que eu errei?", como se fosse algo muito preocupante. Falou também que suas colegas de profissão demonstram receio ao falar sobre o assunto, o qual não é tratado com naturalidade.

Geralmente os pais e educadores costumam reagir diante das manifestações sexuais das crianças a partir de sua própria história de educação sexual, isto é, a partir de seus valores pessoais sobre o modo como foi construída a sua sexualidade e não costumam se basear em reflexões que lhes permitam separar o direito das crianças de receber esclarecimentos sobre suas próprias dificuldades pessoais no assunto (MAIA; SPAZIANI, 2010).

Referente à formação dos docentes sobre a temática, as duas entrevistadas compartilharam da mesma opinião de que a formação de professores na área de sexualidade é algo de extrema importância. Na opinião da professora Carolina (escola particular), as escolas deveriam deixar a BNCC, que não apresenta nenhum foco na sexualidade, um pouco de lado e começar a abordar este tema. Ela também disse que o papel da escola não deve ser somente ensinar conteúdos. As escolas em que ela trabalhou nunca abordaram o tema.

No diálogo estabelecido, foi possível perceber que nem todas as educadoras são preparadas para lidar com a temática. Juliana (escola municipal) falou sobre uma colega de profissão que trabalha com

berçário, relatando que já presenciou uma cena desta colega trocando a fralda de uma criança e repreendendo-a, pois, ela estava tocando sua genitália. Ela disse que em sua opinião a formação continuada na área seria muito importante para lidar com alunos de todas as idades e que os professores deveriam entender que isso é normal, que faz parte da fase em que a criança está. A professora acredita que grande parte das professoras e pais teriam um estranhamento e se sentiriam constrangidos ao falar sobre o tema.

Em relação a formação sobre a temática, Saballa e Guizzo (2016, p. 192) destacam que:

Desse modo, atentos à importância da discussão das questões de gênero e sexualidade desde a primeira infância, partimos da compreensão de que as políticas públicas e as curriculares têm um papel importante no que diz respeito ao processo de formação de professores (as) que tenham como meta a igualdade de gênero e a extinção de práticas sexistas. Enquanto pesquisadores envolvidos com o campo da Educação Infantil e da formação de professores (as) para atuar em tal etapa educacional, temos percebido que no currículo praticado nas escolas que atendem crianças de zero a cinco anos de idade, normalmente age-se como se gênero e sexualidade não existissem.

Geralmente, as escolas costumam chamar pessoas de fora para falar sobre estes temas. Claro que é importante ouvir a opinião de especialistas, mas não é bom transmitir a ideia de que as professoras não entendem sobre o assunto. O mais adequado é que as professoras se dediquem aos temas do gênero e da sexualidade, fazendo formação, e atuando junto às classes de alunos nestes temas, bem como dialogando com os convidados trazidos em momentos especiais. Mas é claro que isso depende das mantenedoras, que precisariam fornecer ocasiões de formação aos docentes. (SEFFNER, 2014).

Foi possível identificar nas duas entrevistas a preocupação que as duas professoras apresentaram em relação a possíveis abusos sexuais que as crianças podem sofrer. Carolina (escola particular) diz que

“estamos inseridos numa cultura muito sexualizada e que cada indivíduo tem o direito de saber o que faz com seu corpo, mas ninguém tem o direito de mexer em seu corpo sem permissão.”

Por fim, Juliana disse que acha importante alertar as crianças, falando abertamente sobre os lugares em que podem ser tocadas e os lugares que não devem permitir serem tocadas. A professora salientou que: “Devemos deixar claro para as crianças que podem sim aceitar carinho, cumprimentar as pessoas, porém, em algumas regiões do corpo como, principalmente nas partes íntimas, não podem permitir o toque de outras pessoas.”

Para Yano e Ribeiro (2011) muitas vezes, os adultos ignoram a questão da sexualidade infantil e acabam tornando acessível à criança um ambiente erotizado. Desse modo, impõem um padrão de comportamento na percepção da sexualidade adulta. Este tipo de ambiente pode gerar incômodos à criança e, num dado contexto, podem configurar uma forma de violência contra ela. A criança mal informada torna-se mais suscetível a aliciamentos de adultos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do trabalho, de compreender como os profissionais da educação infantil lidam com a sexualidade nesta etapa da vida das crianças foi cumprido. Pôde-se perceber que o tema é pouco debatido nas escolas e que os profissionais não recebem capacitação para lidar com o assunto. Por outro lado, as professoras entrevistadas demonstraram interesse em conhecer mais sobre o tema. Quando a temática é trabalhada, os tabus são derrubados e fica muito mais fácil lidar com as situações que vão aparecendo.

Quanto às demandas e manifestações que profissionais recebem dos pais acerca da sexualidade infantil, as professoras relataram que nunca receberam este tipo de demanda.

Durante as entrevistas realizadas surgiram outros assuntos relacionados à sexualidade infantil. Nas duas entrevistas apareceram questões de gênero, sexualização e a preocupação que as duas professoras demonstraram em instruir as crianças para que cuidem de seus corpos e que se protejam. É interessante que se faça uma abordagem apropriada para cada faixa etária, falando sobre o assunto de forma clara. Destacando que o corpo é algo íntimo e só pode ser tocado se houver permissão. É necessário conversar com a criança sobre o que é uma demonstração de carinho e o que pode ser invasivo ou desconfortável. Pois compreendendo tudo isso, a criança estará informada e será capaz se proteger.

Outro ponto que também surgiu no relato das professoras foi o fato de se dizerem confortáveis ao debater a temática, mas não foi o que apareceu em suas respostas e em algumas falas específicas. A cultura em que estamos inseridos pode influenciar este tipo de comportamento.

Em alguns momentos as professoras se contradisseram, como na fala de uma delas que disse que devemos ensinar às crianças os nomes corretos dos órgãos genitais, porém ela mesma utiliza apelidos para se referir a essas partes.

A respeito do tema religioso, existem vários elementos importantes que devem ser analisados. Como estamos inseridos numa região onde predomina o Cristianismo percebo que o tabu ao redor da sexualidade se torna maior ainda. A sexualidade não costuma ser debatida pois traz uma única finalidade que é a reprodução. Por isso não percebi grandes diferenças quanto à forma de lidar com a temática na escola católica e na escola laica. Ambas apresentam

funcionamento similar, celebrando datas religiosas e o fato de estarem em uma região de grande preponderância de religiões cristãs, católica em grande maioria, mas também evangélica. Como a religião não foi o foco do trabalho, o assunto não foi aprofundado, porém destaca-se a importância de futuros estudos relacionados ao tema da sexualidade e a influência que a religião exerce sobre ele.

Algo que chamou bastante minha atenção também, foi quando a professora Carolina, da rede particular, disse que a orientação da escola é conversar com os pais ou responsáveis quando as professoras percebem alguma manifestação de sexualidade de alguma criança ou até manifestações entre as crianças. Essa atitude da escola demonstra a não naturalidade para lidar com o tema, pois, se tratassem como algo natural, não seria necessário este contato com os pais.

Por fim, salienta-se a necessidade de desenvolver mais este tema nas escolas. Não somente com os professores e equipe diretiva, mas com os pais e responsáveis também. Seria muito importante que fossem realizados debates, rodas de conversa, para que todos pudessem deixar suas opiniões e desmistificar muitos tabus.

REFERÊNCIAS

BARTLETT, Lesley ; VAVRUS, Frances. Comparative Case Studies. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 3, p. 899-920, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/DKbTxRWrsV8ghQnCVcBkbnM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 nov 2021.

BORGES, Eliane Medeiros. Corpo, espetáculo e consumo: novas configurações midiáticas para a infância. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. *Mídia e Jornalismo*. Disponível em: <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/n11-05-eliane-borges.pdf>>. Acesso em 07 jan 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque; VITIELLO, Nelson. Manifestações da Sexualidade das Diferentes Fases da Vida. *R.B.S.H.* 4(1):1993. Disponível em:

< https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/843/739 >. Acesso em: 21 nov 2021.

FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. *Educação & Realidade*, v. 25, n. 1, 2000. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/48688/30332>>. Acesso em: 28 dez 2021.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 2, n. 3, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2490/1604#>>. Acesso em: 28 dez 2021.

Gil, Antônio Carlos, 1946- *Como elaborar projetos de pesquisa*/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

MOIZÉS, Julieta Seixas ; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BJ3BDnLmv6mdcKGvgtyGSWt/?lang=pt>>. Acesso em: 21 nov 2021.

ODESSA, M. Wulff. Contribuições para a sexualidade infantil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 19, n. 3, p. 512-526, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/LL6CPZTsxxxDmV6cBw5QNNN/?lang=pt>>. Acesso em: 21 nov 2021.

SABALLA, Rodrigo de Carvalho; GUIZZO Bianca Salazar. Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v.25, n. 45, p. 191-201, jan/abr. 2016. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2294/1600>>. Acesso em: 28 dez 2021.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A sexualidade na educação infantil. *Revista Aleph Dez 2011-Ano V-Número 16*. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39056/22494>>. Acesso em: 27 nov 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade* jul/dez 1995. Disponível em: <<file:///D:/Usuario/Downloads/109975-58933-1-SM.pdf>>. Acesso em: 07 jan 2022.

SEFFNER, Fernando. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar? *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 17, n. 2, p. 67-81, Maio/Agosto 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55>. Acesso em: 28 dez 2021.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA Ana Cláudia Bortolozzi. Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. *Revista Linhas*, v. 11, n. 01, p. 68-84, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2017>>. Acesso em: 28 nov 2021.

STAUB, Fabiana Roberta Barreto Bonfim; GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. Educação infantil: uma abordagem sobre a sexualidade. [s.l.]: , 2015. *EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação*. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19270_8884.pdf>. Acesso em: 28 nov 2021.

YANO, Karen Murakami ; RIBEIRO, Moneda Oliveira. O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 45, n. 6, p. 1315-1322, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/QLDfCJXdFQ9rz7X5jZsNXqd/?lang=pt>>. Acesso em: 28 dez 2021.



Seção
de
Depoimentos

DEPOIMENTOS SOBRE O NEPGS

Bárbara Donida de Bona

O NEPGS foi minha família construída. Particpei da institucionalização do Núcleo e frequento as reuniões, contribuindo com o grupo, até o presente momento. Antes da criação não havia um espaço de acolhimento para pessoas LGBT no campus, quanto mais lugares de proteção e representação. Sofri ataques da comunidade escolar sem ter apoio algum.

Justamente por conta dos constantes boicotes e agressões perpetrados tanto por agentes institucionais quanto por estudantes, optei por sair do IFRS. De certa forma me tornei alvo para algumas pessoas por defender minha própria existência. Face à perspectiva de ter que aguentar tais ataques por mais dois anos, pedi a transferência. Contudo, na nova escola o choque de realidade foi grande ao perceber que não estavam dispostos a escutar queixas de bullying homofóbico.

Continuei participando de atividades do Núcleo para ajudar como puder novos estudantes a não pisarem nas mesmas pedras que estavam no meu caminho. Encontrei muito carinho, preocupação e acolhimento nas professoras e colegas. Acredito que tais características são contrapontos essenciais para prosseguir através dos percalços inevitáveis à vida em uma sociedade homofóbica. Assim, vejo como essencial a continuidade das atividades do NEPGS, com aprofundamento dos estudos e das ações que visam formar e proteger toda a comunidade escolar.


DEPOIMENTOS SOBRE O NEPGS

Helen Treméo

O ensino médio é uma etapa desafiadora e complicada para quase todo mundo, mas ela é particularmente mais assustadora quando você começa a se descobrir e se questionar sobre os próprios anseios. Logo no primeiro ano, diversas facetas do mundo são apresentadas de maneiras, às vezes, bem assustadoras. Foi nessas que eu comecei a questionar muito o que eu queria, o que eu gostava, como me prevenir em situações que não são comumente abordadas nas aulas de prevenção sexual. Nós sabemos que ainda existe muito preconceito em cima desse mundo LGBTQIA+, principalmente quando tratamos desse assunto com crianças e adolescentes, e nós sabemos que, por vezes, a gente acaba esquecido no churrasco quando se trata de orientações mais específicas de proteção.

Foi buscando justamente um meio de falar sobre isso que nós percebemos que o nosso desejo, na verdade, era falar sobre esse meio LGBTQIA+ de forma geral. Nós queríamos um espaço seguro para que conseguíssemos estudar e discutir sobre isso sem julgamento, um lugar onde nos sentíssemos pertencentes. O NEPGS surge justamente para acolher quem não quer - e não precisa - trilhar esse caminho de autodescoberta sozinho e desamparado; ele vem para promover debates sobre esses assuntos, de forma que sejam tratados por todos com naturalidade e de forma leve.

Além desse acolhimento inicial, mais voltado para o mundo LGBTQIA+, o núcleo também serve para apoio as meninas e mulheres do campus que passaram por situações desconfortáveis, desnecessárias, que geraram constrangimento só por serem meninas e mulheres. O



núcleo sempre trouxe esse tema para debate dentro das salas de aula e fora delas, pelos corredores do campus.

Para mim, o NEPGS se tornou um local de acolhimento e debate logo nos primeiros meses e acredito que tenha se tornado o mesmo para muitas outras pessoas com o passar dos anos.

DEPOIMENTOS SOBRE O NEPGS

Maria Júlia Reginato

Minha experiência com o NEPGS começou no ano de 2020, quando fui selecionada como uma das bolsistas do Núcleo. Até então, já havia ouvido falar sobre as ações promovidas nele, mas não participava ativamente delas. E eu preciso admitir, integrá-lo foi uma das melhores decisões que já tomei, enquanto estudante do IFRS Campus Bento. Mesmo com a pandemia, momento que nos fragilizou em muitos sentidos, o NEPGS atuou massivamente; seja nas reuniões virtuais, palestras e debates, ou ainda na customização de materiais para crianças de escolas públicas.

Só consigo pensar na honra que foi passar mais da metade do meu ensino médio acompanhando o Núcleo. Aqui se faz ciência, se fomenta o respeito, o amor e o autoconhecimento. Levarei para a vida todos os meus aprendizados, torcendo para que o NEPGS continue prosperando e trazendo à comunidade, com falas justas e de igualdade, a beleza da diversidade desse mundo.

DEPOIMENTOS SOBRE O NEPGS

Milena Boaretto Guadagnin

Me chamo Milena Boaretto Guadagnin, tenho 19 anos e sou estudante de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Durante minha formação, fiz o Ensino Médio Técnico em um Instituto Federal (IFRS). Nele, pude participar de várias políticas públicas que envolviam distintas faixas e classes populares.

Entre elas, irei citar a ocasião de quando fui bolsista (ano de 2019) de um Núcleo de Gênero e Sexualidade (chamado NEPGS). O núcleo foi formado por estudantes mulheres que não estavam se sentindo bem com casos de assédios e abusos dentro da instituição, vindo tanto de professores, como de colegas. Após terem o apoio de professoras da área das Humanas, o núcleo foi formado e até hoje vem ajudando estudantes - tanto de dentro, como de fora do campus - a buscarem justiça e apoio em casos de assédios, abuso ou preconceito - misoginia, homofobia, entre outros.

Com as ações realizadas, pude aprender muito mais sobre o assunto e, principalmente, ajudar mulheres e LGBTQIA+ que vivenciassem quaisquer circunstâncias indesejadas. Ajudei a ministrar eventos pela cidade de Bento Gonçalves/RS e região, tendo envolvimento direto com a prefeitura municipal e Mostras Técnicas de Instituições Federais, mostrando o quanto o NEPGS mudou - e continua mudando - a vida e o pensamento dos estudantes locais.

Após me formar no Ensino Médio, continuei acompanhando as redes sociais do Núcleo, onde vejo a realização de eventos muito importantes para a comunidade, trazendo pessoas influentes para explanar sobre os assuntos discutidos. Vejo o NEPGS crescendo mais a

cada dia, me fazendo ter um sentimento de felicidade e realização sobre o trabalho que realizei com a minha colega bolsista e a professora coordenadora.

DEPOIMENTO SOBRE O NEPGS

Gabrielli Pietá Cecchin

Eu conheci o NEPGS através de uma palestra, então eu fui pesquisar e descobrir o que era e sobre que assuntos abordava. Quando descobri, me despertou muito interesse e quis fazer parte, pois pensei que seria uma boa oportunidade de me descobrir como pessoa. Por conta da pandemia, as reuniões foram online, mas isso não impediu que a experiência fosse incrível. Para mim, inclusive, foi melhor começar no online, pois acredito que eu ficaria com vergonha de conversar no presencial.

Ao longo dessas reuniões, fui me descobrindo como pessoa, criando opiniões e ideais. A parte que mais me interessava era observar as diferentes e semelhantes opiniões dos integrantes, além de ouvir depoimentos e ver que nem tudo era como eu imaginava.

Tive grandes reflexões e aprendizados quanto a assuntos vagos para mim, mas que se tornaram vívidos. Aprendi sobre como o preconceito está muito perto da gente e não enxergamos, e que existem pessoas muito cruéis nesse mundo; mas também aprendi que cada pequena batalha é importante e que cada pequena vitória vale a pena, e, sempre que ajudarmos os outros a vencer essas batalhas, nos fortalecemos.

Esse núcleo é muito importante para mim e também para muitas outras pessoas, pois ele nos acolhe, cria um lar, um lugar onde partilhamos vivências... ele abre um espaço de autodescoberta e nos transforma como pessoas. Participar do NEPGS é uma grande oportunidade. Garanto que não mudou só a mim, mas também a muitas

outras pessoas que precisavam desse acolhimento, pois é um espaço onde podemos nos abrir sem ser julgados.

AGRADECIMENTOS FINAIS

A escola é o espaço do debate sobre gênero e sexualidade por excelência: ali experienciamos o encontro, a diversidade, outras visões de mundo e de se posicionar diante dele. Contudo, este é um tema que vem sofrendo uma série de ataques, sendo o conceito de gênero distorcido e apresentado como algo perigoso ou maléfico à população em geral. Neste sentido, a perspectiva da presente obra foi possibilitar apresentar não apenas o que significa esta categoria, mas também o que implica trabalhar a partir desta concepção para a vida de vários estudantes.

Esta é uma obra composta de modo plural, abarcando muitos temas e olhares e nosso desejo é que ela possa ter colaborado promovendo conhecimento, reflexões e demonstrado que o ambiente escolar pode ser um espaço compartilhado, amoroso e acolhedor para todos e todas. Esperamos que este livro seja inspirador e que outras experiências de promoção dos direitos humanos e da igualdade de gênero possam frutificar a partir dele. Leia sobre gênero, informe-se e informe aos demais o quanto essas questões influenciam ainda no nosso comportamento, nas possibilidades de acesso a oportunidades e pensemos juntos/as/es em como modificar situações de violência e opressão de gênero.

Agradecemos imensamente a todas/os/es nossas/os/es autores por suas contribuições e ao IFRS pelo apoio por meio do EDITAL IFRS Nº 01/2022 – AUXÍLIO À PUBLICAÇÃO DE PRODUTOS BIBLIOGRÁFICOS e de todos os Editais de Fomento Interno e Externo que possibilitaram a produção de muitas das pesquisas e ações descritas nesta obra. Sigamos sendo sementes em prol de uma sociedade mais justa e repleta de empatia.